

A portrait of Carlos Dias Fernandes, a man with dark, wavy hair, wearing round glasses, a white shirt, a dark bow tie, and a dark suit jacket. He is looking directly at the camera with a neutral expression.

Amanda Sousa Galvício

**ATUAÇÃO EDUCACIONAL DE CARLOS DIAS FERNANDES NA PARAHYBA DO
NORTE (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

João Pessoa

2013

G182a Galvício, Amanda Sousa.
Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na
Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e
conferências / Amanda Sousa Galvício.- João Pessoa, 2013.
169f.
Orientador: Jean Carlo de Carvalho Costa
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE
1. Fernandes, Carlos Dias. 2. Educação. 3. Intelectuais.
4. Jornalismo. 5. Conferências.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

Amanda Sousa Galvínio

**ATUAÇÃO EDUCACIONAL DE CARLOS DIAS FERNANDES NA PARAHYBA DO
NORTE (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
Orientador - UFPB

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler
Examinador Externo - UFF

Prof. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Examinador Interno - UFPB

Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque
Examinador Interno - UFPB

Aprovada em 23 de Julho de 2013

Dedico esta dissertação às *Liras* do meu jardim: Maria, Marina, Graça, Soia, Paula, Rebeca, Ângela e Fátima.

AGRADECIMENTOS

As pessoas aqui citadas foram fundamentais para a realização deste trabalho. Algumas indicaram novas leituras, destinando tempo para ler e me ouvir. Outras me ensinaram a pensar melhor sobre os acontecimentos ordinários, sobre educação e sobre pesquisa em histórias da educação. Ainda teve quem gentilmente me cedesse fontes, de tanto me ouvir falar de Carlos D. Fernandes, quando iam aos arquivos e se deparavam com alguma coisa sobre ele, se lembravam de mim. Desse modo, a pesquisa que lhes apresento, a qual trata da participação de um intelectual, Carlos D. Fernandes, na vida educacional do estado da Paraíba, no início do século passado, não poderia ter sido feita sem o auxílio e a presença dessas pessoas.

Agradeço com carinho, muito especial, a minha filha, Marina Galvínio, por ser a melhor companheira de vida e das horas de estudos: presente, paciente, carinhosa, amiga, solidária e interessada em tudo que se passa comigo. Tudo isso também só foi possível com ajuda, dedicação, cuidado, investimento, paciência e, principalmente, por ela, Graça Sousa (mãe), ter acreditado na minha escolha profissional.

As minhas amigas queridas, Maíra Lewtchuk e Larissa Hobi, pelas conversas, pelas escutas atenciosas, pelas viagens, pelas festas, pelos bons cafés e drinks (risos), pelas comidinhas veganas deliciosas, pelos livros, pelas músicas, pelas peças de teatro, pelos filmes e, principalmente, por terem aumentado o volume da minha família, que é muito pequena (risos), se somando com as delas: Ila, Igor e Maria Lewtchuk e Ariela e Eli Hobi. Obrigada por existirem na minha vida e neste trabalho!

Ao meu orientador, Jean Carlo, por ter me conduzido até o término de mais esse trabalho acadêmico. Não apenas por isso, mas também pela amizade, dedicação, insistência e, principalmente, pela confiança nas minhas investigações e no modo como as compreendo.

Aos meus queridos, amigos de estudos e de vida, Ramon Alcântara e Dalva Regina. Aos colegas de história da educação Wilson Xavier, Priscilla Leandro, Vívica Silva, Nayana Mariano e Thiago Oliveira.

Aos professores que me ensinaram sobre educação, história, história da educação, pesquisa e, principalmente, por me inspirarem a ser uma profissional com ética, dedicação e responsabilidade: Dadá Martins, Antônio Pinheiro, Cláudia Cury, Mauricéia Ananias, Chartlton Machado, Lúcia Nunes, Cristiano Ferronato, Fabiana Sena, Socorro Queiroga e Carlos Augusto.

Agradeço a professora Alessandra Schueler, por desde a qualificação, atenciosamente, ter aceitado fazer a leitura desta pesquisa, indicando leituras valiosíssimas.

E ainda a Rodrigo Gagliano, pela leitura cuidadosa desta dissertação, pelas conversas e por, especialmente, sugerir e me incentivar a expressar as minhas ideias nos textos.

Agradeço também aos grupos de estudos e pesquisas História e Sociedade no Brasil – HISTEDBR-PB e História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO.

E, por fim, à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender e situar o debate educacional na Primeira República no Brasil. Para tanto, buscamos estabelecer similaridades e particularidades das propostas educacionais anunciadas por Carlos D. Fernandes em relação aos intelectuais brasileiros do mesmo período, como, por exemplo: Rui Barbosa, José Veríssimo, Olavo Bilac, Manoel Bomfim, Carneiro Leão, Catharina Moura, entre outros. Ainda nos propomos interpretar a trajetória e atuação intelectual de Carlos D. Fernandes, em especial no contexto paraibano, tendo em vista sua inserção na imprensa; e, por fim, identificar e compreender, nos seus textos, temáticas de relevância educacional no período como o nacionalismo, a infância e o feminismo. Justificamos nosso recorte temporal, de 1913 até 1925, a partir do momento em que Carlos D. Fernandes atuou como intelectual renomado no estado da Paraíba, assumindo a direção da imprensa oficial. Nossa operação histórica está embasada na aproximação com a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer e com os fundamentos da história de Antonie Prost, que nos auxiliam a pensar a história da educação a partir das noções de *experiência* e *compreensão*. As fontes estão divididas em dois suportes que englobam a discussão das fontes impressas: uma parte delas se soma ao conjunto de documentos que nos auxiliaram a entender a trajetória e atuação de Dias Fernandes como cartas, jornais, biografias, livros e mensagens presidenciais; a outra parte constitui o corpus documental produzido pelo próprio sujeito, Carlos D. Fernandes, como matérias no jornal *A União*, opúsculos derivados das conferências públicas proferida na capital paraibana e o livro infantil *Escola Pittoresca*. Discutiremos primeiramente as múltiplas interpretações que correspondem à vida de Carlos D. Fernandes. Diante disso, é possível argumentar que Dias Fernandes assumiu uma posição de destaque entre os homens de letras no estado, mesmo que haja interpretações contraditórias a respeito da sua atuação. Dessa forma, nossa pesquisa procurou destacar outro ponto de vista sobre sua experiência intelectual, chamando atenção para a relação do intelectual com o meio cultural e político do seu tempo, bem como o inserir na tradição de intelectuais da imprensa cuja atribuição se dava mediante a missão pedagógica encarnada por esses sujeitos. Trataremos também das questões que atravessaram os debates educacionais na Primeira República, indicando quais foram as propostas anunciadas por Carlos D. Fernandes: a primeira estava atrelada as concepções nacionalistas as quais desembocaram na literatura infantil com finalidades didáticas, a segunda recaiu na preocupação de educar, moralizar e higienizar as crianças das camadas populares e, por fim, buscamos apresentar quais foram suas contribuições para a discussão em torno do papel que a mulher deveria assumir na sociedade. Diante disso, compreendemos que Carlos D. Fernandes exerceu uma função importante na educação do estado, pois foi um sujeito que despertou interesse de intelectuais, políticos e de jovens. Além disso, teve uma proeminente participação pública no cenário paraibano, através da publicação de livros, do exercício do jornalismo e dos pronunciamentos nas conferências públicas.

Palavras-chave: Carlos D. Fernandes. Intelectuais. Educação. Jornalismo. Conferências.

RÉSUMÉ

Cette recherche de master a pour objet l'étude de l'oeuvre éducationnelle de Carlos D. Fernandes dans la Parahyba du Nord, actuel Etat de la Paraíba. Dans ce travail, nous cherchons à comprendre sa trajectoire intellectuelle, formée par ses itinéraires de formation, de génération et de réseaux sociaux. Nous nous intéressons également aux questions qui ont traversé les débats éducationnels pendant la Première République, indiquant celles des propositions annoncées par Carlos D. Fernandes qui étaient liées aux conceptions nationalistes sur la manière d'éduquer, de moraliser et d'hygiéniser les enfants des couches populaires et sur le rôle réservé à la femme dans la société. Nous justifions le choix de centrer notre recherche sur la période 1913-1925 car ce sont les années où Carlos D. Fernandes, qui dirige alors la presse officielle, agit comme intellectuel renommé dans le contexte de la Paraíba. Les sources utilisées pour ce travail se répartissent de la manière suivante : la première partie se compose de l'ensemble des documents permettant de comprendre la trajectoire et l'action de l'intellectuel : lettres, journaux, biographies, livres et messages présidentiels; la seconde partie réunit un corpus de documents produits par le sujet lui-même : articles parus dans le journal *A União*, romans, opuscules et le livre pour enfants *L'Ecole pittoresque*. Notre approche historique est fondée sur le rapprochement de l'herméneutique de Hans-Georg Gadamer et des fondements de l'histoire d'Antonie Prost, qui nous permet de penser l'histoire de l'éducation à partir des notions d' *expérience* et de *compréhension*. Face à tout cela, nous comprenons que Carlos D. Fernandes a joué un rôle important dans l'éducation de l'Etat, en suscitant largement l'intérêt de jeunes, d'érudits, de journalistes, de professeurs - hommes et femmes -, d'étudiants, de médecins, de dentistes et de politiciens. L'intellectuel a, en outre, participé de façon éminente à la scène publique de l'Etat, à travers la publication de livres, la pratique du journalisme et de nombreuses conférences publiques.

Mots clés: Carlos D. Fernandes. Education. Littérature. Journalisme. Conférences

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CARLOS DIAS FERNANDES E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O ITINERÁRIO DA PESQUISA	9
1.1 A EXPERIÊNCIA DA COMPREENSÃO COMO PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA: OBJETO, RECORTE TEMPORAL, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	11
1.2 INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA.....	23
1.3 IMPRESSOS E O MERCADO EDITORIAL: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS ESCRITOS DE CARLOS DIAS FERNANDES.....	31
CAPÍTULO 2 - A TREJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLOS DIAS FERNANDES: IDEIAS EM SEU CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO	45
2.1 OS INTÉRPRETES NO CONTINUUM DA TRADIÇÃO: CARLOS DIAS FERNANDES UM RETRATO INTELECTUAL MULTICOR.....	48
2.2 A GERAÇÃO DO INTERMEZZO: LITERATURA, JORNALISMO, VIDA E ATUAÇÃO DE CARLOS D. FERNANDES	61
CAPÍTULO 3 - NACIONALISMO E INFÂNCIA: AS IDEIAS PEDAGÓGICAS DE CARLOS DIAS FERNANDES	80
3.1 INTELECTUAIS, ANALFABETISMO E NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO.....	82
3.1.2 <i>A literatura Infantil como experiência didática na Primeira República</i>	<i>94</i>
3.2 A EMERGÊNCIA DA INFÂNCIA NAS IDEIAS DE CARLOS D. FERNANDES.....	104
3.2.1 <i>Educar, higienizar e moralizar a infância proletária</i>	<i>106</i>
CAPÍTULO 4 - O FEMINISMO: EMANCIPAÇÃO DA MULHER PELA CULTURA E PELO TRABALHO	119
4.1 CARLOS D. FERNANDES E O FEMINISMO NA PARAHYBA DO NORTE: OS DIRETOS DA MULHER	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	153
FONTES	166

CAPÍTULO 1

CARLOS DIAS FERNANDES E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EDUCACIONAL NA PRIMIERA REPÚBLICA: O ITINERÁRIO DA PESQUISA¹

O que chegou a nós pelo caminho da tradição de linguagem não é o que restou, mas é transmitido, isto é, nos é dito – seja na forma na tradição oral imediata, onde vivem o mito, a lenda, os usos dos costumes, seja na forma da tradição escrita, cujos signos de certo modo destinam-se diretamente a todo e qualquer leitor que esteja em condições de os ler. (GADAMER, 2008).

A ideia central deste trabalho surgiu como desdobramento de pesquisas anteriores². No curso de pedagogia (Universidade Federal da Paraíba - UFPB), no ano de 2010, apresentamos como trabalho de conclusão de curso: *Manoel Bomfim um intelectual da Primeira República: Educação, formação nacional e Brasil moderno*. Esse trabalho nos levou a reflexões importantes, sobre o papel desempenhado pelos intelectuais brasileiros na Primeira República, como também acerca da própria atuação de Bomfim no campo educacional.

O tema da educação foi fundamental na obra do intelectual sergipano³. O seu pensamento social, político, histórico e educacional ainda pode ser referenciado pelo trabalho de Aguiar (2000), que o denominou de *O rebelde esquecido*⁴. Nosso estudo privilegiou o

¹ O primeiro capítulo neste formato, sem a introdução que deveria anteceder-lo, é uma exigência do Programa Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB.

² Essa pesquisa estava atrelada a atividades desenvolvida no Programa de Iniciação a Docência (PROLICEN), na graduação em Pedagogia/UFPB (2009-2010), intitulados: *Intelectuais, Formação Nacional e Educação no Brasil Moderno: A “Geração de 1870” e a crítica de Manoel Bomfim*, no ano 2009, e *Intelectuais e formação nacional na Primeira República: Educação, reformas sociais e revolução no Pensamento de Manoel Bomfim*, em 2010. As atividades anteriores e este trabalho de mestrado estão vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – GT Paraíba (HISTEDBR-PB), através da Linha de Pesquisa *História Intelectual e dos Intelectuais, (auto)Biografias e Estudos de Gênero*.

³ Podemos citar alguns trabalhos que discutem a relação de Bomfim com a educação, a saber: Botelho (2002); Freitas (2002); Santos e Oliva (2004); Machado e Nunes (2007); Machado e Suassuna (2009); Galvínio (2010); Costa, Galvínio e Espindola (2010).

⁴ Em certa medida, o esquecimento atrelado a Bomfim foi devido ao que, Aguiar (2000), Ortiz (2006) e Reis (2006) associaram ao pensamento, o denominando de uma *interpretação dissidente do Brasil*. As ideais radicais de Bomfim foram rejeitadas pelo pensamento da esquerda e pelo da direita no Brasil (AGUIAR 2000; REIS, 2006), sendo apenas retomado mais recentemente, por Darcy Ribeiro e outros interpretes brasileiros. Esta constatação pode ser referenciada, por exemplo, pelo clássico estudo A

debate educacional presente na sua obra *América Latina: males de origem* (1905). Essa obra inseriu Manoel Bomfim no debate político e intelectual da Primeira República, através da *crítica radical* a algumas questões não solucionadas com o fim do regime imperial. Uma das questões levantadas por Bomfim (1993) estava associada à escravidão que, a despeito da liberdade jurídica concedida com a lei Áurea (1888), a sociedade ainda carregava os males e perpetuava os problemas derivados dessa experiência. A outra questão denunciava a educação como tradição, perpetuada pela herança ibérica na política brasileira, que além de estabelecer continuidades históricas de exploração do povo, promovia reformas sociais que nunca saíram do papel. As leis, para Bomfim (1993), eram completamente alheias à realidade nacional e copiadas de outros países. Conforme o intelectual sergipano, as soluções desses problemas só seriam possíveis se o Estado investisse em medidas práticas como: a disseminação de escolas primárias e a educação voltada para o trabalho racional (GALVÍNCIO, 2010).

Nos últimos dois anos, houve um movimento interno do próprio grupo de pesquisa, percebendo a necessidade de ampliar a temática, relacionando os trabalhos anteriores que se debruçavam nas ideias gestadas pelos intelectuais consagrados pela história dos intelectuais – Manoel Bomfim e Joaquim Nabuco⁵ –, com os intelectuais que tiveram atuação mais circunscrita no estado da Paraíba – José Américo de Almeida (1887-1980), Silvino Olavo (1897-1969), Castro Pinto (1863-1944) e Carlos D. Fernandes (1876-1942)⁶. O contato com o

sociologia no Brasil, da autoria de Antônio Candido, publicado a primeira vez em 1959. Candido (2006) diminuiu o pensamento político de Bomfim em suas análises, revendo mais tarde o equívoco em *Radicalismo* (1999) e colocando-o devidamente entre os intelectuais de grande renome nacional, ao lado de Joaquim Nabuco (1849- 1910) e Sergio Buarque de Hollanda (1902-1982). Na versão que utilizamos sobre *A sociologia no Brasil*, publicada pela Revista *Tempo Social*, em junho de 2006, Candido (2006, p. 270-271) repara seu argumento: “Não me preocupei em corrigir erros eventuais, mas há um, talvez o maior, que me incomoda: a avaliação deficiente da obra de Manoel Bomfim, cuja importância e verdadeiro significado mais tarde compreendi.”.

⁵ Destacamos o intelectual Joaquim Nabuco, devido ao fato dos debates derivados do grupo de pesquisa, na graduação em Pedagogia, terem girado em torno desse intelectual e de Manoel Bomfim. Os desdobramentos dessas pesquisas se traduzem mediante o trabalho também em desenvolvimento, no mestrado, de Dalva Regina Araújo da Silva – PPGE/UFPB.

⁶ Em 2011, foi aprovado o PIBIC, *Circulação de ideais, Intelectuais, Educação e Modernidade na Parahyba (1870-1889)*, cuja orientação se deu pelo intermédio do professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa – PPGE/PPGS (UFPB), que também orientou dissertações que se debruçaram sobre os intelectuais paraibanos, a saber: a dissertação de mestrado de Simone Vieira Batista, *A Trajetória intelectual de Silvino Olavo: Uma análise histórica, cultural e educacional* – PPGE/UFPB – defendida em 2011; em 2012, Nilvana Dantas Brandão defendeu a tese de doutorado, *Trajetória intelectual de José Américo de Almeida: contribuições para o pensamento social brasileiro* – PPGS/UFPB; e, também em 2012, Maíra Lewtchuk Espindola defendeu a dissertação de Mestrado *Primeira República, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-195)- PPGE/UFPB*. É na esteira dessa produção que inserimos nossa pesquisa de mestrado sobre o intelectual paraibano Carlos D. Fernandes.

pensamento bomfiniano e de outros intelectuais do período, nos auxiliaram a tecer relações entre os intelectuais que atuaram no Brasil e na Paraíba, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Esses sujeitos acreditavam que a educação era a *redenção* dos males de origem, propondo-a como estratégia central para viabilização da modernidade brasileira. Nesse sentido, essas ideias suscitaram intensos debates políticos sobre a constituição da nação (BOTELHO, 1999, 2002, 2005). Destacamos que esses debates não se deram de modo consensual, pois, as propostas educacionais desses sujeitos nos remetem à necessidade de uma investigação mais aprofundada, tendo em vista marcar, por um lado, as peculiaridades das suas ideias educativas e, por outro, perceber similaridades entre eles.

Neste capítulo, nos propomos discutir a relação entre hermenêutica e história como proposta de compreensão, buscando evidenciar como esses pressupostos nos guiaram durante a pesquisa; em seguida, procuramos sistematizar o desenvolvimento das pesquisas sobre intelectuais situando, desse modo, nossas referências em história da educação; e, por fim, investigamos o modo de produção e circulação dos escritos de Carlos D. Fernandes, com a intenção de entender o lugar social ocupado pela fonte e pelo sujeito na vida cultural do estado paraibano. Na seção a seguir, discutiremos os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam esta pesquisa.

1.1 A EXPERIÊNCIA DA COMPREENSÃO COMO PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA: OBJETO, RECORTE TEMPORAL, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

José Carlos Reis (2011) nos propõe que façamos o movimento de *pensar a história*: articular, ligar, conectar, reunir, periodizar e atribuir sentido aos fatos, aos indivíduos, aos documentos, às datas e às sociedades. É a partir desse argumento que Reis (2011) vincula o conceito gadameriano de *consciência histórica* com a necessidade de historicizar o pesquisador, o texto e o contexto estudado, o definindo como: “[...] a capacidade que cada época tem de se representar e se atribuir uma identidade e um sentido, mesmo se ainda está no tempo, inacabada e incompleta, e não pode ter de si mesma visão global.” (REIS, 2011, p. 23). Ou seja, a consciência histórica é uma consciência coletiva em seu tempo, no qual a sociedade – através dos seus sujeitos, das suas instituições, das ideias circulantes, das suas diversas manifestações culturais e artefatos – atribui sentido a sua experiência histórica. Para nós, a consciência histórica educacional assume o significado da consciência coletiva de uma época, podendo ser representada pelo conjunto de processos que focaram a educação como

primordial, sejam ideias, sujeitos, instituições, impressos, materiais escolares, fotografias ou qualquer outro fragmento dessa realidade, que nos conduza à aproximação de um tempo remoto.

Para realizar essa operação histórica⁷ travamos um diálogo entre história e hermenêutica, nos apoiando em duas categorias subjacentes a ambas: *experiência* e *compreensão*. Em *Doze Lições sobre a História*, Antoine Prost (2008) adverte que, no *ofício do historiador*, o elemento chave são suas vivências. A experiência, nesse sentido, assume o modo por meio do qual o historiador pensa, entende e descreve os acontecimentos do passado: “[...] o historiador compreende as situações históricas a partir da experiência adquirida das diversas práticas sociais.” (PROST, 2008, p.145). Isto é, a história se faz diante da capacidade de compreender a experiência humana em sociedade. O historiador questiona o passado a partir do presente, mediante os resquícios desses acontecimentos que chegam até nós através da tradição (GADAMER, 2008; PROST, 2008).

Prost (2008) cita Febvre e Bloch, corroborando a ideia de que a profissão de historiador seria similar a de um artesão, pois, não decorre apenas de métodos cientificamente comprovados. O pesquisador se torna historiador mediante suas práticas e aprendizados:

[...] ao utilizar o léxico do artesanato, os historiadores traduzem um aspecto essencial de sua experiência, ou seja, o sentimento profundo de que não existe regra que possa ser aplicada de uma forma automática e sistemática, que tudo é uma questão de dosagem, tato e compreensão. Sem que deixem de ser – e sejam realmente – rigorosos, servindo-se do léxico da ciência. (PROST, 2008, p. 135).

Nesse sentido, acreditamos que a experiência da pedagogia pode ser um pressuposto positivo na escrita da história da educação: os pedagogos se dispõem a compreender os fenômenos educacionais do passado, imbuídos da estreita aproximação com as questões educativas do presente. Segundo Saviani (2005), com o desenvolvimento das pesquisas educacionais no âmbito da pós-graduação, a história da educação passou a despontar com

⁷ A noção de operação histórica que utilizamos neste trabalho faz referência ao conjunto de práticas – leituras, catalogação das fontes, interpretação das fontes e escrita da narrativa –, que anunciaremos nessa seção. Segundo Certeau (2011, p. 45), esse exercício é estabelecido pelo o historiador com a “[...] sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.” Na esteira dessa concepção, ainda conforme o autor, é preciso compreendê-la “[...] entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’ (CERTEAU, 2011, p. 46-47).

pesquisas nesse campo, sendo possível perceber o grande esforço desses profissionais para se apropriar do arcabouço teórico-metodológico dos *historiadores de ofício*.

Para compreender os múltiplos objetos educacionais e históricos que configuram o itinerário das pesquisas em história da educação, a hermenêutica gadameriana e o conhecimento histórico, conforme Prost (2008) nos aponta para uma ideia comum: a necessidade de conhecimentos que antecedem o ato da pesquisa. Gadamer (2008) se refere à noção de *preconceitos* e Prost (2008, p.145) menciona a necessidade das condições de “experiência prévia da ação e da vida dos homens em sociedade”. Isso quer dizer que o pesquisador:

[...] não é uma tabula rasa no sentido lockeano; ao contrário, inserido em uma tradição, o intérprete põe em jogo os seus próprios preconceitos na tentativa de fazer justiça à proclamação da verdade do texto, ultrapassando, deste modo, o seu ponto de vista inicial e isolado e a sua preocupação com a individualidade do autor. (COSTA, 2005, p. 01).

Nesse sentido, a ideia de preconceito desenvolvida por Gadamer (2008) nos chama atenção enquanto condição essencial do processo de compreender/interpretar⁸, que é a própria historicidade do interprete e do objeto⁹. Essa forma de conhecimento buscava se afastar por completo dos preconceitos, acreditando que seria possível a relação neutra entre o pesquisador e o objeto (BLEICHER, 2002). Portanto, os preconceitos são justamente os tipos de prejulgamentos:

[...] necessários para que possamos abrir caminho, embora experimentalmente, no pensamento cotidiano, na conversação e na ação [...] A idéia não é nos livrarmos de todo o preconceito, mas examinarmos nossos preconceitos herdados historicamente e mantidos irrefletidamente e mudar aqueles que mutilam os esforços que fazemos para compreender os outros, e nós mesmos. (GARRISON *apud* SCHWANDT, 2006, p. 199).

⁸ Para Gadamer : “[...]a compreensão tem de ser vista como uma interpretação e essa interpretação é a forma explícita da compreensão.” (BLEICHER, 2002, p. 161). Portanto, neste trabalho, utilizamos a noção de compreender e interpretar de modo similar, também atribuímos o mesmo significado para pesquisador e interprete.

⁹ Com isso, Gadamer (2008) pretende fazer uma crítica à apropriação negativa dessa expressão feita pelo Iluminismo, o qual acabou influenciando as atitudes de alguns românticos, moldando a perspectiva do historicismo e das ciências humanas do século XIX.

Desse modo, os preconceitos são requisitos fundamentais para a *experiência* que tem um papel importante na tarefa de compreender. O pesquisador conecta suas experiências a de outros sujeitos tecendo, desse modo, sua interpretação sobre o fenômeno em questão:

[...] o historiador tem apenas uma vida; além disso, ele passa longos períodos em bibliotecas e arquivos. É impossível ser, sucessivamente, ministro, monge, cavaleiro, bancário, camponês, prostituta; é impossível conhecer, sucessivamente, a guerra, a fome, a revolução, a crise, os descobrimentos. Portanto, ele é obrigado a se basear na experiência dos outros. Essa experiência social indireta – de algum modo por procuração – transmite-se através de relatos de amigos, de pessoas conhecidas e testemunhas. (PROST, 2008, p.146).

Na esteira dessa argumentação, em *Verdade e Método*, Gadamer (2008) defende que, para a hermenêutica, a experiência e a compreensão são indissociáveis. A hermenêutica se refere ao problema da compreensão e interpretação dos significados de textos, ações humanas e produtos culturais em geral (COSTA, 2004; SCHWANDT, 2006). Segundo Prost (2008, p. 141), a compreensão para a história seria o modo de validar seu conhecimento:

A noção de compreensão assume, neste aspecto, um valor polêmico; ela visa conferir às ciências humanas uma ‘respeitabilidade científica’ e uma legitimidade semelhante às das ciências propriamente ditas. Mesmo negando o *status* de ciências à história, esta não se limita à manifestação de uma opinião, nem os historiadores afirmam o que bem entenderem. Entre a ciência e a simples opinião, entre um saber e um “palpite”, existem modos rigorosos de conhecimento que pretendem alcançar a verdade. Esse é o sentido da noção de compreensão: propor um modelo de inteligibilidade próprio a essa ordem de fenômenos.

Diante disso, mais uma vez, estreitamos a relação entre história e hermenêutica. A *historicidade da compreensão* para Gadamer (2008) significa pensar que tanto o interprete quanto o fenômeno social estudado estão imersos, respectivamente, em suas tradições. Dito de outra forma:

O que Gadamer quer nos dizer é que a construção do presente não é possível sem a existência de um “diálogo” com o passado; esse “diálogo”, característico do conhecimento histórico, constitui uma dimensão ontológica do ser-no-mundo já presente em Heidegger. (COSTA, 2004, p. 07).

Gadamer (2008) enfatiza que, na hermenêutica, a tradição foi constituída a partir da relação de rememoração com o passado, tendo sido transmitida por oralidade, ou pelos

escritos que chegaram até nós. Prost (2008) argumenta na mesma direção, propondo que a pesquisa histórica se faz mediante as perguntas elaboradas por situações concretas no presente e se refere a ele: “A explicação do passado baseia-se nas analogias com o presente, mas, por sua vez, ela alimenta a explicação do presente” (PROST, 2008, p. 146).

Sendo assim, pesquisador e objeto estão unidos através dos vínculos com o passado. Esse movimento dialógico entre passado e presente quer situar, por um lado, o intérprete imbuído dos seus preconceitos derivados da sua experiência histórica em uma determinada tradição e, por outro, quer explicar que, para compreender um fato passado, é preciso se aproximar do seu contexto reconhecendo nele as marcas do tempo que não é o seu, mas, que são possíveis de serem identificados nos dias atuais (GADAMER, 2008).

Nosso trabalho busca entender, através das relações de Carlos D. Fernandes com as discussões educacionais, a conformação histórica da educação brasileira na primeira fase do período republicano. As perguntas que fazemos ao passado são derivadas da nossa experiência na disciplina história da educação, no curso de licenciatura em Pedagogia (UFPB), e da inserção nos já citados Grupos de Pesquisa que buscam compreender as relações dos intelectuais com a educação no Brasil, na transição do século XIX para o século XX.

Dessa forma, partimos de dois questionamentos que para nós se tornaram fundamentais. Primeiro, nossa inquietação faz parte da ausência de conhecimento sobre a história do campo educacional no Brasil que, muitas vezes, é passada nos cursos de formação de professores mediante o pressuposto da história das ideias pedagógicas, com forte caráter universal (SAVIANI, 2005), ou, quando enfatizadas as experiências brasileiras, priorizam o contexto sul-sudeste (PINHEIRO, 2007). Segundo Saviani (2005) e Pinheiro (2007), a disciplina, no Brasil, se constituiu enquanto preocupação associada aos cursos de formação de professores.

Saviani (2005) levanta a questão de que o ensino de história da educação, muitas vezes, opera desvinculadamente da pesquisa, ou quando contemplados ocorre a supremacia, seja do ensino, seja da pesquisa. Nesse sentido, esse conhecimento acaba não se configurando enquanto uma ferramenta que leve os professores a pensarem a “[...] relação íntima que mantém com a educação enquanto prática da qual se origina e se destina.” (SAVIANI, 2005, p. 28).

Pinheiro (2007) faz um balanço da disciplina no contexto nordestino, mapeando tanto a produção no âmbito da pós-graduação, mediante as pesquisas apresentadas em eventos de história da educação, como também avaliando a trajetória da disciplina, mais especificamente,

nas ementas dos cursos de formação de professores da UFPB. Conforme esse autor, foi a partir da década de 1990 que a disciplina começou a integrar, nos seus planos de aulas, as temáticas locais, contemplando a educação paraibana. Esse fato ocorre concomitantemente ao desenvolvimento das pesquisas na área, com o pioneirismo do grupo HISTEDBR-PB que, criado em 1992, teve como primeira finalidade o mapeamento e catalogação de fontes primárias e secundárias no estado.

Ainda, segundo Pinheiro (2007), a entrada no século XXI marca a disciplina no sentido do imbricamento entre pesquisa e ensino. As pesquisas produzidas sobre a história da disciplina enfatizam a necessidade de se buscar novos conhecimentos e saberes: “Trata-se, portanto, da efetivação na prática cotidiana de um *princípio pedagógico* contemporâneo, qual seja, o de ensinar e aprender pela pesquisa.” (PINHEIRO, 2007, p. 278). No entanto, no que confere a prática efetiva dessa disciplina é preciso que seja levado em consideração a resistência dos próprios professores de assimilar, na sua prática, a pesquisa como prerrogativa para aprendizagem e introdução das investigações locais (PINHEIRO, 2007). Nesse sentido, nossa formação foi calcada nesses *espaços vazios* que não nos possibilitaram mapear e compreender as práticas que configuram a educação no Brasil, e, nem tão pouco, na Paraíba.

Derivado da questão anterior, nossa segunda inquietação, parte do contato com a literatura especializada que versa sobre os intelectuais atuantes no campo educacional. Desse modo, percebemos que os debates educacionais no Brasil foram encarnados por esses sujeitos com prerrogativa de urgência na construção do Estado nacional. As pesquisas de Botelho (1999, 2002), Alonso (2000), Freitas e Kuhlmann Jr (2002), Vieira (2002, 2007, 2011), Faria Filho (2005, 2009), Mello (2009), Schueler e Magaldi (2009), Costa (2012), entre outros, destacam um número significativo de indivíduos que se engajaram em lutas focalizando os debates educacionais e a criação/consolidação de um sistema de educação nacional.

Consultamos o site da Sociedade Brasileira de História Educação (SBHE)¹⁰ e verificamos que, desde 2001, mais precisamente, os eventos do Congresso Brasileiro de

¹⁰ A SBHE é uma sociedade sem fins lucrativos que visa: congregar os profissionais brasileiros que realizam atividades de pesquisa e/ou docência em História da Educação; realizar e fomentar estudos de História da Educação; estimular estudos interdisciplinares, promover intercâmbio, favorecendo especialistas em áreas afins; propiciar o culto da crítica e do pluralismo teórico na área em atividades e produções; estimular diferentes formas de divulgação e informação das produções em História da Educação; e, organizar e promover eventos, seminários, cursos e outras iniciativas similares, podendo interagir com associações congêneres com vistas a atualização do conhecimento e a socialização das experiências realizadas na área. Ver o Estatuto, capítulo I, art. 30. Disponível em: <www.sbhe.org.br>.

História da Educação contam com a presença de eixos temáticos, cujos títulos fizeram menção aos intelectuais na educação, a saber: *Intelectuais e Memória da Educação no Brasil*, em 2002; *Intelectuais, pensamento social e educação*, em 2006; *Políticas Educacionais, Intelectuais da Educação e pensamento pedagógico*, em 2008; no ano de 2011, *Impressos, Intelectuais e História da Educação*; e, em 2013, repetiram o mesmo título de 2011¹¹.

Diante disso, é possível traçar um breve panorama dos trabalhos apresentados¹², indicando que essas pesquisas buscam relacionar os intelectuais de forma direta e indireta com as propostas educativas. Quando se referem a esses sujeitos de maneira direta, os tomam como o próprio objeto de investigação e as análises se dedicam a examinar os intelectuais e suas ações na configuração da educação brasileira. Quando o foco recai nas leis, nos discursos, nos jornais, nos livros e nas instituições, os intelectuais são tomados de forma figurativa, enfatizando apenas seus nomes e as cronologias, nesse último caso, não se analisa a trajetória nem a ação do sujeito.

Esses estudos sugerem tais personagens como elementos importantes nos processos educacionais e nos mostram também a necessidade de maiores aprofundamentos e avaliações sobre a temática. Entretanto, o conhecimento produzido por essas pesquisas ainda não penetraram, de modo mais abrangente, na prática do ensino de história da educação, como nos alerta o balanço de Saviani (2005) e Pinheiro (2007). Se, por um lado, as pesquisas sobre intelectuais indicam um constante interesse da área, por outro, ainda apontam para a fragilidade da disciplina não ter incorporado a atuação desses sujeitos e, de modo mais particular, no que confere as investigações locais.

Portanto, este trabalho se insere nos debates atuais que buscam preencher essa lacuna, trazendo à baila quais foram as contribuições desses intelectuais, principalmente, no contexto paraibano e no conturbado período da Primeira República, envolvendo questões como: a

¹¹ No Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em Vitória-ES, em maio de 2011, participamos com apresentação em comunicação oral, intitulada *Uma Hermenêutica do Nacional da Primeira República: Educação, Reformas Sociais e Revolução no Pensamento Radical de Manoel Bomfim*, e, em 2013, em Cuiabá –MT apresentamos o trabalho *Educação e Analfabetismo na Primeira República: a crítica do intelectual paraibano Carlos Dias Fernandes*. Ambos os trabalhos foram realizados em co-autoria com o prof. Jean Carlo de Carvalho Costa.

¹² Não conseguimos levantar quantitativamente todos os trabalhos apresentados nos eixos, pois, não foi possível ter acesso pelo site da Sociedade. Os trabalhos que estamos fazendo menção são aqueles referentes aos anos de 2006 – que contou com 37 trabalhos publicados em anais – e de 2008 – que teve 161 trabalhos –, também destacamos que devido ao fato desses eixos não tratarem apenas dos intelectuais, estamos nos referimos àqueles trabalhos que referenciam os intelectuais nas suas pesquisas.

consolidação do Estado nacional, analfabetismo, identidade brasileira, higienismo, civismo, infância, educação feminina e ampliação do acesso à educação.

No nosso processo de investigação/interpretação, o contato com nosso objeto de estudo não se deu de forma arbitrária, nem tão pouco, passiva. A possibilidade de tomar Carlos D. Fernandes como sujeito das nossas investigações está relacionada com o desenvolvimento de pesquisas anteriores, mencionadas neste trabalho. Nesse sentido, temos algumas inquietações acerca da atuação dos intelectuais na Paraíba: quem foram esses sujeitos? Quais eram suas ideias educacionais? Qual sua relação com o debate nacional? O que eles produziram?

Na ocasião da construção do projeto de mestrado, para linha de História da Educação PPGE/UFPB, tínhamos como objetivo central estudar o debate educacional dos intelectuais mediante a análise de livros de leituras escritos para as crianças, entre o século XIX e o século XX. Submetemo-nos a seleção de 2011 com o projeto: *Itinerários Intelectuais, Literatura e Formação Nacional: um projeto pedagógico para a infância brasileira na Primeira República*. A partir da sugestão do Prof. Dr. Antonio Carlos Pinheiro, interessamo-nos pela atuação do intelectual Carlos D. Fernandes. O primeiro contato com a produção desse sujeito aconteceu através da leitura do trabalho doutoral da Profa. Dra. Fabiana Sena (2008), no qual foi possível averiguar que o referido sujeito escreveu um livro de leitura intitulado *Escola Pittoresca* (1918). Entretanto, nosso interesse pelo Carlos D. Fernandes foi crescendo, na medida em que fomos tendo acesso à literatura paraibana, a qual versava sobre sua atuação no estado. Sendo assim, ampliamos nossos *horizontes*¹³ identificando uma série de questões educacionais tratada por esse intelectual.

A coleta e seleção de fontes iniciaram-se nos arquivos públicos da cidade de João Pessoa-PB, a saber: Instituto Histórico Geográfico Paraíba (IHGP); Hemeroteca do Arquivo Judiciário; Biblioteca Álvaro de Carvalho da Academia Paraibana de Letras (APL) e o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, que se encontra na Fundação Espaço Cultural

¹³ O uso dessa expressão se encontra ligada ao conceito hermenêutico de *fusão de horizontes* que, conforme Bleicher (2002, p. 159) quer explicar: “Tanto o intérprete como parte da tradição que está interessado contêm o seu próprio horizonte; contudo, a tarefa não consiste em colocarmo-nos dentro deste último, mas em alargarmos o nosso próprio horizonte para interagir com o outro. [...] o nosso horizonte está em constante processo de formação, pondo a prova os nossos preconceitos no encontro com o passado e tentando compreender partes da nossa tradição. Por conseguinte, é inadequado conceber um horizonte isolado do presente, visto que ele foi já formado através do contato com o passado. [...] o interprete tem, primeiro a consciência de uma distância entre o texto e o seu próprio horizonte, que leva, no processo de compreensão, a um novo horizonte compreensivo que transcende a questão e os preconceitos iniciais.”

(FUNESC). Esse primeiro processo foi imprescindível para começar a traçar os rumos da nossa pesquisa e constatar que o intelectual Carlos D. Fernandes se alinhava nas abordagens desenvolvidas no nosso grupo de pesquisa.

Após a verificação das fontes, algumas decisões foram tomadas. A primeira está atrelada ao recorte temporal, pois, nossa intenção é compreender as propostas educacionais gestadas por Carlos D. Fernandes no período em que atuou como intelectual renomado na Paraíba, optando por estudá-lo, de modo mais específico, na época em que assumiu a direção da imprensa oficial paraibana, de 1913 até 1925. Contudo, essa opção não excluiu a dimensão global da sua trajetória intelectual e precisamos, em muitos momentos da pesquisa, recorrer a outras fases da sua atuação como, por exemplo, o início da sua carreira de jornalista, a sua formação superior, que se deu na faculdade do Recife, entre outros momentos. A necessidade desses recuos se fez mediante o entendimento de que, na trajetória intelectual de um sujeito, é preciso ser levado em conta, como nos alerta Sirinelli (1998, 2003), os itinerários de formação, a geração e a sociabilidade.

A imprensa, no Brasil, segundo Sergio Miceli (2001), foi liderada por intelectuais de prestígio junto aos governos. Os jornais tornaram-se uma ferramenta de legitimação social, marcando uma nova forma de atuação desses sujeitos nos espaços públicos (MICELI, 2001; MOREL, BARROS, 2003). Conforme Ângela de Castro Gomes (2010) foram nesses espaços, onde as palavras impressas circulavam, que os intelectuais constituíram suas redes de sociabilidade e divulgaram seus projetos políticos. Na esteira desse argumento, Campos (2012) nos diz que, na passagem dos séculos XIX para o século XX, a imprensa teve uma forte contribuição enquanto disseminadora de propostas políticas e um caráter eminentemente pedagógico, envolvendo a população nos pressupostos civilizatórios do período.

A segunda decisão se refere aos textos selecionados para o estudo, que obedeceram dois critérios fundamentais. Primeiramente, procuramos dar ênfase aos textos produzidos na Paraíba. No entanto, dois desses escritos fogem a essa regra, nos referimos ao romance *A Renegada* de 1908 e publicado no Recife, e *Escola Pittoresca* de 1918 e publicado no Rio de Janeiro. O segundo critério que elegemos foram as temáticas educacionais que circulavam na Primeira República brasileira, a saber: analfabetismo, literatura, nacionalismo, infância e feminismo. No decorrer do processo investigativo, a experiência intelectual desse sujeito, nos levou a somar outras questões, como: a higiene, o vegetarianismo e a proteção aos animais como ideais civilizatórios.

As fontes estão divididas em dois suportes, que englobam a discussão das fontes impressas: uma parte delas se soma ao conjunto de documentos que nos auxiliaram a entender a trajetória e atuação do nosso intelectual como cartas, jornais, biografias, livros e mensagens presidenciais; a outra, utilizamos para discutir seu modo de produção e circulação, por constituir o corpus documental produzido pelo próprio sujeito, Carlos D. Fernandes: matérias no jornal *A União*, opúsculos derivados das *conferências públicas* proferidas na capital paraibana e do livro infantil *Escola Pittoresca*¹⁴. Os textos do jornal *A União* foram fotografados e organizados em temas e ano, destacamos que apenas dois anos não foram consultados, 1915 e 1918, pois, ambos não se encontram no Arquivo Histórico Waldemar Duarte (FUNESC). Dos textos coletados nas bibliotecas públicas¹⁵ foram tirados xerocópias¹⁶.

Sobre o processo de *produção* e *organização* das fontes, Certaeu (2011) é muito elucidativo, no sentido em que coloca uma importante reflexão para o historiador, levando-o ao entendimento segundo o qual a manipulação desses documentos é parte constitutiva da operação histórica. Isto é, tanto o pesquisador, como os materiais selecionados, estão envolvidos na transformação do uso original em que esse material foi produzido:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documento” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e

¹⁴ As fontes foram interpretadas mediante as discussões realizadas nos estudos de: Facina (2004), Nunes (2005), Borges (2008); Ferreira (2008), Lucas (2010); Malatian (2009), Abreu (2010) e Campos (2012).

¹⁵ Quatro desses livros foram cedidos gentilmente para realização dessa pesquisa, a saber: *Escola Pittoresca* (1918) localizado, na biblioteca Juarez da Gama (FUNESC), pela profa. dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque, professora do PPGE/UFPB; *A Defesa Nacional* (1916) e *Vegetarianismo* (1916) encontrados, na biblioteca Central da UFPB, pelo doutorando Wilson José Felix Xavier (PPGE/UFPB); *Noção de Pátria* (1914) e *De “Rapaizinho” a Imperador* (1920) encontrados, também na biblioteca Central da UFPB, pela doutoranda Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (PPGE/UFPB). Após uma busca feita na biblioteca Central da UFPB, localizamos várias obras do intelectual, referente ao nosso recorte histórico, podemos citar: *Talcos e Avelório* (1915), *Palmas de Acanthos* (1917); *A Renegada* (1921); *Sansão e Dalila* (1921); *Livros das Parcas* (1921) e *Terras da Promissão* (1923). Desse modo, agradeço imensamente a colaboração dos colegas com essa pesquisa, bem como a sugestão da referida biblioteca da UFPB.

¹⁶ Utilizamos os recursos técnicos do fichamento que visa auxiliar o pesquisador na seleção, manipulação, ordenação e transporte das bibliografias. Utilizamos as fichas do tipo citação que, reproduzem de maneira “[...] fiel às frases e sentenças consideradas relevantes ao estudo em pauta” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 59), e também as fichas de resumo, as quais “[...] apresentam uma síntese bem clara e concisa das ideias principais do autor” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 60).

em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto proposto *a priori*. (CERTAEU, 2011, p. 69).

Portanto, compreendemos que nosso movimento investigativo não se realiza de modo apenas subjetivo, mas, o trabalho historiográfico requer do pesquisador as competências de compreender e dar sentido aos documentos (CERTAEU, 2011; REIS, 2011). Diante disso, organizamos nossos objetivos de modo que, buscamos compreender e situar o debate educacional na Primeira República no Brasil, tendo em vista marcar as similaridades e particularidades das propostas anunciadas por Carlos D. Fernandes em um exercício comparativo com outros intelectuais brasileiros do mesmo período, como, por exemplo: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Carneiro Leão, Catharina Moura, entre outros. Como objetivos específicos, elencamos: interpretar a trajetória e atuação intelectual de Carlos D. Fernandes, em especial no contexto paraibano, tendo em vista sua inserção na imprensa; e, por fim, identificar e compreender, nos seus textos, temáticas de relevância educacional no período como, o nacionalismo, a infância e o feminismo.

A partir das fontes selecionadas, foi possível confrontar nossos preconceitos com a tradição intelectual em que Carlos D. Fernandes estava inserido. Nesse sentido, ressignificamos alguns preconceitos iniciais, pois, essa relação de aproximação com o objeto de estudo sugere que: “[...] o intérprete tem, primeiro, consciência de uma distancia entre o texto e o seu próprio horizonte, que leva, no processo de compreensão, a um novo horizonte compreensivo que transcende a questão e aos preconceitos iniciais.” (BLEICHER, 2002, p.159). Nossa preocupação prévia se voltava para entender quais foram os *repertórios* que esses sujeitos utilizaram. Propomos a noção de repertório na linha de argumento apresentada por Alonso (2000), que o trata como parte das estratégias políticas de contestação do *status quo* da geração de 1870. Ela, sendo auxiliada por Charles Tilly, atribui sentido à categoria da seguinte forma:

Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta. [...]. Repertórios de ação coletiva designam não *performances* individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes conjuntos de atores. [...] um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. (TILLY *apud* ALONSO 2000, p. 46).

No curso da pesquisa, foi possível identificar um conjunto de repertórios políticos que perpassaram o período imperial até o início das primeiras décadas republicanas. A consciência histórica educacional na Primeira República foi atravessada por muitas das questões educacionais postas no Império, continuando a fazer parte da agenda política no regime subsequente (MELLO, 2009; SCHUELER, MAGALDI, 2009).

Diante disso, defendemos a hipótese de que Carlos D. Fernandes desempenhou, na Paraíba, o papel de interlocutor das ideias nacionais, sendo um sujeito tipicamente do jornalismo brasileiro do seu tempo, que não foi criador de novas ideias, mas, enunciador delas. Desse modo, Carlos D. Fernandes é visto, neste trabalho, pelo duplo aspecto da definição de intelectuais que, segundo Sirinelli (2003), precisa ser observado em conjunto: os dos criadores e mediadores culturais, e a noção de engajamento. Ao dizer que Dias Fernandes se apresentava como indivíduo engajado civicamente e enunciador de ideias, estamos enfatizando a “[...] sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que vivia – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende.” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Contudo, isso não significa que fechamos nossas lentes, como nos alerta Sirinelli (2003), mas quer ressaltar que, na época, pela configuração e distribuição do acesso à escolarização, Dias Fernandes foi um sujeito privilegiado no sentido em que teve acesso aos altos níveis da hierarquia escolar (GRAMSCI, 1982) e aos locais de sociabilidade intelectual, onde sujeitos letrados partilhavam e disputavam as ideias educacionais.

Nosso processo de interpretação dialógico-dialético¹⁷ é caracterizado como *situação hermenêutica*. Se começa por levar em consideração as ideias preconcebidas resultantes da relação do indivíduo com a tradição, antecipando o sentido em relação ao objeto como totalidade. Essa antecipação, por sua vez, se confirma, ou não, em confrontação com as análises específicas das partes desse mesmo objeto, em uma espécie de movimento concêntrico que ilustra a ideia de *círculo hermenêutico*¹⁸ (COSTA, 2004; SALES, 2002).

¹⁷ Esse modo de interpretar leva em consideração “[...] a relação dialógica entre intérprete e texto; dialética entre pergunta e resposta; abertura da tradição.” (BLEICHER, 2002, p. 157).

¹⁸ No glossário de *Hermenêutica Contemporânea* de Josef Bleicher (2002, p. 358), círculo hermenêutico significa: “condição ontológica da compreensão; parte de uma situação comum que nos liga à tradição em geral e à do nosso objecto de interpretação em particular; estabelece a ligação entre finalidade e universalidade e entre a teoria e praxis.”

Segundo Gadamer (2008), a interpretação se dá em forma de *acordo* entre o pesquisador e o objeto/texto em torno de um assunto comum. O acordo é a própria *conversação* que o interprete e o texto estabelece entre si, configurando a *fusão de horizontes*. A unidade comum a que se chega a partir do movimento circular da interpretação hermenêutica não significa uma única interpretação possível. O texto a ser confrontado por outros intérpretes, que irão sugerir uma nova relação: outras perguntas, novas respostas e vice-versa, estabelecendo entre eles um novo acordo.

É dessa forma, que “[...] o significado de um texto não pode comparar com um ponto fixo, inflexível e obstinado, que coloca sempre a mesma pergunta àquele que procura compreender [...]” (GADAMER, 2008, p. 502). Foi, nesse sentido, que, em estudo anterior, Costa, Galvínio e Espindola (2010) chamaram a atenção para ideia central que traduz a natureza da hermenêutica gadameriana, sintetizada no argumento do *inacabamento da interpretação*, a partir da obrigação interna à atividade do pesquisador e do próprio objeto que se interpreta.

Na próxima seção, apresentaremos os caminhos percorridos pelas pesquisas sobre intelectuais e educação. O objetivo dessa explanação é situar, dentro dessa produção, nossa própria pesquisa.

1.2 INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

De modo geral, há certo consenso em afirmar que o termo *intelectual* surgiu no contexto de mudanças que, ao longo do século XIX, se presentificaram enquanto transformações radicais na vida em sociedade. Na Polônia, por exemplo, em 1844, a palavra *intelligentsia* se populariza por designar os sujeitos bem educados da sociedade, que apoiados na razão, assumiram o papel de defensores da pátria e educadores do povo (VIEIRA, 2006).

Na Rússia, o termo *intelligentsia* fez parte do círculo literário da época e se referia ao homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado das mudanças sociais. Esses indivíduos se distinguiam dos demais por configurar uma elite que se destacava pelo alto grau de educação e formação, em detrimento das elites de sangue ou de posição econômica. Foi também na Rússia que o termo começou a ser criticado pelos próprios membros da *intelligentsia* como Tolstói, Dostoiévski e Tchekhov (VIEIRA, 2006). Em livro, hoje referência clássica, Marshall Berman (2007) ressalta que a década de 1860 constitui marco divisório na história da Rússia, isso porque ela se notabiliza pela emergência de uma

nova geração e de um novo estilo de intelectuais, advindo de origens e classes diversas. Nesse sentido, concordamos com Vieira (2006), e percebemos que, em *Memórias do subterrâneo*, Dostoiévski (1964) ironizou a ideia de que a *intelligentsia* russa possuía um grau elevado de moral e de aptidão política.

Na França, no fim do século XIX, principalmente associado ao caso Dreyfus, que se tornou uma referência para história política francesa, na terceira República, marcado por uma ação pública que envolveu artistas, cientistas e escritores contra o Estado, pelas normas jurídicas no processo que movia contra o militar Alfred Dreyfus, o termo *intellectuels* definia: um grupo social de homens e mulheres cultos que defendiam a liberdade e autonomia em relação à razão do Estado (VIEIRA, 2006).

No contexto brasileiro, as pesquisadoras Alonso (2002) e Gomes (2009) definem os intelectuais, atuantes na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas século XX, enquanto indivíduos que se encontram num espaço fronteiro: campo político e intelectual. As autoras enfatizam a impossibilidade de separar essas duas atividades naquele momento, pois, mesmo na Europa onde há muito tempo existiam instituições como universidades, museus, arquivos e associações literárias, essa separação precisa ser relativizada. Sendo assim, os intelectuais brasileiros devem ser pensados mediante a

[...] interseção entre os campos intelectuais e políticos, o que pode ser verificada, empiricamente, pelas posições ocupadas por diversos autores e atores na sociedade e, teoricamente, pela adoção de uma concepção de política aplicada. Ou seja, uma concepção que não se restringe à atuação formal em termos de funções representativas (executivas ou legislativas), podendo-se estender: 1) à defesa de ideais e/ou à formação de projetos político-culturais, mais ou menos bem acabados, que se manifestam pela produção de obras dos mais diferentes tipos, dirigidas aos mais diversificados públicos; 2) à ocupação de cargos/funções em *locos* privilegiados, fossem eles públicos (o funcionalismo público, uma espécie de segunda “pele” do intelectual desse período), ou privados, menos valorados pela bibliografia, mas não necessariamente menos importante. (GOMES, 2009, p. 26-27).

Os intelectuais, nesse sentido, estão estreitamente relacionados a atividades políticas, cívicas e de crítica ao poder e as estruturas tradicionais da sociedade. Sendo assim, “[...] enquanto as palavras: *sábio*, *erudito*, *letrado*, *bem educado* e *culto* representavam adjetivos associados a sujeitos privados, os termos *intelligentsia* e intelectuais representavam substantivos que conotam um sujeito coletivo em ação na esfera pública.” (VIEIRA, 2006, p. 04).

Na esteira desse argumento, a história dos intelectuais vem se tornando uma discussão bastante referenciada no meio acadêmico. As pesquisas demonstram que, além de se configurar como uma opção metodológica, o próprio sujeito, o intelectual, pode ser tomado enquanto objeto de investigação (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009; VIEIRA, 2006, 2011). A história da educação enfatiza que esses sujeitos são pertinentes para estudos educacionais, no sentido em que suas atuações como “[...] professoras e professores, literatos, jornalistas e políticos que, atuando como intelectuais, lançando-se na esfera pública e abraçando a causa da instrução, contribuíram para a constituição da educação como uma preocupação pública de primeira grandeza.” (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009, p. 01).

Dessa forma, neste trabalho, o intelectual paraibano Carlos Dias Fernandes, ao mesmo tempo em que se configura nosso objeto de estudo, situa nossa pesquisa dentro da perspectiva desenvolvida pela interseção entre história da educação e história dos intelectuais (FARIA FILHO; CHACON; INÁCIO, 2009; VIEIRA, 2006; 2011). É na esteira dessa argumentação que buscamos assentar nossa proposta interpretativa sobre a experiência desse sujeito.

A temática dos intelectuais como objeto de investigação tem acumulado discussões nas áreas das ciências sociais, da história e da educação. Essas têm se dedicado a compreender o lugar desses sujeitos na sociedade e suas imbricações políticas (VIEIRA, 2011). Peter Burke (1992), ao discutir as tendências que permeiam a nova história, argumentou sobre a aproximação dos historiadores com questões que, por muito tempo, apenas interessavam aos sociólogos e a outros cientistas sociais. Nesse sentido, a expansão do campo historiográfico implica também repensar as explicações históricas, no que confere às tendências sociais e culturais, se aproximando de áreas como sociologia, antropologia e política. Dessa forma, podemos observar que a história dos intelectuais se constitui enquanto um campo de diálogo, o qual interage com outras áreas do conhecimento como educação, história, sociologia, política, observado a partir do alargamento do campo historiográfico apontado por Burke (1992).

Segundo Vieira (2006), no caso da educação e, mais especificamente, na história da educação, o sujeito intelectual era tomado como objeto que buscava compreender, principalmente, a historiografia do campo. As pesquisas privilegiavam os filósofos e pedagogos nos moldes da genealogia, os cânones dos grandes educadores e as ideais educacionais de sujeitos que marcaram o debate educacional no Brasil. Nesse primeiro momento, entre os anos cinquenta, sessenta e setenta do século XX, a temática foi trabalhada

evidenciando a contradição entre católicos e escolanovistas. Se centrando nas ideias educacionais dos sujeitos, sem levar em consideração que essas ideias tinham uma relação profunda com o cenário político e cultural da época (VIEIRA, 2006, 2011).

Entretanto, as pesquisas atuais estão ratificando o deslocamento da atuação desses sujeitos “[...] associando ao movimento de agentes reconhecidos na esfera cultural que se movimentam em direção ao campo político” (VIEIRA, 2011, p. 02), que indica uma “encruzilhada do cultural e do político” (SIRINELLI, 1998, p. 259) como proposta de análise. Nesse contexto, os debates educacionais atravessavam as discussões dos intelectuais brasileiros, cuja ênfase se dava pelo argumento de que a estratégia educativa levaria o país a se tornar uma nação civilizada, tomando o modelo europeu e norte-americano como exemplos (BOTELHO, 2002, 2005; VIEIRA, 2011). Esse segundo momento das pesquisas busca, justamente, chamar atenção para a ideia de *ação política* movida pelos intelectuais (ALONSO, 2002; GOMES, 2010; VIEIRA, 2011)¹⁹.

No que se refere às escolhas de quais sujeitos selecionar para as pesquisas, destacamos que, na tradição da história da educação, há muitos trabalhos, os quais se debruçaram nas ideias e ações dos *renovadores da educação*. Principalmente, focando nas figuras de Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971). Nesse sentido, se percebe certa consagração em relação a esses sujeitos, devido ao fato de estarem envolvidos com as propostas apresentadas no *Manifesto dos Pioneiros* (1932) (CARVALHO, 1993).

Na primeira metade do século XX, a divulgação de manifestos como estratégia de intervenção política se fez muito presente no Brasil como, por exemplo, o *Manifesto Regionalista*, escrito por Gilberto Freyre, em 1926, e o *Manifesto Antropófago*, escrito por Oswald de Andrade, em 1928 (OLIVEN, 2002). Segundo Freitas (2005, p. 169), os manifestos significam uma escrita que tenta se projetar enquanto:

[...] portador de um “marco zero”. Atesta simultaneamente o que do passado deve ser deixado para trás e o que do futuro se anuncia nos seus conteúdos. O “novo” só é efetivamente novo se os princípios forem aceitos e suas reivindicações atendidas. Por isso, manifestos têm signatários que são

¹⁹ Foi nesse contexto, a partir dos anos oitenta e noventa também do século XX, que podemos verificar as contribuições teórico-metodológica das obras de: Karl Mannheim, que trata o intelectual como mediador dos conflitos sociais; de Antonio Gramsci que entende o intelectual como dirigente e organizador da cultura e, finalmente, de Pierre Bourdieu que apresenta os intelectuais como sendo os que produzem e disputavam o capital simbólico (VIEIRA, 2006).

exibidos como “garantia” de sua força e seus autores procuram a imprensa para que aconteçam, antes de tudo, como notícia: eis que o novo vem para enfrentar o envelhecido.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), como estratégia discursiva, promoveu argumentos que acabaram contribuindo para anular as propostas educacionais no período anterior aos anos de 1930, consagrando apenas os três intelectuais citado anteriormente. O dossiê intitulado *A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia*, publicado pela revista *Tempo*, em janeiro de 2009, corrobora esse argumento. As pesquisadoras Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu (2009) sugerem, nessa revisão historiográfica, que os ideólogos dos anos 1930 produziram certa depreciação do período anterior, conhecido na literatura especializada e nos manuais escolares por *República Velha*.

Schueler e Magaldi (2009), no mesmo dossiê, enfatizam que os *pioneiros da educação* criaram, em torno do seu projeto educacional, a ideia de que suas propostas eram novas. Portanto, superaria a educação do passado vista como sinônimo de atraso, lançando mão de repertórios contra a iniciativa católica, que por muito tempo monopolizou a educação no Brasil. No entanto, como nos dizem as autoras, as propostas desses intelectuais são herdeiras de discussões que atravessaram os debates políticos, no período imperial no Brasil, e são tributárias, por exemplo, dos pareceres da reforma do ensino escrito por Rui Barbosa (COSTA, GALVÍNCIO, 2013). Além disso, as pesquisas mais recentes problematizam a ruptura com as propostas católicas, indicando que, em certa medida, havia entre esses dois segmentos ideias comuns. Contudo, como nos alertam Schueler e Magaldi (2009), isso não significa que os pioneiros não apresentaram novos ideais e também que não se opusessem a alguns pressupostos disseminados pela corrente católica, mas, revela que o movimento não era tão homogêneo, nem apresentava uma forma totalmente nova.

Pretendemos chamar atenção que, nessa revisão da história da educação, as pesquisas têm buscado evidenciar a atuação dos intelectuais, procurando destacar os sujeitos que se encontram deslocados do eixo sul-sudeste e do período anterior a 1930. Esses trabalhos estão mostrando a necessidade de investigar as relações desses indivíduos nos debates travados no contexto dos seus estados de origem e as afinidades que esses sujeitos estabeleceram com o que estava sendo produzido na capital, naquele momento, Rio de Janeiro, e no restante do país. Esses estudos, seguindo os argumentos de Sirinelli (2003, p. 253), destacam as *redes de sociabilidades* constituídas pelos intelectuais:

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.

Na esteira dessas relações, é possível atrelar as novas abordagens teóricas e o movimento da história da educação, para compreender a atuação de intelectuais anteriores aos *renovadores da educação*, como sendo um movimento de mão dupla. A invisibilidade desses intelectuais esteve muito associada à crítica de que esses homens pertenciam a uma categoria que estava deslocada da realidade que os cercavam.

Essa discussão recebeu forte entonação no ensaio teórico-metodológico, hoje celebre, *As ideias fora do lugar* de Roberto Schwarz (1992), publicado à primeira vez em 1977. Schwarz (1992) dá continuidade à perspectiva desenvolvida por Antonio Candido que busca construir uma crítica literária a partir de diálogos intensos com as ciências sociais. André Botelho e Lília Schwarcz (2008), na apresentação de entrevista recente realizada com Roberto Schwarz, em que ele faz um balanço da recepção de seu texto, situam seu trabalho dizendo:

[...] o programa crítico-sociológico de Schwarz perscruta as implicações estéticas e ideológicas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, bem como a ambivalência ideológico-moral entre ideário burguês e paternalismo inscrita na conduta dos grupos sociais engendrados na experiência brasileira daquele processo, e cujos efeitos atingem inclusive o desenho das instituições. A cópia de modelos exteriores passa a ser questão inevitável, sendo ela mesmo o que de mais interessante existe. Por outro lado, a existência da escravidão significaria um elemento fundamental a complicar a tradução das idéias liberais no país. Além disso, mais do que entender "traduções" era preciso pensar em "deslocamentos" e na viagem das idéias - no quiproquó das idéias como diz Schwarz - que a aplicação desses conceitos, em regiões periféricas, acabava por provocar. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2008, p. 03).

A partir da análise das obras de José de Alencar e Machado de Assis, Schwarz (1992) aponta que as confusões de ideais incorporadas pelos intelectuais brasileiros traduziam um itinerário que correspondia ao próprio contexto local. As ideias estrangeiras davam a impressão de estarem *fora do lugar*, pois, os ajustes, as seleções e as apropriações feitas pelos intelectuais brasileiros estavam vinculados com as problemáticas enfrentadas nesse contexto e

não com as ideias originais da teoria do liberalismo. Para o Schwarz (1992), as ideias no Brasil estavam combinadas com o lugar:

O quiproquó das ideias não podia ser maior. A novidade no caso não está no caráter ornamental de saber e cultura, que é da tradição colonial e ibérica; está na dissonância propriamente incrível que ocasionam o saber e a cultura do tipo “moderna” quando postos nesse contexto. (SCHWARZ, 1992, p. 19).

Schwarz (1992, p. 26), completa dizendo: “Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por toda uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era sua natureza”. Em *Os Bestializados*, tratando da transição dos regimes políticos, Império a República, José Murilo de Carvalho (1987, p. 42) faz a mesma observação:

[...] o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral incorporadas da Europa. Na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as ideias da época como simples desorientação. Tudo era, sem dúvida, um pouco louco. Mas havia lógica na loucura [...].

Essas discussões anteriores inauguraram as críticas de que ideias antes de serem desconectadas da realidade, sofriam ajustes ao chegar ao contexto brasileiro. Porém, mais recentemente, essa crítica chegou ao auge, materializada na tese doutoral de Angela Alonso (2002). A autora discute que o problema não estaria apenas em identificar de que forma essas ideias estavam deslocadas e como foram absorvidas se enquadrando ao contexto local. Para Alonso (2002) é preciso colocar as ideias em diálogo intenso com as práticas políticas, haja vista a impossibilidade de separar, no século XIX e início do século XX, campos de atuações distintos: atividades políticas e atividades intelectuais. Esse questionamento se deu, principalmente, a partir crítica à história das ideias:

A perspectiva da história das ideias tomou por pressuposto que o objetivo central do movimento da geração de 1870 fosse de uma filosofia, uma literatura e uma ciência nacional, e sua institucionalização acadêmica. Por isso, nem procurou possíveis conexões com as práticas políticas, assumindo como dado sua inclinação teórica e seu apoliticismo. [...] Na verdade, a própria definição do fenômeno como ‘escolas de pensamentos’ já implica

em cortar conexões com a problemática política e social em que os escritos emergem. A conjuntura aparece como cenário para ressaltar o brilho do pensador, não para entendê-lo. Ao evitarem o reconhecimento direto dos agentes que produziram o ‘pensamento’ do período, estes trabalhos geraram duas matrizes interpretativas para o movimento intelectual: ou bem a constatação de um voluntarismo político e de uma ingenuidade teórica ou bem o elogio de obras de valor universal. (ALONSO, 2002, p. 25-26).

Vieira (2006) situa essa nova perspectiva teórico-metodológica dentro da história da educação:

A tradicional História das Ideias, marcante nos manuais de História da Educação, não encontrou eco na produção acadêmica. A produção das ideias educativas foi tratada de maneira a focar não somente as teorias, os sistemas de pensamento, mas também os agentes, os projetos, as instituições e, sobretudo, as ações sociais que estas informavam e justificavam. (VIEIRA, 2006, p. 01).

Corroborando com essa premissa, Faria Filho, Chamon e Inácio (2009, p. 07) também apontaram na mesma direção:

Falar de história dos intelectuais é, na verdade, uma forma de nos distanciarmos de uma história cujo interesse nuclear está nas ideias e nas correntes de pensamento, em geral desconectadas dos eventos sociais e também das subjetividades dos seus produtores, e iniciarmos, de maneira mais evidente, um interesse pelo sujeito “produtor” dessas ideias e sua trajetória de vida.

Essa posição tem buscado abandonar as perspectivas que entendiam de maneira distinta *teoria* e *prática*, levando em consideração que o fazer intelectual desses homens estava estreitamente vinculado a projetos de cunho político. As diversas atividades que compunham suas trajetórias, desde publicação em revistas, jornais, obras literárias, obras de valor historiográfico, projetos de leis e discursos, são parte integrante de *formas de pensar* e *formas de agir* (ALONSO, 2002).

A mudança teórico-metodológica, em certa medida, instigou os pesquisadores do século XXI a se debruçarem sobre esses intelectuais. Na esteira desse argumento, propomos que esses sujeitos assumiram uma identidade de intervencionistas nas questões cívicas nos espaços públicos, suscitada a partir das suas ações políticas (ALONSO, 2000, 2002, 2009; GOMES, 2010; VIEIRA, 2006, 2011).

É nesse sentido que Sirinelli (1998, p. 265) chama atenção indicando que: “[...] as elites culturais tomam a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhes dar os seus tons”. As novas pesquisas, diante disso, devem buscar construir uma *história social das elites culturais* (SIRINELLI, 1998). Esses sujeitos não podem ser pensados enquanto um segmento social em posição de extraterritorialidade, mesmo que, para efeito de análise, seja legítimo isolá-los, mas, é preciso compreendê-los como parte integrante dos arranjos políticos da época: “[...] ligados à sociedade que os rodeias e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade” (SIRINELLI, 1998, 264).

Em nosso estudo sobre Carlos Dias Fernandes, seguiremos as perspectivas apontadas, pois, entendemos que o trabalho intelectual de Dias Fernandes como jornalista e literato se configura enquanto uma ação política que trouxe à baila propostas educativas, mantendo estreitas ligações com as discussões gestadas em território nacional.

Na seção seguinte, apresentaremos de que modo Carlos D. Fernandes produziu seus escritos. Buscamos, por um lado, entender a especificidade dos jornais e livros como fonte para história da educação e, por outro, evidenciar que a interpretação desse tipo de fonte precisa ser pensada mediante a relação que estabelecia com seu produtor e com ascensão do mercado editorial no Brasil.

1.3 IMPRESSOS E O MERCADO EDITORIAL: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS ESCRITOS DE CARLOS DIAS FERNANDES.

Segundo Morel e Barros (2003), as pesquisas históricas, nas últimas décadas, têm vivido uma crescente pluralidade de abordagens e temas. A imprensa, nesse sentido, tem sido tomada como fonte e também como objeto de estudo: “Como fonte documental, integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes; como objeto, transforma-se ela mesma no foco dos trabalhos” (MOREL; BARROS, 2003, p.08).

Nesse movimento, a palavra impressa deixou de ser vista apenas como reflexo da realidade, para significar discursos e expressões de protagonistas como também de agente histórico que intervém nos processos e episódios da vida social. Desse modo, busca-se entender os meios impressos de comunicação mediante a complexidade de um contexto, no qual: “[...] influenciava e era influenciado por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e transmissão de conteúdos que ultrapassam o espaço impresso.” (MOREL; BARROS, 2003, p. 103).

Nessa seção, apresentamos como os jornais constituíram o meio de divulgação das ideias educacionais e como os intelectuais utilizaram esse suporte para fazer circular seus escritos. Os jornais se tornaram, nesse período, o principal veículo de disseminação dos projetos políticos. Também procuramos, mais especificamente, compreender a atuação/escrita de Carlos Dias Fernandes, buscando perceber a relação desse sujeito com o contexto intelectual em que estava inserido: o processo do mercado editorial e o debate sobre a formação nacional.

O civismo, nesse período, visava formar os novos cidadãos e nos indica uma chave de leitura para pensar de que forma a educação estava presente nos jornais e nos livros da época, imbuídas pelas ideias nacionalistas (NAGLE, 2009; VEIGA, 2007). As estratégias editoriais também nos apontam para a prática comum entre esses sujeitos. A valorização dos seus escritos dependia das *redes de sociabilidade* constituídas em torno dos cargos por eles ocupados (SIRINELLI, 1998, 2003).

Segundo Gomes (2010), foi nos lugares de sociabilidade intelectual – jornais, revistas, livrarias, editoras e associações – que podemos verificar a presença e atuação dos escritores, editores e livreiros em torno de projetos coletivos comuns. Diante disso:

Flagrar o intelectual na meada de relações que o constitui, atentarmos para os modos de filiação e os lugares de sociabilidade, institucionalizado ou não, onde ocorriam os debates entre eles, auxilia-nos na percepção dos conflitos ou afinidades entre os vários intelectuais de uma determinada época (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009, p.10).

Sendo assim, esses sujeitos precisam ser pensados mediante sua imbricação com as questões políticas do seu tempo que revela, por um lado, o interesse de um grupo, mas, por outro, mostra-nos suas trajetórias individuais (SIRINELLI, 1998, 2003).

Para Adriana Facina (2004), o crescimento da imprensa jornalística e da publicação de livros, na Europa no século XIX, tiveram sua repercussão por todas as sociedades ocidentais. Esse processo foi estimulado pela industrialização e urbanização das cidades que aglomeraram a produção do mercado editorial e o surgimento de um novo tipo de escritor que, segundo Morel e Barros (2003, p 16), se caracterizava por publicarem:

[...] livros provavelmente, mas produziam sobretudo impressos de combate imediato, de apoio ou ataque a pessoa e facções e de propagação das “novas idéias”, dirigindo ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formação destes.

Os autores têm como argumento basilar do seu estudo que o surgimento da comunicação impressa, no Brasil, estava estreitamente imbricado pelas transformações dos “[...] espaços públicos, à modernização política das instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional” (MOREL; BARROS, 2003, p. 07). Os intelectuais,²⁰ na História da Educação, são enfatizados mediante a atuação na constituição dos espaços públicos, produzindo uma variedade de documentos impressos, como: jornais, livros, revistas, panfletos, manifestos e outros. Diante disso, a palavra escrita desempenhou um papel crucial “[...] na educação diária das pessoas, mas também na função exercida por eles na própria *evolução da sociedade*.” (CAMPOS, 2012, p. 49).

Para Campos (2012), as pesquisas que se utilizam dos jornais como fonte podem observar o modo de produção e circulação dos textos, as atividades desenvolvidas pelos intelectuais na imprensa e a configuração do cenário educacional que se desenhava no Brasil a partir da metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Ou seja, esses textos nos remetem à tradição histórica do seu tempo, sendo possível perceber os temas educacionais relevantes para época, a posição assumida pelos sujeitos nos debates e suas críticas. Os jornais tinham como função movimentar as ideias do período, trazendo para o cotidiano os projetos políticos que disputavam hegemonia na sociedade brasileira:

Num tempo de hibridismo entre positivismo heterodoxo, higienismo, sanitarismo, culturalismo, darwinismo social e democracia política, o papel atribuído aos jornais no rápido florescer de um país considerado ainda em estado latente se evidenciava. (CAMPOS, 2012, p. 49).

Desse modo, a imprensa pode ser pensada como um *lugar privilegiado de disseminação da cultura educacional*, pois, foi por meio desses que as ideias eram divulgadas:

[...] deveria realizar-se em qualquer outro espaço, onde fosse possível circular um jornal que disseminasse concomitantemente os conhecimentos científicos produzidos pelos especialistas e os valores morais tidos como desejáveis naquele momento: apreço pela democracia, pelo liberalismo e pela meritocracia, entre outros. (CAMPOS, 2012, p. 49).

²⁰ Destacamos que mesmo essas atividades sendo realizadas majoritariamente pelos homens, também houve mulheres que se ocuparam da escrita nos jornais. Trataremos desse assunto no terceiro capítulo desta dissertação.

Os jornais serviram como espaço educativo, juntamente com a escola, no qual o público²¹ entrava em contato com as tendências intelectuais e culturais em voga. Diante disso, é possível perceber mediante o crescimento do mercado editorial no Brasil as estratégias de circulação dos impressos, por exemplo: os jornais foram os primeiros suportes que veicularam as ideias escolanovistas sendo, posteriormente, sistematizadas no clássico *Manifesto dos Pioneiros da escola nova* (1932). As propostas da educação nova começaram a ser divulgadas, primeiramente, através d’*O Estado de S. Paulo*, mediante o Inquérito, de 1926, sobre a educação pública do estado de São Paulo, liderado por Fernando de Azevedo (CAMPOS, 2012). Em seguida, tanto o inquérito como o manifesto foram publicados em formato de livro pela coleção *Brasiliense* da Companhia Editora Nacional (TOLEDO, 2010). Nesse sentido, tanto os jornais como os livros são fontes imprescindíveis para compreender quais eram as propostas educativas que estavam sendo postas pelos intelectuais no período.

Entretanto, é importante ressaltar que as ideias escolanovistas, na Paraíba, antecedem a publicação do manifesto, como também nos indicam a descentralização dessas propostas. O periódico *A União*²², desde 1913, disseminava, no contexto local, tais pressupostos educativos, principalmente, por matérias de autoria de Carneiro Leão, Celso Vieira, José Cardoso, Assis Chateaubriand e Carlos D. Fernandes. De modo geral, o jornal divulgou temáticas ligadas à educação cívica, que compreendia subtemas como educação popular,

²¹ Segundo Candido (2010, p. 91), a constituição do público, no século XIX e início do século XX, era formada por grupos heterogêneos, muitos desses sujeitos apenas tinham acesso ao que se veiculava nos impressos mediante a leitura coletiva: “A ação dos pregadores, dos conferencistas de academia, dos glosadores de mote, dos oradores na comemoração, dos recitadores e de toda hora correspondia a uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos à leitura. Desse modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo, no escritor, certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que perpassou timbre de boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente *escrito* para ser *lido*. A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som de sua voz brotar a cada passo por entre as linhas”.

²² O jornal *A União* foi criado para atender as necessidades do partido republicano no estado, circulando a primeira vez no dia 2 de fevereiro de 1893. A partir de 1910 passou a servir como órgão oficial do governo, mas, foi somente três anos depois que Carlos D. Fernandes assumiria sua direção, sendo seu primeiro diretor. Até aquele momento, o órgão só contava com um administrador para gráfica e um redator-chefe para o jornal, ambos subordinado diretamente ao secretário do Palácio do Governo (MARTINS, 1978). Eram seus principais colaboradores: “Coelho Lesba republicano histórico, abolicionista e parlamentar; Gama e Mello, ex-presidente do Estado; Cunha Pedrosa, magistrado e parlamentar; Tavares Cavalcante jurista e parlamentar; Silva Mariz, parlamentar; Abel da Silva, educador; Elias Ramos jornalista; Ivo Borges, magistrado; Castro Pinto, jurista, educador e ex-presidente do Estado e parlamentar; Xavier Júnior, educador; Heráclito Cavalcante, magistrado; Francisco Coutinho de Lima e Moura, jornalista; João Francisco de Moura, educador.” (MARTINS, 1978, p. 29).

educação física, educação e higiene da criança e da mulher, constituindo, desse modo, as relações de circulação de ideias entre os intelectuais.

Nesse contexto foi possível perceber que o processo de produção e circulação dos impressos no estado foi guiado pela mesma lógica editorial apresentada por Toledo (2010) e Campos (2012): os escritos circulavam primeiramente em jornais, em seguida, tornavam-se livros. Segundo Barbosa (2007, p. 79), desde o século XIX, essa era uma prática comum e “[...] reafirma a hipótese segundo a qual os periódicos eram o suporte principal e primeiro por onde circulava toda e qualquer obra que quisesse ser lida por um número considerável de leitores.”.

Morel e Barros (2003) enfatizam o alto custo dos valores dos livros nesse período e que muitos escritores pagavam as edições do seu próprio bolso, foi o caso de muitas obras do Romantismo como, por exemplo, *A moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo, *Lucíola* e *Iracema* de José de Alencar. Desse modo: “Jornais e revistas constituíam-se como suporte ideal para o exercício dos gêneros literários em curso, pois o mercado editorial era então incipiente, sendo grande a dificuldade de publicar um livro.” (MOREL; BARROS, 2003, p. 58-59).

Antonio Candido (2010) caracterizou o período, que antecede o surto editorial de 1945, momento de atuação intelectual de Carlos D. Fernandes, como sendo uma fase de *permanências*, tanto na forma literária, quanto nas estratégias de circulação que ainda se encontravam calcadas pelas égides do modo de produção do jornal, como veículo principal da literatura no Brasil.

Nesse sentido, o processo de circulação dos papéis impressos vivia um momento de transição, no qual o livro ganhava espaços paulatinamente no mercado editorial. Algumas obras do intelectual paraibano foram marcadas por essa produção intermediária. O romance *Os Cangaceiros* de 1913²³ foi, primeiramente, publicado em folhetins, pelo jornal *A União*, em seguida formatado em livro, pela *Imprensa Oficial da Parahyba do Norte*. Caso esse observado também nos escritos intitulados *Noção de Pátria* (1914) e *Proteção aos Animais* (1914).

Na esteira desse argumento, Anderson (2008), Gomes (2010) e Campos (2012) nos chamam a atenção para o caráter efêmero da circulação e da durabilidade dos jornais cotidianos. Conforme Anderson (2008, p. 68), os jornais podem ser caracterizados como *best-*

²³ Esse romance foi publicado em folhetins pelo jornal *O Paiz* (RJ) no ano de 1914.

sellers por um dia, pois circulavam da seguinte maneira: “Sabemos que as edições matutinas e vespertinas são maciçamente consumidas entre esta e àquela hora, apenas neste, e não naquele dia”. É, nesse sentido, que o livro se tornava uma estratégia de maior durabilidade.

Segundo Abreu (2010), o livro foi um meio de publicação muito concorrido entre os impressos. O livro, na época colonial, período estudado por Villalta (2001, p. 201), assumia um grande valor social: “[...] na medida em que sua posse acompanhava-se com relativa frequência de outros elementos de ostentação: louças, joias e pratarias.”. Conforme Barbosa (2010), essa distinção ao decorrer do século XIX vai perdendo seu valor. No entanto, percebemos, na trajetória da nossa pesquisa, que o livro somado aos jornais, no início século XX, se configurou uma importante estratégia de circulação de ideias.

Os livros, nesse caso, possibilitavam que os escritos não se perdessem com a fugacidade das edições diárias dos jornais, permitindo que as ideias dos intelectuais chegassem com maior facilidade em outros lugares, pois, como nos diz Anderson (2008, p. 68-69), os jornais estão vinculados aos seus territórios de produção: “[...] o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana”.

Dessa forma, além de expandir o público leitor, o livro quebrava as barreiras temporais chegando, por exemplo, até os dias de hoje por novas reedições, ou mesmo, em melhores estados de conservação que os jornais antigos²⁴. Barbosa (2007) e Abreu (2012) fazem observação contrária em relação à materialidade dos livros que circularam no século XIX, na Paraíba e no Brasil, os quais, muitas das vezes, só podem ser identificados por notas nos jornais, haja vista que esses livros não são mais encontrados em bibliotecas públicas pelo país. Segundo Gomes (2010, p. 12), a circulação dos impressos era uma estratégia intelectual que produzia:

[...] tanto bens culturais que servem de suportes duradouros e valorizados (basicamente o livro), como um conjunto de outros produtos, que eram

²⁴ Na realização da pesquisa nos arquivos públicos da cidade de João Pessoa-PB, em especial, o Arquivo Histórico Waldemar Duarte (FUNESC), onde se encontram disponíveis os jornais d’ *A União* para consulta, muitas edições estão em estado de decomposição inviabilizando, em alguns casos, a leitura do material – destacamos, principalmente, os anos de 1919, 1920, 1921 e 1923. Os livros encontrados nas bibliotecas públicas da cidade – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Biblioteca Álvares de Carvalho da APL e Biblioteca Juarez da Gama (FUNESC) – do mesmo período, podem ser consultados em bom estado, mesmo aqueles que estão localizados no setor de obras raras. É importante ressaltar que essa é uma observação derivada da nossa pesquisa e da coleta dos escritos de Carlos D. Fernandes.

difundidos em suportes ‘efêmeros’, até hoje pouco considerado pela academia (discursos, artigos de jornais e revistas, etc.).

Nesse sentido, o que estamos chamando atenção é a possibilidade de pensar o livro como um suporte de maior resistência. Portanto, as ideias contidas nos livros conseguiriam sobreviver ao tempo e sua possibilidade de circulação, em outros espaços, era maior que dos jornais, na medida em que, diariamente, suas edições iriam perdendo a atualidade, agregado ao desgaste da sua materialidade, como nos diz Campos (2012, p.51):

Objeto de uma fugacidade que se assemelhava à própria sensação temporal de celeridade relativa ao homem contemporâneo que o produz. O tempo, no início do século XX, também se construía como rápido e fugido nos espaços urbanos, onde de repetente – ainda – se forrava o chão da cozinha com jornal publicado no dia anterior.

Contudo, na opinião de muitos intelectuais da época, como Machado de Assis, os jornais tinham o significado de comunicação superior ao livro. Nesse caso, o livro apresentava a ideia de apenas um autor, ao contrário dos jornais que traziam em suas páginas os debates intelectuais da época, possibilitando ao leitor entrar em contato com o confronto de argumentos:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o germen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. Quem poderá marcar todas as consequências desta revolução? (ASSIM *apud* CAMPOS, 2012, p. 53).

Diante disso, podemos entender o porquê de muitos intelectuais terem almejado o posto de editorialista, como ressalta Miceli (2001). Se, por um lado, possibilitava frutíferas discussões intelectuais, na disputa de projetos políticos, por outro, os legitimavam diante da sociedade:

O posto de editorialista era muito cobiçado, e para muitos escritores significou a ponte para iniciar uma carreira política. Os escritores engajados nessas tarefas viam-se abrigados a identificar-se com os interesses políticos

do jornal para qual trabalhavam; o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos (MICELI, 2001, p. 51).

A direção de Carlos D. Fernandes foi marcada pela agitação cultural no estado, de modo que “[...] o meio literário da província teve vibração até então desconhecida.”, como nos diz Trigueiro (1982, p.44), e pelo aumento nos processos de modernização e na produção técnica do jornal. Segundo Martins (1978, p. 32):

[...] o jornal introduziu na Paraíba as manchetes de primeira página, ocupando todas as colunas, além a seção “Última Hora”, com o telegrama da Europa e do Rio, que chegaram no dia anterior pelo cabo submarino como se anunciava entre parênteses. Pois o presidente Castro Pinto, tomando na devida conta uma representação que lhe foi endereçada por diversos comerciantes de nossa praça, autorizou à Imprensa Oficial controlar em Pernambuco um serviço de informação por intermédio do telégrafo submarino, ficando assim *A União* aparelhada para melhor servir os interesses públicos e comerciais o que perfeitamente se enquadrava nos lineamentos básicos de seu programa.

Dessa forma, o jornal *A União* se configurava enquanto uma janela para que as ideias e notícias fossem disseminadas no contexto paraibano. As atribuições designadas para editora oficial também indicam a preocupação de fazer circular, no estado, livros e obras literárias. Castro Pinto, na ocasião presidente do estado, delegou a seguinte atribuição para imprensa oficial: “[...] na sessão de obras tenho autorizado a edição de trabalhos científicos e litterarios que muito teem contribuído para o realce do nome parahybano” (PINTO, 1914, p. 25). Para Trigueiro (1982), o governo de Castro Pinto foi um divisor de águas e teve, como plano central da sua administração, o incentivo ao meio intelectual e cultural da Paraíba. Carlos D. Fernandes, por ser considerado um homem de letras e jornalista de renome no país (MARTINS, 1976; PINTO, 1960; SATYRO, 1965), foi convidado pelo presidente, seu amigo de infância, a assumir a direção da imprensa oficial, fazendo parte integrante das políticas de modernização do estado naquele momento. Relata Trigueiro (1982, p. 44):

Nesse período, além dos livros do próprio Carlos Fernandes, cerca de duas dezenas, foram editados na Paraíba numerosos trabalhos de boa qualidade, dentre os quais merecem destaque: Ensaio de Filosofia e Crítica, de Alcides Bezerra; Ensaio de Crítica e Estática, de Álvaro de Carvalho; Metafísica versus Fenomenismo do Cônego Florentino Barbosa; Apanhados Históricos da Paraíba, de Celso Mariz; Ensaio e Conferências, de José Euclides; A Paraíba e seus Problemas, de José Américo de Almeida; Estudos Filosóficos,

de Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas. João Lira Tavares, Orris Soares, Manoel Tavares Cavalcanti, Irineu Ferreira Pinto, José Rodrigues de Carvalho, Coriolano de Medeiros, Ascendino da Cunha, José Coelho, Ademar Vidal publicaram livros e ensaios sobre aspectos culturais, históricos e econômicos. Os poetas eram números, porém os de maior renome – Pereira da Silva e Raul Machado – viviam no Rio de Janeiro. Augusto dos Anjos deixara a Paraíba pouco antes da chegada de Carlos Fernandes. A primeira edição do EU publicou-se no Rio de Janeiro, creio que em 1912. Mas a segunda, que enfeixa as Poesias Completas, foi editada na Paraíba, em 1920, com primoroso prefácio de Orris Soares.

Barbosa (2007) indica que a circulação das obras se fazia mediante aos anúncios e reclames de vendas de livros nos jornais. *A União*, seguindo a lógica do mercado editorial posta desde século XIX, informava seus leitores os locais em que poderiam adquirir os exemplares dos escritos de Carlos D. Fernandes: o poema *Myriam* (1920) estava sendo vendido nas *Casas Andrades*, o livro *Feminismo* (1923) se encontrava na *Livraria S. Paulo* e *A Cultura Physica* (1923) na *casa PENNA* – esses livros também foram editados na gráfica do estado sugerindo, desse modo, o destaque social que Carlos D. Fernandes havia adquirido no cenário paraibano.

Carlos D. Fernandes, enquanto diretor do periódico, lançou mão de outros mecanismos como, por exemplo, a publicação de notas derivadas de outros jornais do período, que noticiavam a circulação dos seus livros em outros estados. Encontramos matérias referentes ao *Estado de Pernambuco* (PE), o *Jornal do Comércio* (PE), *O Paiz* (RJ) e *A imprensa* (RJ). Outra estratégia foi a publicação de cartas que mencionavam a leitura de suas obras. No dia 30 de abril de 1914, o jornal divulgou a seguinte nota:

Ainda hontem chegou às mãos do notável escritor patricio uma carta assignada pelo Sr. José da Silva Dias, residente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, felicitando-o com grande emoção pelo seu rutilante trabalho Litterario e communicando ter sido lido a conferência *Noção de Pátria* em sessão do Atheneu Litterario, conceituoso estabelecimento de homens de letras do Rio Grande Sul, realizada no dia 15 do corrente mez. (ECHOS, 1914, p. 01).

Esses indícios nos indicam que havia entre os intelectuais da época um forte intercâmbio entre seus livros e ideias. A presença da temática nacional, com ênfase no civismo, foi, sem dúvida, uma preocupação recorrente entre os homens de letras, justificando o sucesso da conferência *Noção de Pátria* que, no dia 8 de maio de 1914, ganhava as páginas

do diário carioca *A Imprensa*, dirigida por Alcindo Guanabara, com o título: *O nacionalismo na Arte*²⁵.

Em 1924, *A União* publicou um bilhete que fazia menção à conferência *Feminismo*, proferida naquele mesmo ano:

Ao Sr. Dr. Carlos D. Fernandes, Maria Virginia da Costa Beata Neves e suas filhas, professoras, agradecem a attenciosa offerta da primorosa conferencia sobre o Feminismo, na qual justa e elevadamente considera os direitos e deveres da mulher, magistralmente interpretado as verdadeiras aspirações femininas. (FEMINISMO, 1924, p. 01).

A questão da educação feminina, nesse período, também foi alvo de muitas discussões educacionais. Enfatizava-se que as mulheres seriam mais aptas, diante da sua sensibilidade maternal, para com os cuidados das crianças, ressaltou José Veríssimo (1985) em *Educação Nacional*. A discussão em torno da educação proposta por Carlos D. Fernandes estabeleceu relações com as problemáticas paraibanas, mas também dialogava com aspectos importantes da formação nacional do nosso país. O intelectual paraibano evocou no seu discurso a importância do sentimento cívico, mediante a noção de uma língua comum, de uma história compartilhada e do amor à pátria: pilares para construção da nacionalidade. José Veríssimo (1985), em *Educação Nacional*, definiu a educação cívica da seguinte maneira:

[...] é indispensável, em um país livre principalmente, em especial uma república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas origens, saber-lhes as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre os seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, do dever humanitário e do dever geral, no dever e na disciplina da escola. O conhecimento destes diversos aspectos da Pátria, não já como *região*, não como *nação*, senão como *estado*, como sociedade cujos fins, conforme os de todos o Estado, são o desenvolvimento das faculdades da Nação, o aperfeiçoamento da sua vida, constitui a educação cívica (VERÍSSIMO, 1985, p. 56).

Carlos D. Fernandes, partilhando desses ideais, argumentou em *Noção de Pátria* (1914), *A Defesa Nacional* (1916), *Escola Pittoresca* (1918), *De “rapaizinho” a Imperador*

²⁵ É importante ressaltar que, no final do século XIX, Carlos D. Fernandes trabalhou no jornal *A Imprensa* secretariando o renomado intelectual Rui Barbosa (MARTINS, 1976). Para uma discussão mais aprofundada da atuação de Rui Barbosa no jornal *A Imprensa* ver: *A educação em questão – a atuação de Rui Barbosa no jornal “A Imprensa” (1898-1901)* de Machado (2011).

(1920) e *O problema da instrução no Brasil* (1924) a questão da unificação na nação. Em *Infância Proletária* (1924), *Um professor pragmático* (1925) e *Puericultura e hygiene infantil* (1925) destacou a importância da higiene da mulher e da criança, que, segundo Veiga (2007) e Nagle (2009), foi uma questão de primeira grandeza nas primeiras décadas republicanas. Em *Associação Protetora dos Animais* (1914) e *Vegetarianismo* (1916), compartilhou o ideário civilizatório em que o respeito aos animais era uma questão ética e moral, de saúde e higiene; a mulher como educadora da bondade, além de fazer uma apologia à natureza como símbolo principal da nacionalidade.

Anderson (2008, p. 55) argumenta que foi, no bojo dessas relações, que a produção em série de jornais e de livros “[...] proporcionaram os meios técnicos para ‘re-pensar’ o tipo de comunidade imaginada à nação.”. Nesse sentido, a relação entre ascensão do *mercado editorial*, que, para Anderson (2008), funcionou como disseminador do sentimento nacional, e os processos de formações dos Estados nação nos permitem estabelecer paralelos entre as atividades de escritas dos intelectuais e os projetos nacionalistas.

Outro aspecto importante do mercado editorial, que também corrobora para construção do sentimento de nacionalidade, foram as *traduções e circulações* de algumas obras estrangeiras em determinados contextos, contribuindo para criar experiências equiparadas entre duas ou mais nações (ALONSO, 2002; ANDERSON, 2008). A circulação e publicação de livros estrangeiros no território brasileiro foi uma prática comum do período sugerindo, segundo Abreu (2010), que, naquele momento, havia público leitor para esses escritos.

Entretanto, isso não significava que os leitores no Brasil fossem alienados pela experiência *de fora*, transpondo cópias culturais inadequadas à realidade local (SCHWARZ, 1992). Mas, evidenciava que o fenômeno do nacional se constrói tomando pontos de referências: negando e afirmando diferenças e semelhanças (ALONSO, 2002).

Oliven (2002) destaca que essa relação pode ser entendida mediante a noção de *empréstimo cultural* cunhada pelo historiador inglês Peter Burke:

A rigor, nada pertence a um único lugar, pois tudo é passível de adaptação aos interesses de grupos e às circunstâncias cambiantes. Os empréstimos culturais são um constante em qualquer cultura. A dinâmica cultural implica um processo de desterritorialização e de reterritorialização. Idéias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros. Lá elas encontram um ambiente muitas vezes diferente daquele na qual se originaram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer, “entram no novo lugar”. (OLIVEN, 2002, p. 21).

É nesse sentido que a experiência literária nacional impôs suas marcas históricas, políticas e culturais. Utilizamos esse argumento para pensar o processo enfrentado pela literatura infantil brasileira. As primeiras obras foram fortemente inspiradas no livro *Cuere*, do italiano Edmundo Amicis (1846-1908), traduzido e adotado nas escolas brasileiras desde século XIX. A primeira edição do livro, no Brasil, data de 1881, poucos anos depois da publicação na Itália. O livro foi editado pela renomada editora Francisco Alves até 1968, chegando à sua 53ª edição (BASTOS, 2004).

Santos e Oliva (2004) identificam similaridades entre o livro italiano e o brasileiro *Através do Brasil*, escrito em 1910, por Manoel Bomfim e Olavo Bilac, que teve 43ª edições até o ano 1958 (LAJOLO, 2000). Segundo Barbosa (2010), os jornais paraibanos o *Estado da Parahyba* e a *Gazeta da Parahyba*, ambos do século XIX, trouxeram informações sobre a circulação do livro *Cuere* na Paraíba. A autora, desse modo, sugere que Carlos D. Fernandes teria sido leitor de Amicis desde sua juventude. Sena (2008) destaca que o intelectual paraibano, em *Escola Pittoresca*, o tomou como inspiração.

Escola Pittoresca foi adotado pelas escolas paraibanas através do Decreto n. 913, de 14 de março de 1918. Esse livro foi levado pelo intelectual para ser publicado, no Rio de Janeiro, pela Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo. Aguiar (2000) tratando da publicação do *Através do Brasil*, observou que o mercado do livro didático, no Brasil, estava se tornando um campo promissor, na medida em que os intelectuais desse período poderiam, através da divulgação desses livros, terem suas ideias em circulação. Além de que, esses livros em sua maioria recebiam financiamentos dos governos.

A *União*, de 23 de abril de 1919, informou que o livro infantil de Carlos D. Fernandes também teria sido adotado pelo estado do Ceará, Pará e Rio Grande do Norte – esse último nomeou uma casa de ensino primário com o nome do intelectual –, sugerindo, dessa forma, as relações que constituíam o mercado editorial naquele momento: as relações políticas constituídas nas redes de sociabilidade intelectual. Encontramos no referido livro paraibano, na seção intitulada *Carta Explicativa*, endereçada ao presidente de estado, Camilo de Hollanda, a seguinte menção ao *Cuere* e seu autor:

[...] o príncipe desses escriptores é Edmundo Amicis, um dos maiores pedagogos, letrados, psicologos e estylistas do mundo. A sua grande obra didactica – II *Cuore* –, que já conta com quase quinhentas edições em varais línguas, inclusive a portugueza, é indispensável á cultura de toda gente e em particular á instrucção e educação cívica dos meninos italianos. (FERNANDES, 1918, p. 154).

Sendo assim, a ideia de empréstimo cultural é bastante pertinente, pois esses livros circulavam trazendo à baila experiências nacionais similares (OLIVEN, 2002). Isso nos mostra como a temática da formação nacional foi incorporada por esses intelectuais, de modo que, a constituição do sentimento de nacionalidade não ocorreu como cópias, mas, enfatiza os intercâmbios e as reapropriações dos contextos locais, colocando a educação como estratégia fundamental para construção da nação.

A ascensão do mercado editorial no Brasil nos impõe algumas reflexões mais gerais. Desse modo, os impressos são um elemento importante para pensarmos a consciência histórica educacional no Brasil. Os jornais divulgavam as ideias que deveriam ser incorporadas pela sociedade (CAMPOS, 2012), e os livros, seja em forma de opúsculos, seja com finalidades didáticas, como foram os primeiros suportes da literatura infantil, disseminavam as questões nacionais do período, para o público infantil que não tardaria a se tornar agentes de produção para o Estado brasileiro (BASTOS, 2004; COSTA; GALVÍNCIO, 2013; LAJOLO, 2000).

Nesse sentido, o papel exercido pelos intelectuais e suas produções literárias, didáticas e jornalísticas, se tornam uma ferramenta importante para compreender a educação em determinados períodos históricos, pois, esses sujeitos assumiram para si, quase que de modo obsessivo, a missão de civilizar o povo brasileiro (GOMES, 2010). A escrita intelectual de Carlos D. Fernandes, em torno da educação, nos apontou para duas fontes possíveis: os jornais e os livros. O processo de produção e circulação desses escritos nos indica uma afinidade com as estratégias editoriais que se configuravam naquele momento, colocando esses espaços de sociabilidade como lugares de interação entre intelectuais, impressos e ideias educacionais. Diante disso, nossa preocupação central foi levar em consideração os aspectos históricos e sociais desses textos, identificando possibilidades interpretativas que nos permitissem sua compreensão.

Nosso trabalho de pesquisa está dividido em quatro momentos. O primeiro corresponde ao capítulo que acabamos de apresentar. O próximo capítulo está vinculado ao segundo objetivo no nosso processo de investigação. Para tanto, apresentamos, inicialmente, as múltiplas interpretações que correspondem à vida de Carlos D. Fernandes, tendo em vista se apoiar na tradição do que já foi escrito sobre ele. Diante disso, é possível argumentar que Dias Fernandes assumiu uma posição de destaque entre os homens de letras no estado, mesmo que haja interpretações contraditórias a respeito da sua atuação. Dessa forma, nossa pesquisa

procurou destacar outro ponto de vista sobre a experiência intelectual de Dias Fernandes, chamando atenção para a relação do intelectual com o meio cultural e político do seu tempo, bem como o inserir na tradição de intelectuais da imprensa cuja atribuição se dava mediante a missão pedagógica encarnada por esses sujeitos.

No terceiro capítulo, situamos Dias Fernandes no debate educacional da Primeira República que, naquele momento, girava em torno do problema do analfabetismo e da nacionalização do ensino. No bojo dessas questões, discutiremos as ideias pedagógicas de Carlos D. Fernandes sobre a educação militar, literatura infantil e história do Brasil. Ainda, neste capítulo, trataremos da educação para a *infância pobre*, a qual estava imbuída pelas teses higienistas que, prescreviam alimentação e moradia adequadas, vestuário e exercícios físicos condizentes com suas necessidades biológicas, e educação moral que lhes incutissem o sentimento de amor à pátria e altruísmo. Para as crianças, em especial das classes populares, a solução viria através das ações intervencionistas do Estado, que deveriam lhes assegurar o acesso à educação e aos cuidados higiênicos: corpo e mentes saudáveis.

No último capítulo, trataremos das ideias feministas que embalsamaram as discussões do período. As mulheres buscaram ocupar lugares na sociedade para além da vida doméstica, se colocando nos espaços públicos através da reivindicação ao direito de votar, ao acesso a educação primária até o nível superior, criticaram ainda o casamento, a igreja, entre outros. Os homens, em especial os que eram legitimados pela sociedade para falar através dos jornais e romances, como foi o caso de Carlos D. Fernandes, também entraram no debate e, de modo geral, reconheciam a importância da educação feminina. No entanto, esses sujeitos sugeriam nos seus escritos e discursos, características femininas como a maternidade e a missão de educadoras da nação. E, por fim, apresentaremos nossas conclusões sobre o processo da pesquisa e sobre as interpretações possíveis, nesse momento, em relação à atuação e as ideias educacionais de Carlos D. Fernandes.

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLOS DIAS FERNANDES: IDEIAS EM SEU CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO

[...] não pode haver uma interpretação correta “em si”, justamente porque em cada uma está em questão o próprio texto. A vida histórica da tradição consiste na sua dependência a apropriação e interpretações sempre novas. Uma interpretação correta “em si” seria um ideal desprovido de pensamento, que desconhece a tradição. Toda interpretação deve acomodar-se à situação hermenêutica a que pertence. (GADAMER, 2007).

[...] quando os filósofos descem de sua torre de marfim ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias quem têm valor cívico, social ou político, eles se tornam intelectuais. (MORIN, 1986).

Todos os homens são intelectuais poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. (GRAMSCI, 1982).

A proposta deste capítulo é pensar a trajetória intelectual de Carlos D. Fernandes, como sugere o título. Segundo Cláudia Alves (2012), Jean-François Sirinelli indica três noções fundamentais para o estudo sobre intelectuais: os itinerários de formação, a geração e a sociabilidade. Os *itinerários*, conforme Alves (2012, p. 116) representa:

[...] a capacidade de observação para elementos do contexto histórico que se traduzem em vivências cotidianas, que marcam as sensibilidades, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos que conformam o desenho da trajetória intelectual. Nessa trajetória ele é tomado como indivíduo inserido em múltiplas dimensões espaço-temporal.

A trajetória de Carlos D. Fernandes é compreendida como chave de leitura para situá-lo em suas relações com o meio social em que viveu. Desse modo, não optamos por uma escrita linear, começando pelo seu nascimento até sua morte, mas, mesclamos sua história de vida com episódios significativos que nos auxiliem a entender sua atuação intelectual no estado da Paraíba. Diante disso, procuramos averiguar o que tem sido dito sobre a vida e a obra de Dias Fernandes, confrontando essas primeiras interpretações com a dimensão política

em que estava envolvido, e situando sua experiência no debate educacional da Primeira República.

A concepção de *geração*, segundo Sirinelli (1998, 2003), nos permite compreender o itinerário de intelectuais que possuem formação semelhante, reconstruindo o emaranhado das redes de sociabilidade a que pertenceram. Dessa forma, é preciso que o intelectual seja flagrado levando em consideração sua formação escolar, em especial, o nível secundário e o superior, pois “[...] assume destaque como espaços de socialização, em que vocações afloram, laços de amizade se estabelecem, afinidades com áreas de conhecimento se definem, sensibilidades se formam.” (ALVES, 2012, p. 116). Outro componente importante é o meio social de origem, uma vez que “[...] os grupos de pertencimento, as adesões temporárias ou duradoras também oferecem elementos a serem agregados ao itinerário do indivíduo no seu processo de torna-se intelectual” (ALVES, 2012, p.116).

Destacamos ainda as *redes de sociabilidade*, última noção apresentada por Sirinelli (1998; 2003), já anunciada no capítulo anterior, que nos auxilia na percepção de:

[...] práticas estabilizadoras dos mesmos grupos intelectuais, tais como as frequências a determinados lugares, a troca de correspondências, a publicação de textos em certos periódicos, por exemplo. As diferenças nos modos de efetivação dessas práticas são indicadores das distinções entre os grupos, apontando para a diversidade na mobilização dos recursos intelectuais, mas também econômicos, sociais e políticos (ALVES, 2012, p.118).

A sociabilidade é um elemento importante, para entendermos de que modo Dias Fernandes transitou no meio intelectual e político da época, indicando o grau de aproximação e afinidade com a elite cultural daquele momento. Sendo assim, Dias Fernandes é pensado no decorrer do percurso que o levou a se tornar intelectual, destacando a ambiência social em que estava envolvido: a formação da sociedade brasileira conservadora, seus aparatos educativos e a ascensão da imprensa jornalística.

Para tanto, neste capítulo, nossas fontes são: as biografias²⁶, em especial, os *verbetes biográficos* produzidos sobre o Dias Fernandes; as cartas de políticos e literatos destinadas ao

²⁶ Os textos sobre Carlos D. Fernandes, que intitulamos de biografia e verbetes biográficos, foram encontrados nas bibliotecas públicas do estado – IHGP e APL. Como nos alerta Certeau (2011), tais documentos são pertencentes ao que entendemos hoje por: *Arquivos modernos*. Os armazenamentos desses materiais estão imbricados por uma série de práticas que envolvem o ato de colecionar, ou seja, de fabricar novos objetos: “[...] copiar ou imprimir, reunir, classificar... [...] Dessa maneira, a coleção, produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidade de

intelectual²⁷; mensagens dos presidentes de estado, em que mencionavam as atribuições de Dias Fernandes na imprensa oficial paraibana; artigos do jornal *A União*, os quais fazem menção aos seus livros e ao ofício desempenhado por ele, bem como textos produzidos pelo próprio Dias Fernandes.

A hermenêutica, no processo de operacionalizar as fontes aqui selecionadas, nos conduz através da relação entre perguntas e respostas até chegarmos a um *acordo* sobre o que se têm dito sobre o intelectual. Nossa *conversa* se guiou pela seguinte tomada de decisão: destacamos trechos que elegemos importantes, confrontamos e conciliamos o que se tem falado sobre Dias Fernandes. Nesse sentido, visamos narrar para o leitor o resultado alcançado, sugerindo e acrescentando outras possibilidades de interpretação em relação ao que já foi dito sobre sua atuação. Ao nos depararmos com diversas interpretações, procuramos as organizar, de modo que essa sistematização nos auxilie na intenção de estabelecer *diálogos* entre Carlos D. Fernandes, nós e seus intérpretes.

Inicialmente, fomos guiados por diversas dúvidas a respeito de Carlos D. Fernandes. Quem foi esse intelectual? Por que há tanta discordância sobre suas atuações/intenções? Seria

saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma ‘máquina gigantesca’ (Pierre Chaunu) que tornará possível uma outra história.” (CERTEAU, 2011, p. 71). Nesses lugares de *memória contemporânea*, como nos alerta Reis (2012), é preciso questionar qual memória se pretende guardar em detrimento de outras. Desse modo, a biografia utilizada como fonte, em especial, de um sujeito como Carlos D. Fernandes que teve uma atuação relevante para o estado, nos coloca diante de uma imagem já estabelecida que precisa ser revista, cujo fim não é produzir nem estabelecer uma *única verdade*, mas consiste em representações que são derivadas de “[...] quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcada por instituições e grupos.” (BORGES, 2008, p. 216).

²⁷ As cartas que utilizamos na nossa pesquisa foram *fabricadas*, tomando de empréstimo o termo de Certaeu (2011), de duas maneiras. As primeiras encontramos na biblioteca do IHGP e são provenientes da coleção de documentos de Epitácio Pessoa, cujo intuito obedece ao mesmo princípio mencionado na nota de rodapé anterior, sobre as coleções. Malatian (2009, p. 202) também nos alerta que: “[...] a conservação de série inteiras por escritores, políticos, artistas e outros no faz pensar em um ato de memória consciente e sondar sua possível interferência sobre a espontaneidade dos escritos.”. As outras cartas, mencionadas nesse estudo, foram encontradas anexadas nas próprias obras de Carlos D. Fernandes, que nos leva a pensar, pela data de publicação dos livros, que foi o próprio autor que as selecionou e destinou um lugar de destaque a elas. As cartas trocadas por intelectuais desse período revelam os grupos sociais em que esses sujeitos transitavam e nos auxiliam a pensar que suas trajetórias não estavam condicionadas apenas pelas relações estabelecidas nos espaços públicos “[...] mas comportam aspectos da vida privada em que se manifestam com clareza no jogo astucioso de ocultar/revelar da narrativa intencionalmente construída embora nem sempre explícito com todas as letras.” (MALATIN, 2009, p. 210). Ainda é preciso questionar a relação do privado das cartas nesse período, haja vista que muitos desses escritos, no século XIX e no início do século XX, eram divulgados, por exemplo, em periódicos importantes da época, ou mesmo nas próprias obras do autor, como as que encontramos. Pensamos que as cartas trocadas entre os intelectuais revelam a adesão de grupos de afinidades, os quais selavam entre eles ideias, projetos, pactos, polêmicas e rupturas e, desse modo, precisavam ultrapassar o âmbito do privado para tornar público a consolidação dessa rede.

ele um *Intellectual de fina estirpe*? *Uns dos maiores belletteristas nacionais*? *Nosso querido mestre e director*? Como era proclamado pelos seus discípulos no jornal *A União*. Um *illustre homens das letras*? *Brilhante jornalista e reputado escritor*? Como se referiam os presidentes de estado Camillo de Hollanda e João Suassuna. Seria apenas o *amigo de infância* do ex-presidente do estado da Paraíba, Castro Pinto? Ou o *amigo* do ex-presidente e ex-ministro da República, Epitácio Pessoa? Suas relações pessoais o teriam levado a ocupar um posto de destaque na sociedade paraibana? Ou seria, como disse Martins (1976), um dos maiores *talentos da aristocracia intelectual* do nosso país?²⁸ Ou ainda é possível encontrar nele um pouco de cada um desses atributos a ele destinados?

2.1 OS INTÉRPRETES NO CONTINUUM DA TRADIÇÃO: CARLOS DIAS FERNANDES *UM RETRATO INTELECTUAL MULTICOR*

A expressão em destaque no título desta seção, “retrato intelectual multicor”, faz alusão às interpretações de Ernani Satyro (1964) que, na ocasião da solenidade do discurso de posse da APL, versou sobre a vida e obra de Carlos D. Fernandes. O tópico a que nos referimos foi intitulado: *Um painel multicor*. Satyro (1964, p. 30) diz: “Ao registrar estas impressões, sinto abrir-se diante de meus olhos uma grande tela, na qual vão surgindo, um a um, os inúmeros e variados flagrantes de Carlos Dias Fernandes”.

Para Pinto (1960), ele foi incompreendido e o futuro haverá de fazer justiça o colocando entre as figuras mais eminentes das letras brasileiras. Para Satyro (1964, p. 15), ele seria simplesmente um escritor aligeirado que mal conseguiu digerir as filosofias e sociologias as quais tanto citava: “[...] como se fizesse o livro para exhibir a erudição”. Eudes Barros (1965) e Gomes (1989) se opõem a Satyro (1964), advogando em favor da originalidade poética de Carlos D. Fernandes. Contudo, Satyro (1964, p. 01) diz que não irá se aventurar nas análises da poesia:

Não lhe estudarei a obra poética. A crítica de poesia anda cheia de novidades. Não me animo a penetrar nesse círculo esotérico, onde só iniciados podem ser ouvidos, embora nem sempre consigamos compreendê-los.

Barros (1965, p. 13) rebate dizendo:

²⁸ As expressões em itálico foram retiradas dos textos que apresentaremos nessa seção.

[...] é a obra poética a sua principal fisionomia arquitetônica, a contextura fundamental, orgânica, básica da sua construção literária. É verdade que optando por um julgamento pela metade, o ilustre intelectual e homem público [aqui se refere a Ernani Satyro] teve a honestidade de confessar-se sem aptidão necessária para digressões no terreno da Poética.

Para Sena (2008), o escritor de *Escola Pittoresca* teria se aproveitado do seu cargo de diretor d'A *União* para legitimar sua autoridade de homem das letras. Entretanto, mesmo diante das interpretações divergentes, Carlos D. Fernandes deixou sua marca nos anos que atuou como jornalista e literato no estado da Paraíba. Sua figura foi associada a um grande incentivador das letras paraibanas e mestre da juventude. A sua passagem pelo estado deixou marcas nas experiências dos jovens que aqui viveram nas primeiras décadas do século XX. O relato romancista José Lins do Rêgo sobre a chegada de Dias Fernandes na velha Parahyba do Norte, nos remete a mitificação em torno da sua figura intelectual. Disse Lins do Rego²⁹:

Lembro-me dele como de um espanto da minha adolescência. Vejo-o de cabelos negros, de olhos vivos, de cabeça luminosa e toda a sugestão da glória me parecia na frente... Falava-se dele como de um demônio de carne e osso. E lá ia Carlos Dias Fernandes, de chapéu na mão, subindo a Rua Direita, fazendo medo às famílias que viam nele o pecado, o terror, o homem que era uma legenda de insubmissão, de coragem, de heresia. Dizia que não acreditava em Deus, não comia carne, que sabia latim mais que os padres, que manobrava o florete como espadachim, que amava todas as mulheres. O governador Castro Pinto trouxera o demônio para dirigir o órgão oficial do governo. Quem visse Carlos D. Fernandes, por esse tempo, via a imagem dum herói byroniano, ele tinha a cabeça de uma medalha da Renascença, os olhos incendiados de uma volúpia que se irradiava. Publicara no Recife um romance de sucesso, fazia versos, escrevia crônicas falando uma linguagem estranha, com adjetivos exóticos que doíam aos ouvidos. Os velhos fugiam dele mas os moços, todos queriam tê-lo como mestre. Criou na Paraíba uma geração que queria não acreditar em Deus, ímpios que falavam em Darwin, que amavam a natureza como única religião digna do homem. Os padres começaram a lutar contra o demônio. Carlos D. Fernandes era o pecado do mundo, um Lucifer de pena na mão. E os tempos correram. Os rapazes se fizeram homens cordados, muitos usariam opas nas procissões, outros fugiram das letras, alguns seriam graves homens de negócios. Lucifer não tinha perdido ninguém. Dez anos depois Carlos D. Fernandes tinha uma bela cabeça branca. Por este tempo conheci-o de perto. Se tivesse escrito os seus livros como conversava teria realizado uma grande obra de homem das letras. Tinha na palavra um poder de sedução extraordinário, força real de narrador. O demônio que viam de longe como terror era uma mansa criatura

²⁹ O trecho que apresentaremos foi escrito pelo autor de *Menino de Engenho* (1932), publicado em *Poesia e Vida* (1945). Essa passagem foi mencionada também Luiz Pinto (1960) e Ernani Satyro (1964).

de Deus. Terminou amigo do Arcebispo, embora de quando em vez as suas irreverências fizessem tremer a paz no palácio episcopal. D. Adauto sabia que aquele Lucifer não faria revolta nenhuma no seu rebanho (REGO *apud* MARTINS, 1976, p. 73-74).

Carlos Dias Fernandes agitou a juventude paraibana do período, movimentou a vida intelectual do estado, trouxe novos valores e disseminou *um bando de ideais novas* através dos seus livros e do jornal *A União*, foi também um sujeito extremamente contraditório, descrito desse modo não apenas por Lins do Rego, como veremos a seguir.

Carlos D. Fernandes, como nos diz Martins (1976), se representava como os intelectuais do seu tempo, cuja experiência assimilada dos países centrais, era a base para sensibilidade desses sujeitos. Dias Fernandes disse, ao chegar ao Rio de Janeiro, no final do século XIX:

Tinha eu recém-chegado com meu *frack*, as minhas polainas, a minha cartola Delion. Essa indumentária exteriorizava a minha mentalidade. O *frack*, pelo seu cosmopolitismo, representava o meu lastro de ideias enciclopédicas; as polainas traduziam uma homenagem ao gosto britânico, que eu estimava em Dickens, em Shakespeare; o chapéu era minha cúpula de pensamentos franceses, alimentados pelo teatro clássico por Baudelaire. Sim, Charles Baudelaire personificava o Zenith das minhas aspirações literárias. Eu decorava, declamava, imitava, parodiava o exótico Vertuno das “Flores do Mal”. Também me chamava Carlos: já era uma afinidade, uma predestinação. Só me faltava o Baudelaire: faltava tudo. (FERNANDES *apud* MARTINS, 1976, p. 21).

No Brasil, a auto-representação e a crítica ao intelectual de inspiração estrangeira foram mencionadas por Mário de Andrade como a *moléstia de Nabuco* (ROCHA, 2010). Essa expressão ficou conhecida por designar um sintoma que atormentava os intelectuais brasileiros entre o século XIX e século XX. Esses sujeitos não se identificavam com a cultura do país, pois, suas formações eram herdeiras das clássicas civilizações europeias. Rocha (2010), ao tratar do tema, faz referência ao livro *Minha formação* de Joaquim Nabuco, no qual o intelectual abolicionista diz: “De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência de um país.” (NABUCO, 1999, p. 49). Diante disso, Mário de Andrade teria se dado conta da *moléstia de Nabuco*, ao receber uma carta do jovem Carlos Drummond de Andrade que dizia: “Detesto o Brasil como a um ambiente nocivo à expansão do meu espírito. Sou hereditariamente europeu, ou antes: francês. Amo a França como ambiente propício [...]” (ANDRADE *apud* ROCHA 2010, p. 255).

Pinto (1960), em *Homens do Nordeste e outros ensaios*, coloca Dias Fernandes no patamar dos grandes nordestinos, compondo o quadro dos nomes renomados pela história paraibana como: Eritácio Pessoa, Pedro Américo e Padre Inácio de Sousa Rolim, entre outros. Segundo Pinto (1960), Carlos D. Fernandes seria um homem típico do século XIX, de espírito irrequieto e aventureiro:

Muitos ainda o julgam superficialmente, de fraco caráter, oscilante entre a ambição e as necessidades. Julgam-no mal convenhamos. Carlos que foi um parêntese entre o século passado e o atual era dos mais belos talentos que o Brasil hospedou. [...] com sua cultura multiforme. [...] Falava e escrevia em muitas línguas, era um clássico do português e do francês, entendia de botânica, história natural, física e química, ciência afins, matemática, direito, tendo feito todo curso distintamente; profundo em literatura de todos os povos, seus conhecimentos se pronunciavam até sobre arte culinária, roupas femininas, perfumes, plantação, criação e etc. Era um poliglota e um polígrafo, um sábio (PINTO, 1960, p. 108).

Satyro (1964) teceu várias críticas à atuação e à literatura de Dias Fernandes, o vendo como um romancista sem talento que se perdia na quantidade exagerada dos predicados, nas incursões psicológicas e nas explicações científicas, narrando diálogos completamente fora da realidade de seus personagens. Segundo Satyro (1964), Carlos D. Fernandes não teve calma, escrevia com a velocidade do pensamento e das efêmeras edições dos jornais diários, veículo primordial de sua obra, cuja tentativa se atropelava pela necessidade de fazer exibir sua erudição, que nada tinha de madura, mas, de provisória e mal digerida. Satyro (1964, p. 13) nos diz, ao analisar seu famoso romance *A Renegada* (1908): “O excesso de luz e de cores, o linguajar grandiloquente, o cientificismo, o sociologismo, o filosofismo, o conceitualismo do casamento, do Direito, da própria vida, enfim, tudo resulta, lamentavelmente, numa contrafação”.

Contudo, ainda conclui que Dias Fernandes não teria escrito uma só obra que não contemplasse: “[...] uma bela página, uma frase feliz, um pensamento luminoso. Mas o livro todo, esse, quase nunca se sustentava em pé” (SATYRO, 1964, p. 17). Mesmo negando seu talento, Satyro (1964) ressaltou que a história literária é cheia de modas, em alguns momentos, a obra artística de determinados escritores são destituídas de valor, mas, em outros, esse mesmo literário sobe aos céus e compõe a constelação o qual um dia a ele foi negada. É importante esclarecer que Satyro (1964, p. 38), ao proclamar o discurso de posse, deixou claro que sua manifestação era apenas uma interpretação entre outras possíveis:

Respeitando as proporções, o que mais desejo é que minhas palavras constituam uma sugestão e até um desafio. Pretendi retirar um pouco a poeira que cobre a figura de Carlos Dias Fernandes. Lamento que a imagem me tenha surgido aos olhos diferentes da outra, que dele formava, com entusiasmos da infância e da adolescência. Mas é possível que outros estudiosos, e que aqui vai um apelo para novas gerações, consigam restaurar, com instrumentos mais aptos e com maior sensibilidade, o vulto deformado (SATYRO, 1964, p. 38).

Além da crítica literária, Satyro (1964) o julgou por atitudes artificiais e contraditórias. No caso da polêmica com a religião, em que Dias Fernandes se denominava materialista e ateu, Satyro (1964) nos diz que o intelectual procurava chamar atenção para si, jogando contra igreja leituras aligeiradas de doutrinas e filosofias. Nessa passagem, o interprete cita o livro *Talcos e Avelório*, cuja ideia central se pautava na teoria de Darwin e Haeckel. Carlos D. Fernandes (1915) defendeu que os seres humanos estariam no mais alto degrau da escala zoológica e, por isso mesmo, deveriam promover a solidariedade e compaixão pelos outros animais. Para Satyro (1964), o que Dias Fernandes desconhecia era que esses pressupostos já estavam sendo difundidos pela igreja católica.

Diante disso, encontramos, em alguns dos seus textos, evidências que Dias Fernandes sabia que essas ideias também estavam presentes nas filosofias religiosas. Em *Noção de Pátria* (1914a), *Protecção aos Animais* (1914b), *A Defesa Nacional* (1916f), *Vegetarianismo* (1916g), *Escola Pittoresca* (1918) e *De “rapazinho” a Imperador* (1920), o intelectual fez alusão ao catolicismo como parte constitutiva da formação social brasileira, herdada pela colonização portuguesa e que deveria ser preservada como parte da nossa tradição. Em *Protecção aos animais* (1914b), *Vegetarianismo* (1916g) e *Escola Pittoresca* (1918) referenciava as doutrinas religiosas que colocavam o homem como protetor da natureza e dos animais. Contudo, Dias Fernandes não mostrou, nesses escritos, adesão a nenhuma prática religiosa, as tratando nos termos da cultura e não de uma moral a ser seguida. A questão moral no intelectual recaía apenas na submissão em relação à Pátria e ao vegetarianismo.

A questão do vegetarianismo também foi comentada por Satyro (1964), no episódio em que Carlos D. Fernandes polemizou com Dr. José Marciel, renomado médico, que enfatizava a importância do consumo de carne para uma boa saúde. Conforme Satyro (1964), Dias Fernandes tinha a intenção de incentivar as polêmicas chamando para si a atenção dos fatos, como se o fizesse por vaidade. Sobre o referido debate, *A União* noticiou três matérias no mês de agosto de 1916, assinadas por Carlos D. Fernandes, intituladas de *O Regime*

Vegetariano. No mesmo ano, o intelectual publicou tais argumentos no livro *Vegetarianismo* (1916d). O jornal *A Notícia*, também circulante na capital paraibana, ficou encarregado de divulgar as matérias do Dr. José Marciel.

Entretanto, não foi apenas Carlos D. Fernandes que havia se envolvido na discussão, Flávio Maroja, médico higienista e diretor do IGHP naquele momento, também publicou, no dia 30 de agosto daquele ano corrente, uma matéria n'A *União* intitulada: *Hygiene Alimentar: Regimen Vegetariano e Regimen Carneio, confronto de opiniões, como penso a respeito*. Maroja (1916) esclarecia a benevolência do regime vegetariano, contudo, não se opunha completamente ao consumo da carne, desde que fosse consumida em menor quantidade e em dias espaçados.

O jornal *A União*, durante a direção de Carlos D. Fernandes, ainda publicou, em 26 de janeiro de 1917, a notícias sobre a fundação da *Sociedade Vegetariana Brasileira*, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 188, cujos membros eram dr. Gustavo Armbrust, presidente; tenente Jaguaribe Mattos, 1º secretário; e tenente dr. Jonh Rohe, 2º secretário. A referida matéria chamava atenção para a causa dizendo: “Vai ganhando surto em todo mundo civilizado o regime vegetariano como solução prática do problema moral, economico e therapeutico dos povos.” (O VEGETARIANISMO, 1917, p. 01).

No entanto, Satyro (1965) tece suas críticas através do depoimento de Celso Mariz, que relatou um almoço na casa de Dias Fernandes. Na ocasião, Carlos D. Fernandes serviu à mesa um porquinho assado que ele próprio criava dentro de casa como se fosse membro da família (SATYRO, 1964; MARTINS, 1976). Nesse sentido, Satyro (1964) conclui que as atitudes de Carlos D. Fernandes, assim como sua literatura, não passariam de uma estratégia de autoprojeção intelectual, tendo, como maior criação literária e artística, ele próprio.

Segundo Gomes (1989) é bem verdade que Dias Fernandes tinha uma vida cheia de episódios anedóticos interessantes e andava sempre se gabando dos seus feitos. Outro caso foi uma briga com intelectual José Américo, devido a questões políticas divergentes, tiveram uma discussão, sobre a qual Gomes (1989, p. 38) relembra as palavras de Dias Fernandes:

- Encontrei ali o “cego” (o cego era José Américo). Inimigos, José Américo dos “bacurais” e ele, dos “jovens turcos”, que queriam botar abaixo a oligarquia de João Machado. José Américo discutiu com ele e chegou a lhe dar um empurrão. Porém, o poeta lhe abtemperou conciliativo:
- José Américo, nós somos pessoas de alto nível intelectual. Isso de andar trocando murros é negócio de arruaceiros do cais do porto, Vamos acabar com isso. Eu dou as satisfações que você quiser.

José Américo concordou. O que não impediu de chegar, momentos depois, ao jornal, esbaforido contanto:
 -“Quase matei aquele cego”...

Eudes Barros (1965) fez a defesa de Dias Fernandes em *O fenômeno Estético de Carlos D. Fernandes*. Para Barros (1965), a poesia seria a peça fundamental para entender sua obra literária. Além disso, os ataques feitos por Satyro (1964) aos seus romances, *A Renegada* e *Os Cangaceiros*, seriam sem propósito, pois, segundo Barros (1965), o romance contemporâneo não pode ser indiferente à obra de Freud, como a obra de Carlos Dias Fernandes não poderia deixar de conter marcas derivadas das teorias antropológicas em voga na época:

O que condena em Carlos D. Fernandes justifica nos escritos de hoje, isto é, a influências de teorias científicas em voga. Esquece que Lombroso no tempo de Carlos, era tão influente quanto Freud nestas últimas décadas. A teoria lombrosiana da cacaterização morfológica do criminoso nato (“L’Uomo Delinquente”) bem como da degeneração intelectual (“Gênio e Follia”) eram, nos tempos da juventude de Carlos D. Fernandes, tão rigorosamente científicos como para muito gente, hoje em dia, o **complexo de Édipo**, da Psicanálise. (BARROS, 1965, p. 17-18).

Para Gomes (1989) também foi um exagero de Satyro (1964) dizer que Carlos Dias Fernandes escrevia mal para os dias de hoje, sendo que o intelectual era legatário de uma formação greco-romana, a qual sua formidável bagagem cultural o tornava desigual. Além de que, muitos dos seus seguidores, como Ademar Vidal, Nelson Lustosa, João de Lourenço e Samuel Duarte, se instruíram com ele no jornalismo, mas, não lhes copiaram os modismos, porque eram incompatíveis com a evolução mental (GOMES, 1989).

Gomes (1989) o vê como maior poeta paraibano de todos os tempos, até maior que Augusto dos Anjos. Nesse sentido, corrobora com Barros (1965, p. 07) que enfatiza a originalidade poética do intelectual, como sendo derivada do seu temperamento aristocrático: “[...] de um déspota esclarecido, magnífico, como os da Renascimento Italiano ou como o Rei Sol da corte de Versalhes”. Segundo Barros (1965), Dias Fernandes admirava a civilidade do Velho Mundo nas maduras damas da sociedade paraibana como, por exemplo, a esposa de Camilo de Hollanda D. Mariana

[...] de cabelos já prateados pela idade outoniça, dir-se-ia emergir da tela de um pintor de damas da Monarquia. Os seus dedos, faiscante de jóias, estendidos, para um aperto de mão, a um cavalheiro, nos salões do Palácio,

impunham irresistivelmente o reverente roçar de um beijo. (BARROS, 1964, p. 08).

Outra dama que merecia admiração de Dias Fernandes, era D. Mary Sayão Pessoa, esposa de Epiácio Pessoa. Na ocasião de passagem do político pela Paraíba, quando voltava da Conferência da Paz, em 1919, Dias Fernandes referiu-se a D. Mary em majestosa simplicidade cortês, com linguagem quinhentista e com sonoridades camonianas (BARROS, 1965). Contudo, não era apenas pelas grandes damas da sociedade que se manifestavam sua inspiração poética, disse Barros (1965) citando o poema *Olhos Verdes de Palmas e Acantos* (1917).

Para Barros (1965, p. 10), sua originalidade poderia ser percebida ainda na prosa, pois, Carlos Dias Fernandes tinha horror ao lugar-comum e adjetivação vazia: “[...] cada adjetivo seu é um atributo específico da frase. Um traço característico do sujeito da frase”. Carlos D. Fernandes compôs também hinos cívicos como Hino da Paraíba, Hino do centenário da Revolução de 1917 e Hino da Árvore. Segundo Barros (1965, p. 11), nesse quesito, o intelectual “[...] conseguiu, porém, manter, tanto na inspiração como na forma, as peculiaridades do seu estilo poético”. Para Barros (1965), a vulgaridade verbal era comum até mesmo para intelectuais de renome como Osório Duque Estrada, autor do Hino Nacional, e Olavo Bilac, em seu Hino da Bandeira.

Sobre sua atuação intelectual no contexto paraibano, a qual Satyro (1964) julga ser um personagem retirado dos seus próprios romances, Barros (1965) o defende parafraseando Fernando de Azevedo, em *No tempo de Petrônio* (1962), fazendo alusão à predileção de Carlos D. Fernandes pelo latim, sugerindo que era: a “[...] língua plasmadora do seu espírito, lhe inculcia aquele senso realístico das coisas, que para os Romanos, não era incompatível com a noção de Arte e Beleza.” (BARROS, 1965, p. 20).

Castro Pinto, em matéria publicada n’*A União*, em 1917, citada por Barros (1965), também enfatizou o senso prático do paraibano. Essa relação com a realidade dos fatos, segundo Castro Pinto, era herdeira dos estudos sobre o direito romano que seriam a base para suas atitudes cotidianas, tributárias da sua formação da Faculdade de Direito do Recife. *A União*, no mesmo ano, divulgou uma nota sobre o aniversário de Carlos D. Fernandes, fazendo as mesmas observações que Castro Pinto e Eudes Barros (1965):

Além da parte eminentemente técnica do jornal, que o destaca para logo como mais bem feito do norte do país, imprimiu o sr. Dr. Carlos D.

Fernandes, o respeito á syntaxe e á correção othographica, dando *A União* uma factura admirável e áquella finalidade que se destina a imprensa - vehiculo de educação e de progresso.

Essa mesma preocupação da linguagem é uma das modalidades do seu espírito e inconfundível erudição, cujo lastro é o conhecimento do latim, cimentado na exegese dos seus clássicos e argamassada com intimidade de Camões e Vieira [...].

É o amor á língua portugueza que lhe restou do aprendizado do latim escolar, de que depois se fez mestre, creando essa aureola de brilhantismo á sua obra, que se adensa pela beleza e originalidade da criação e da forma, vale ainda mais pelo preciosismo do sabor clássico.[...]

O portuguez, considerado como expressão da nossa língua, tem em Carlos D. Fernandes um culto apaixonado principalmente pela Italia, que é sua pátria natal (DR. CARLOS, 1917, p. 01).

Eduardo Martins (1976) escreveu, em *Carlos D. Fernandes: notícias biobibliográficas*, que o intelectual aprendeu as primeiras letras com sua mãe d. Maria Augusta Saboia Dias Fernandes, mas, quando estava por volta dos 14 e 16 anos, já demonstrava desenvoltura nas aulas de latim. Seu pai, o médico João Nepomuceno Dias Fernandes, também era um admirador da literatura clássica:

[...] formado na Universidade de Coimbra. ‘Era um homem inteligente e tinha suas tintas de cultura geral. Falava corretamente o francês e não largava o seu Racine e o seu Rousseau. A barba cor de cereja, fechada e patriarcal, dava-lhe um ar de Pedro II (MARTINS, 1976, p. 15).

Sendo assim, Dias Fernandes foi envolvido nessa conjuntura familiar na qual o gosto pelos clássicos se fazia presente. Disse Martins (1976, p. 16):

Nessa idade trêfega em que todos se comprazem em papaguear com borboletas, engaiolar os pássaros, e atirar a pedra ao telhado do vizinho, ele familiarizara-se com o latim, lendo Virgílio e Horácio, que lhe despertaram o amor ao verso pastoril decorando concomitantemente as estrofes de Camões, conservando *Os Lusíadas* de memória, o que lhe acordou a veneração dos clássicos, e esse conhecimento profundo do vernáculo, que ele sabia como Viera, dando-lhe as inflexões e a beleza plástica de Eça. Tanto que aos quinze anos, segundo testemunho de Castro Pinto, confundia os professores da localidade na análise gramatical dos mais difíceis trechos d’ *Os Lusíadas*.

A relação entre Dias Fernandes e o latim é uma questão fundamental para entender o processo de formação intelectual no Brasil nesse período. Conforme Rocha (2010), Joaquim Nabuco, no tempo em que viveu em Londres, confessou que lia muito pouco em português, não tinha aprendido a ler o inglês ainda e desaprendera a ler em alemão, o que resultou numa

predisposição para escrever em francês. Rocha (2010) segue argumentando que essa situação era típica dos sujeitos posicionados em *situação semiperiférica*, termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, o qual significa a mediação entre centro e periferia no desenvolvimento econômico mundial.

A questão dever ser pensada inclusive sobre a formação educacional desses sujeitos, pois, no Brasil do século XIX, a assimilação da cultura europeia era base das leituras, como bem exemplificou José Veríssimo (1985), em *A educação Nacional*. Para Veríssimo (1985), essa experiência distanciava os alunos dos assuntos nacionais. Antonio Candido, tratando da nossa formação literária adverte:

A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas dela são reconhecíveis a primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano, e falta de senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse até o menoscabo das nossas. (CANDIDO *apud* ROCHA, 2010, p. 261).

Nesse sentido, os intelectuais foram formados mediante a projeção da cultura europeia, contudo, isso não significava que estavam distantes da realidade que os cercavam, mas, por outro lado, indica o quanto ambivalente foi a construção da nossa formação escolar. Esses sujeitos são tributários dessa relação, a qual a experiência de fora era a base para pensar a experiência local (SCHWARZ, 1992).

Segundo Gramsci (1982), os intelectuais de determinadas sociedades são indicadores do processo educativo dos quais são pertencentes, as escolas treinam esses sujeitos e quanto mais extensos e numerosos forem os seus níveis, mais complexo será o mundo da cultura e da civilização de um determinado país. Sendo assim, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Machado de Assis e Carlos D. Fernandes, foram integrados nessa experiência contraditória e combinada do capitalismo (SCHWARZ, 1992; ROCHA, 2010).

Em *A União Jornal e História da Paraíba: Sua evolução gráfica e editorial*, Martins (1978) refere-se ao jornal enquanto uma escola literária paraibana, cujo esplendor se dava em volta da personalidade de Carlos D. Fernandes:

A esse tempo viviam n'A *União* quatro demônios quase da mesma idade: Ademar Vidal, Antônio Botto, Paulo e Aluizio de Magalhães. E chegaram outros estudantes daquela poderosa Universidade de estímulo mental que era o órgão do governo na fase de Carlos D. Fernandes. A geração já possuía líderes, que eram: Castro Pinto, Álvaro de Carvalho e Celso Mariz, e se

abeberava de modelos como Celso Vieira, Assis Chateaubriand, Raul Machado, José Américo e Orris Soares. Alcides Bezerra penetrava no grupo como secretario do jornal, mas se aristocratizava até certo ponto incomunicável, nos seus altos sapatos de filósofo e crítico de arte. E os chefes de revisão, em noites reservadas, eram valores da estirpe de Sebastião Viana e Ribeira Dantas – uma sensibilidade apurada de artes e filósofos; outro, um dos maiores eruditos que a Paraíba conheceria. Carlos D. Fernandes seria, a seu turno, uma figura imensa sob certos aspectos o maior de todos. Escritor e poeta, gramático, humanista, versando em cultura clássica, pedagogo e satírico, polígrafo e poliglota. (MARTINS, 1978, p. 33).

Na esteira dessa argumentação, seus interpretes estão em comum acordo, V Pinto (1960), Barros (1965), Martins (1976, 1978) e Satyro (1964), que reconheceram a importância da sua figura intelectual, ao dirigir o jornal a *A União*, causando entusiasmos nos seus discípulos. Sobre isso Satyro (1964, p. 30) diz:

A grande hora intelectual da Paraíba, o grande momento de arte de nossa terra era aquele em que ele chegava à redação. O auditório já esperava. E, antes de entrar firme no trabalho, brilhava como astro solitário, diante dos admiradores atuados pelo sortilégio de suas palavras.

Gomes (1989, p. 34) relata esse momento, nos mínimos detalhes, e a imagem de Carlos Dias Fernandes, ao chegar à redação do jornal, vai tomando forma, cor, cheiro e som:

Carlos Dias Fernandes chegava ao jornal às 2 da tarde, vinha a pé, morava bem perto, no Chão Duro, com Dona Aurora, amante com quem depois se casou. Chagava perfumado e bem posto no terno de linho, a elegância da indumentária lhe realçando a beleza física. Teria uns 45 anos. Frugal e vegetariano, não comia carne, nem fumava, nem bebia. Apresentava um aspecto juvenil de atleta, mantendo a forma através da ginástica sueca. Era alvo e corado, o cabelo esvoaçante, castanho claro. Algumas vezes ostentava petulante monóculo nos olhos azuis. Foi quem inaugurou andar sem gravata e sem chapéu e envergar alpercatas de couro cru.

Desembocava na A UNIÃO rescendente a água de colônia, entrava e despachava o primeiro expediente. Depois, acontecia o sensacional: parado o expediente, vinha para o meio dos redatores embevecidos, ninguém tinha quase coragem de respirar, começava, como dizia Eudes Barros, peripateticamente a conversar. Foi o maior “causeur” que a Paraíba já possuiu. E note-se que a Paraíba é terra de luzentes prosadores verbais. Entre eles destaque Castro Pinto e Alcides Carneiro, dos que se foram, e, felizmente os que ainda convivem: Oswaldo Trigueiro e Fernando Milanez. Mas, Carlos D. Fernandes era o maior de todos; era delicioso ficarmos embevecidos à sua escuta. Trazia, quase sempre no bolso, os seus poemas já na forma definitiva. A matéria redacional ele a ditava no mais primoroso estilo correntio. Porém, dizer que ditava três ou quatro produções de uma vez, isso não era verdade. Seria exagero dispendioso, um desgaste em vão de esforço

mental. Ele não era um jogador de xadrez que nos campeonatos controla dez ou doze partidas simultâneas, produção literária dá trabalho e exige responsabilidade. Mas, que ditava *corrente calano*, isso é absoluta verdade. Corrigia só a primeira prova da revisão, como mau revisor, e ia embora, ficando segunda prova para o pobrezinho do secretário particular.

Carlos Dias Fernandes se destacava no meio social em que viveu, quem conviveu de perto com o intelectual, apresentava-lhe como um sujeito que causava admiração e respeito nas épocas juvenis: sua rotina atravessada pela negação do casamento formal, pelo regime alimentar estranho à cultura local, pelos exercícios físicos, pelas roupas e, em especial, pela bagagem cultural, tudo parecia contrastar com a vida das primeiras décadas do século XX, na Paraíba. Na esteira dessas lembranças, Carlos Dias Fernandes também era representado pelos seus pares literários, como Assis Chateaubriand, sendo uma figura que trazia consigo um turbilhão de ideias:

[...] uma independência tão feroz de espírito, processos de indisciplina mental tão rudes, e uma audácia de atitude de tal modo prodigiosa, que bem se pode imaginar o que foi a presença dessa originalidade num meio pacato como o da Paraíba, quando ele ali se estalou. A amoralidade da sua cultura, a exuberância convulsiva do seu temperamento, a avidez leonina de sensações que o devorava, e os exotismos foscas da visão, tudo isso atarantava a Paraíba, coitada, tímida, católica, temente a Deus, incapaz de compreender aquele demônio que elaborava dentro de um jornal do governo o espetáculo inédito da contra sociedade dos poetas, dos sonhadores, dos artistas, em revolta contra o burguês e o vigário. (CHATEAUBRIAND *apud* MARTINS, 1976, p. 52-53).

Mais recentemente, Fabiana Sena (2008), em tese de doutorado, analisa o jornal *A União*, de 1918, no tópico intitulado: *Escola Pittoresca nas páginas do jornal*. A autora observa que o periódico informava o leitor paraibano a campanha de edição enfrentada por Dias Fernandes no Rio de Janeiro. As matérias referenciadas, ainda segundo Sena (2008), apareciam em alguns casos repetidas, porém, em dias espaçados. Em outros, enfatizava o autor e secundarizava o livro e, ainda quando se referiam às matérias publicadas em outros jornais, suprimia a informação do dia e o nome do autor.

Sena (2008), em sua interpretação, sugere que houve manipulação do jornal para destacar Dias Fernandes no cenário cultural brasileiro, colocando para sociedade paraibana a exaltação da sua imagem. Para a autora, Carlos Dias Fernandes, ao escrever *Escola Pittoresca*, visava se inserir em duas tradições. A primeira era a dos homens autorizados a pronunciar a palavra na sociedade, e o fez com o apoio do presidente de estado Camillo de

Hollanda que encomendou seu livro. Na segunda, pretendia fazer parte da galeria dos intelectuais renomados naquele momento que escreveram livros didáticos como Silvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Neto, Julia Lopes de Almeida, Rocha Pombo, entre outros.

No primeiro momento, Carlos D. Fernandes surge como intelectual renomado e polemista. Em alguns casos, parece reclamar para si atenção social. Em outros, emerge como um intelectual situado numa tradição de homens de letras que viveu a contradição entre a necessidade de afirmar o Brasil, diante do mundo acidental, e a sensação de deslocamento da civilização alcançada pelos países europeus. Mas, consensualmente, foi uma personalidade intelectual importante para o estado, conservado na memória dos seus conterrâneos e contemporâneos.

Nossa proposta é interpretá-lo tendo em vista sua inserção no campo intelectual de uma época, a Primeira República brasileira, cujo foco se volta para compreender as ideais e propostas educacionais. Nesse sentido, nos afastaremos das análises de Satyro (1964), Barros (1965) e Gomes (1989) que evocam a pertinência da originalidade da sua obra e também das sugestões de Pinto (1960) e Martins (1976; 1978), para alçá-lo entre os intelectuais brilhantes do nosso país.

Não avaliaremos Carlos D. Fernandes como um personificador da sua autoimagem intelectual, como o julgou Satyro (1964) e Sena (2008). Compreendemos que essas atitudes eram uma estratégia partilhada por todo conjunto de intelectuais brasileiros do período e ainda algo muito comum nos dias atuais, obviamente, salvaguardando as suas diferenças. Sergio Miceli (2001), que guia fundamentalmente essa nossa orientação, ao estudar os letrados atuantes na Primeira República, os entende como parte do movimento de ascensão da imprensa jornalística e do mercado editorial. Portanto, percebemos esses sujeitos dentro de um conjunto de arranjos políticos, buscando estabelecer similaridades temáticas e particularidades entre os intelectuais e seus *repertórios*. Nesse sentido, Satyro (1964), Barros (1965) e Gomes (1989) nos apontam para pistas importantes, como a assimilação cultural de Carlos Dias Fernandes na Itália, para as leituras ligadas às obras de Lombroso, Tarde e Darwin, e para os intelectuais que constituíram sua rede de sociabilidade.

Por fim, ainda nos inserimos na perspectiva do que Gadamer (2008) entende por *atuação da tradição*, a qual não se sustenta apenas pela verificação dos seus fundamentos, decidindo ou não pela sua validade. Isto é, a tradição é vista como um *continuum* que envolve tanto sua negação quanto sua manutenção, sem que a mesma deixe de existir (WU, 2004). Nesse sentido, nos colocamos na tradição, quando Sena (2008) sugere que Carlos D.

Fernandes ao escrever *Escola Pittoresca* fez parte de uma ambiência intelectual do seu tempo, de sujeitos os quais pensaram e atuaram diante da educação brasileira. Desse modo, este trabalho e nosso desempenho como pesquisadores da história da educação também buscam pensar e atuar criticamente sobre esse campo, de modo que ao resgatar Carlos Dias Fernandes como intelectual, estamos trazendo à baila os processos históricos e educativos que atravessaram a formação social do nosso país.

Outro sentido subjacente à tradição, que é fundamental pontuar, se refere aos seus interpretes e, nesse sentido, nos inserimos mais uma vez no seu interior. Contudo, estar na tradição não significa uma posição submissa em relação a ela, como nos alertam Costa (2004) e Wu (2004). Para Gadamer (2008) reconhecer a sua existência significa que, devemos estabelecer diálogos e críticas sobre ela. Diante disso, na seção seguinte, procuramos compreender e interpretar a trajetória intelectual Dias Fernandes, em especial, no que tange às suas relações no meio social paraibano.

2.2 A GERAÇÃO DO *INTERMEZZO*: LITERATURA, JORNALISMO, VIDA E ATUAÇÃO DE CARLOS D. FERNANDES

Em 1880, no Brasil, se inaugura uma nova forma de comunicação impressa, chamada por Marialva Barbosa (2010) de *novo jornalismo*. Esse período foi marcado pela mudança no modo de produção dos impressos que se configurava, até aquele presente momento, enquanto uma imprensa artesanal e política, passando para uma imprensa empresarial (MOREL, 2011). Contudo, segundo Morel (2011), essa transformação não foi repentina, acontecendo de modo gradativo e não linear, convivendo ambas ao mesmo tempo e acompanhando as transformações do século XIX e XX.

Conforme Candido (2010), mesmo o período sendo marcado por algumas mudanças nas estratégias de circulação da palavra escrita, a literatura que esse suporte veiculava pode ser caracterizada, essencialmente, como uma *literatura de permanências*. Ainda segundo Candido (2010, p. 120), essa literatura “Conserva e elabora os traços desenvolvidos depois do Romantismo, sem dar origem a desenvolvimentos novos; e, o que é mais interessante, parece acomodar-se com prazer nesta conservação”, sendo representada pelos estilos do Naturalismo de Aluísio de Azevedo, do Regionalismo com a publicação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha e da poesia Parnasiana de Olavo Bilac (CANDIDO, 2010).

Diante disso, é importante enfatizar que Carlos D. Fernandes fez parte desse contexto literário. Na publicação do romance *A Renegada* (1908), que narra o adultério de uma mulher, o qual se enquadra na temática Naturalista, com forte inspiração de *A Carne* de Júlio Ribeiro (GOMES, 1998), Aluísio de Azevedo escreve-lhe uma carta, no dia 5 de fevereiro de 1909, dizendo:

Meu caro *Dias Fernandes* – Logo que recebi a sua fascinante RENEGADA, quiz escreve-lhe duas linhas agradecendo o carinhoso obsequio, e depois que devorei a obra, quis escreve-lhe uma carta agradecendo a mais a satisfação que ella me deu e mandado-lhe parabéns pelo bello êxito do seu primeiro romance, que não será sem duvida o último a lhe sahir da Penna, mas será com certeza um dos melhores da sua vida letteraria, pois nelle vêm já toda amargura e toda a bondade de que compõe a alma de um artista. [...] seu livro me impressionou tanto, que logo puz, ao lê-lo, acollaborar com auctor, o que só pode acontecer quando a obra conquista o leitor. Se eu fosse destacar aqui os pontos de que mais gosto, não acabaria com esta carta e transformaria os meus applausos [...] correndo o risco de não ser lembrado quando v. desse outro livro, que é justamente o que eu não desejo que aconteça.

Com um sincero abraço – *Aluísio de Azevedo* (FERNANDES, 1914, p.01-02)

Em seu outro romance, *Os Cangaceiros* (1914c), Carlos D. Fernandes construiu seu personagem principal, Minervino, a partir de depoimentos de antigos companheiros de Antonio Silvino. Abener Mourão, no dia 18 de junho, do ano de 1914, em matéria publicada no jornal d'A *União*, descreve Minervino:

[...] chefe dos bandidos, não é um bandido comum. Mata e rouba não para accumular riquezas e sim para alimentar e socorrer populações de miseráveis abandonados no sertão áspero, que lhe pagam com uma dedicação absoluta. É um anarchista inconsciente e com uma capacidade de accção formidável, praticando diariamente crimes e os feitos mais generosos (MOURÃO, 1914, p. 01).

Segundo Trigueiro (1982), a vida no nordeste, nesse período, era marcada pelas políticas dos coronéis e pelo fenômeno do cangaceirismo, esse último entendido: “[...] pela formação de grupos armados permanentes, de homens fora da lei, que campeavam pelo Sertão, desafiando a ordem legal e praticando atentados à vida e à propriedade.” (TRIGUEIRO, 1982, p. 41). A Paraíba sofreu, conforme o autor supracitado, muitos anos com os cangaceiros, sendo apenas solucionado com a construção de estradas que pudessem mobilizar os transportes das forças policiais para dentro do sertão. Entretanto, para Trigueiro

(1982), essa atividade só havia ganhado êxito pelo relativo apoio ou convivência por parte da sociedade rural e de alguns políticos.

Duas figuras se tornaram emblemáticas na ação dos cangaceiros no estado, um deles foi Lampião que teve sua última passagem pela Paraíba em 1927³⁰, mas foi escorraçado pelas polícias do presidente de estado João Suassuna. O outro, Antônio Silvino, foi personagem principal do romance de Dias Fernandes (1914c), era um sujeito: “[...] menor que Lampião, porque era capaz de gestos de generosidade e somente atacava os inimigos reais ou presuntivos. Evitou sempre todo recontro com a tropa do governo, o que tornou menos belicosa sua longa carreira.” (TRIGUEIRO, 1982, p. 41). Ainda segundo Mourão (1914), o tema tratado por Dias Fernandes não se revelava uma novidade em nossa literatura, corroborando a notícia veiculada pelo jornal *O Paiz* sobre a obra do paraibano, em que tecia semelhanças entre *Os Cangaceiros* e *Os Sertões*:

Nos *Sertões*, com suas poderosas faculdades de visão Euclides da Cunha faz de Canudos uma tragédia enorme e de Antonio Conselheiro uma figura sobre-humana, espantosa. *Do Monge*, nos campos do sul, é que nos fala Alcides Maya. E agora, com os *Cangaceiros*, Carlos D. Fernandes põe em scena, com seu typo de Minervino, Antonio Silvino, flagello de populações e pesadello de governo, em Estado do Norte (MOURÃO, 1914, p.01).

O romance regionalista de Dias Fernandes crítica a guerra civil que o governo decretava contra o interior brasileiro, esquecido e condenado a sua própria sorte. Nesse sentido, intelectuais da época como Carlos D. Fernandes, indicavam que a solução estava em instruir os homens do sertão (FERNANDES, 1914c; MOURÃO, 1914). Foi também nesse contexto que literatura se misturava à crítica social – incorporando elementos jornalísticos, históricos e artísticos –, e que as práticas de leitura e de escrita começam a fazer, cada vez mais, parte do hábito das cidades. Os espaços de vendas e circulação dos impressos como tipografias, livrarias, bibliotecas, cafés, escolas e até boticárias aglomeravam pessoas que transitavam nesses locais fortalecendo laços de solidariedade política (MOREL, 2011).

Os jornais, nesse período, eram os principais veículos da palavra imprensa, estabelecendo um novo ritmo para o cotidiano das cidades, anunciando a ordem, o progresso, a urbanização, as ideias abolicionistas e republicanas.

³⁰ A passagem de Lampião e seu bando pelo estado, foi mencionado pelo romancista Jose Lins do Rego, em 1943, em seu livro *Fogo Morto*.

[...] o jornal é geralmente lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e pelo menos quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de único número, podemos perceber a ampla circulação desses impressos na sociedade. O fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesses momentos, não houvesse leitura plurais e leitores múltiplos [...] (BARBOSA, 2010, p. 125)

No bojo dessas relações, os conteúdos veiculados pelos jornais chegavam também à população não alfabetizada. As leituras, portanto, não eram privadas e silenciosas, mas se caracterizavam por serem proclamadas e públicas. Nesse momento, emergiu a figura do jornalista, homem de letras que se apresentava diante de uma *nova identidade literária* que, segundo Machado de Assis, se fazia mediante a escrita de notícias cotidianas, contos, crônicas, romances, poesia e acirrados debates políticos (BARBOSA, 2010). Conforme ainda Barbosa (2010, p. 129):

Os intelectuais viam-se arrastados para o jornalismo, o funcionalismo público e a política. Aproveitando da atmosfera de modernização, de regeneração e de mudança, os jornais promoveram campanhas com velhos hábitos e pela introdução de novos costumes, sempre sob a égide de um discurso pretensamente científico, de forma a implantar uma nova ordem.

Diante desse novo cenário que se configura na vida brasileira, é possível aproximar Dias Fernandes da literatura do período, em que as *permanências* e as temáticas indicadas por Candido (2010) também estão presentes na sua obra, as associando ao veículo principal da comunicação imprensa do período: o jornal (BARBOSA, 2010; CANDIDO, 2010; MOREL 2011).

Na esteira desse argumento, Sergio Miceli (2001) investiga a configuração do campo intelectual imbricado com a política, o qual denomina de *geração do intermezzo*³¹. Segundo o autor, essa geração possuía características similares, dentre as quais, o fato de ser fruto de uma nova ordem social, caracterizada pelo surgimento da profissionalização do intelectual como literato e jornalista:

[...] nessa fase se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em uma forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas da diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação (MICELI, 2001, p. 16).

³¹ Esse termo é utilizado para identificar a experiência comum dos homens de letras que atuaram entre a geração de 1870 e o movimento modernista de 1922 (MICELI, 2001).

Nesse sentido, Miceli (2001) apresenta um quadro de análise no qual seu investimento argumentativo o aproxima do que Gramsci (1982) propôs para a escrita de uma história dos intelectuais. Para Gramsci (1982), esses sujeitos devem ser observados como parte do conjunto geral das funções de hierarquia no mundo do trabalho, e, portanto, a necessidade de os perceber dentro dessa realidade.

Ainda segundo Miceli (2001), a carreira intelectual desses sujeitos se assemelhava aos escritos do francês Anatole France (1844-1924) que obteve muito sucesso no século XIX e XX. Os intelectuais *anatolianos*, como o autor os identifica, se distanciavam dos da geração de 1870 devido ao fato desses indivíduos não pertencerem a origens aristocráticas. No entanto, também não podem ser qualificados como porta-vozes diretos das oligarquias republicanas, pois essas treinavam seus próprios representantes nos meios cosmopolitas da capital, os reconhecendo pelo pacto de força das políticas locais. Conforme Miceli (2001, p. 54):

O grupo dos “anatolianos” não se enquadra em nenhuma das categorias existentes na época, pois constituem o produto de uma primeira forma de diversificação de papéis no âmbito do trabalho de dominação. Os integrantes desses grupos prefiguram um tipo novo intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pelas colaborações na imprensa, até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário e etc.

Esses sujeitos participaram de uma nova experiência social, acentuada desde metade do século XIX, desembocando na Abolição dos escravos (1888), na Proclamação da República (1889) e necessidade de civilizar o povo brasileiro via educação nacional. Os intelectuais *anatolianos* estavam ligados à ascensão de uma classe média pautada, principalmente, na proliferação das profissões liberais, na ocupação de funções na imprensa e nas relações próximas aos poderes políticos locais, em alguns casos (MICELI, 2001).

Essas atividades não eram mais asseguradas pelo privilégio da *aristocracia de corte*, pois esses sujeitos notabilizavam-se pelo *talento* (ALONSO, 2009). Segundo Alonso (2009), com o advento da República, os prestígios dos estratos sociais ligados ao Império, os que viviam de empregos na máquina estatal, perderam o sentido na ausência de um rei, fazendo emergir a *sociedade citadina* e abrindo espaços na grande imprensa para um tipo novo de

intelectual, o qual se diferenciava do restante da população por ter tido acesso aos altos níveis do sistema educacional. Nesse sentido, Alonso (2009, p. 134) adverte que, no Rio de Janeiro, a política instaurada pelo governador Francisco Portela: “[...] abriu a burocracia estatal para um rol de letrados republicanos como Olavo Bilac, Pardal Mallet, Raul Pompéia e o nosso conhecido Coelho Neto”.

Barros (1965) e Gomes (1989) nos dizem, em nosso entendimento, que Dias Fernandes foi partícipe dessa geração anunciada por Alonso (2009): “No Rio de Janeiro morava numa pensão do Largo da Carioca. Fazia parte da geração de Coelho Neto, Emílio Menezes, Cruz e Souza, Arthur Azevedo, Elizeu Cesar e outros notáveis talentos.” (GOMES, 1989, p. 39). Segundo Dantas (2009), na antiga capital do país, foi onde se agregaram intelectuais provenientes de diversos lugares do Brasil, em especial do nordeste:

[...] filhos de profissionais liberais, comerciantes, pequenos ou grandes proprietários em decadência, ou seja, não pertenciam ao que se pode chamar de ‘alta aristocracia brasileira’, quer política quer econômica. Quase todos freqüentavam alguma instituição de estudos superiores, seja nas faculdades da Bahia, Recife, São Paulo ou Rio; originando ou não diplomas, as escolas superiores representavam espaços de contatos e sociabilidade fundamentais para esses homens. Notou-se um significativo envolvimento com educação. A ocupação de cargos nos médios e baixos escalões da burocracia estatal é do mesmo modo uma constante, o que não deixa de ser uma forma de participação na política institucional, embora não partidária. Mais um ponto em comum entre esses intelectuais era o convívio em cafés, confeitarias e livrarias – locais que eram o ponto de encontro no qual se travaram relações de amizade, contatos sociais, intelectuais e profissionais. (DANTAS, 2009, p. 64).

Esses intelectuais foram grandes incentivadores do sentimento cívico e patriótico, propagandistas do serviço militar para jovens brasileiros, escreveram hinos cívicos e livros didáticos. As ações desses sujeitos visavam formar as novas gerações através dos preceitos nacionais como símbolos, cantos e literatura (BOTELHO, 2002; VEIGA; 2007). Portanto, perceber aproximações entre esses sujeitos nos leva a entender, de forma mais particular, as estratégias assumidas por essa geração como, por exemplo, as relações estreitas com os políticos e a política da época, a valorização da cultura letrada como mecanismo de mobilização social e a visibilidade que tentavam dar as suas obras. Esses mecanismos também foram assumidos por Dias Fernandes, se tornando o ponto culminante das críticas de Satyro (1964) e Sena (2008). Entretanto, ambos o perceberam de forma isolada, desconsiderando o

conjunto de experiências sociais, em especial, a ascensão do mercado editorial, no qual o intelectual paraibano estava inserido.

Ainda buscamos identificar intersecções entre Dias Fernandes e a geração de *anatolianos*, a partir da identificação da sua trajetória intelectual. Miceli (2001) chama atenção que, nesse período, podemos considerar três elementos que identifica essa geração: as primeiras iniciativas do trabalho feminino, o apadrinhamento de familiares abastados e a carreira militar. Intelectuais como Humberto de Campos, Lima Barreto, Hermes Fontes, Juarez Távora, Gilberto Amado e também Carlos D. Fernandes tiveram uma trajetória bastante similar³². No novo arranjo do mundo do trabalho que se constitui no Brasil, no fim do século XIX, o qual a mulher começava a participar como fomentadora também da renda familiar, a mãe de Dias Fernandes exerceu um papel importante:

D. Maria, como inúmeras senhoras de escol do velho Mamanguape, matinha uma indústria caseira de doces. Escravos na cozinha. Escravos na rua com tabuleiros de guloseima. A trabalhadeira era sem fim. Somente das 4 horas da tarde em diante voltava a calma à casa da rua da Mangueira. (MARTINS, 1976, p. 15-16).

O projeto dessa nova classe era garantir sua distinção social, mediante a educação dos filhos (MICELI, 2001). Desse modo, através do exercício da medicina do seu pai somado ao trabalho da sua mãe foi que Dias Fernandes teve seus primeiros investimentos educacionais. Quando o intelectual deixou a cidade de Mamanguape, aos 16 anos, para estudar farmácia no Recife, recebeu ajuda também de outro parente, um tio avô, que custeou seus estudos até o falecimento. Sobre o episódio conta Martins (1976, p. 18):

Em Recife ele foi acolhido pela sua tia Francisquinha, casada com o inglês William John Arpes.

Um ano depois voltou a Mamanguape “com as suas fumaças de poeta. E conversava literatura com Castro Pinto e Rodrigues de Carvalho”. Retornando ao Recife onde “tinha uma vida contestável, pois o magnânimo José Adolfo de Oliveira Lima (irmão do avô Lima) lhe dava a magnífica mesada de 50 mil réis. Essa boa vida durou pouco apenas ano e meio, pois o seu primeiro benfeitor morreu repentinamente, quando viajava pela Europa.

Após perder a ajuda do seu parente financiador, Carlos D. Fernandes continuou se apoiando em outros familiares para finalizar seus estudos. Ao deixar a capital pernambucana,

³² Sobre a trajetória desses intelectuais que fazemos intersecções com a trajetória de Carlos D. Fernandes, ver Miceli (2001): *Intelectuais à brasileira*.

prosseguiu para o Rio de Janeiro, chegando aos princípios de 1892. Nessa cidade, ficou hospedado no Flamengo, na casa de outra tia, Rosa Furtado do Nascimento, e teve que trabalhar em diversas atividades para se custear. Isso o levou, logo cedo, a ter ingressado em atribuições como a carreira militar, que se deu com a experiência da Revolta Armada, ao lado de Floriano Peixoto³³, e as escritas em jornais e revistas da época (PINTO, 1960; MARTINS, 1976).

Segundo Martins (1976, p. 20), quando cessou a experiência militar “[...] o governo lhe concedeu a patente de tenente honorário do exército e o nomeou praticante dos Correios de São Paulo, o que não concordava muito com os intuitos da distinção”, sendo também na capital paulista que iniciou sua carreira de escritor no *Diário Popular*, ao lado de José Maria Lisboa. Após sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1893, trabalhou em diversos periódicos fluminenses como *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Tarde*, *O Debate*, *A imprensa*, secretariando Rui Barbosa, e na *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Ainda na capital do país, estreitou laços de amizade com o poeta Cruz e Souza (SATYRO, 1965; BARROS, 1965; MARTINS, 1976; GOMES, 1989) que, na ocasião de sua morte, fundou, em homenagem ao poeta negro, com Saturniano Meirelles, Mauricio Jubim, Tibúrcio de Freitas e Elysio de Carvalho, as revistas *Meridional* e *Rosa Cruz* (MARTINS, 1976).

A aventura intelectual de Carlos Dias Fernandes, como mencionou Pinto (1960), não se restringiu ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo. No início do século XX, viveu em terras amazônicas durante 10 anos. Em Manaus, se aproximou do renomado intelectual José Veríssimo. Em Belém, desenvolveu intensas atividades também ligadas ao jornalismo, trabalhando na *Gazeta de Belém* e dirigindo *A Província do Pará*. Ali, residiu sob a proteção do político Antonio Lemos, um tipo de *mecenas dos homens da inteligência* (MARTINS, 1976). Sua relação com esse político lhe rendeu duas viagens pela Europa. Segundo Gomes (1989, p. 32), Dias Fernandes era:

[...] uma espécie de assessor intelectual e político, secretário privado, de Antônio Lemos: a estas alturas, todo poderoso, *condottiere* da oligarquia

³³ Sobre esse momento da vida de Carlos D. Fernandes, Satyro (1964, p. 29) enfatiza que sua atuação não passou de uma grande encenação: “Fez concurso para artilharia, lendo apressadamente, mas com o poder de apreensão que era um dos milagres de sua natureza, tudo quanto os livros da época ensinavam sobre os canhões. Tirou o primeiro lugar no concurso. E ei-lo tenente da Artilharia. [...] Lá um dia, foi necessário experimentar o canhão. Era o momento de levar a prática os conhecimentos teóricos que o livro tinha ensinado. Grande encenação. Expectativa em todos os corações. Ordem de fogo! E o canhão soberbo disparou. Apenas, o cano virou, e o tiro saiu para trás...”

paraense. Tanto serviço lhe prestou, que esse tuxaua o mandou à Europa, com o encargo de ali escrever a sua biografia.

Nessa ocasião, foram publicados seus primeiros livros, a saber: *Políticos do Norte I Antonio Lemos* (1906) – editor João Santos, Genova STAB. POLIGRAFICI BACIGALUPI; *Políticos do Norte II Augusto Montenegro* (1906), editor Filinto Santoro, Genova STAB. POLIGRAFICI BACIGALUPI e *Álbum do Estado do Pará* (1908), Paris Imprimerie CHAPONET (Jean Cussac) (BARROS, 1965; MARTINS, 1976).

Barros (1965), ao fazer menção à passagem de Dias Fernandes pela Europa, sugere que o intelectual manteve um vínculo estreito, na sua forma literária, com sua experiência na Itália e com os autores italianos:

Carlos D. Fernandes foi, até certo ponto, um discípulo de D'Annunzio. Tendo permanecido algum tempo na Itália, onde publicou 'Canção de Veste' e 'Solaus'; privando do convívio do Mestre, deixou-se influenciar pelo seu estilo feérico. Pela sua magnificência adjetival na prosa e no verso. São, igualmente, manifestas as aproximações temáticas e a identidade das fontes de inspiração. Nota-se-lhes igual preferência pelos títulos mitológicos ou extraídos de locuções latinas. Ambos evocam as forças elementares da Natureza em seus cantos panteísticos. (BARROS, 1965, p. 16-17).

Nos primeiros anos do século XX, Carlos D. Fernandes retornou ao nordeste, formando-se em Direito pela Faculdade de Recife, no ano de 1913, e trabalhando, concomitantemente, nos jornais: *Jornal do Recife* e o *Pernambuco* (PINTO, 1960; MARTINS, 1976; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). Em 1913, chegou à antiga Parahyba do Norte – atual Paraíba –, desempenhando a função de diretor da imprensa oficial conjuntamente com a advocacia. No jornal *A União*, encontramos a seguinte nota: “Adv. Carlos D. Fernandes encarrega-se de todas as questões concernentes ao seu officio. Escrip. e Resid. Travessa Jaguaribe 4.” (ADV. CARLOS..., 1914, p. 01).

Carlos D. Fernandes, ainda na capital paraibana, proferiu diversas conferências e publicou livros de gêneros variados: romances, poesias, monografias políticas e opúsculos. No entanto, após esses momentos áureos do intelectual no estado, foi embora da Paraíba, em 1925, quando João Pessoa assumiu o governo do estado, e que, segundo Martins (1976, 1978), fez do seu primeiro ato administrativo a demissão de Dias Fernandes.

Diante disso, o intelectual voltou ao Rio de Janeiro e foi trabalhar como crítico literário no jornal *O Paiz* que, na ocasião, estava sendo dirigido pelo seu ex-companheiro d'A

Província do Pará, Alves de Sousa. Contudo, os seus rendimentos na antiga capital da República já não eram mais os mesmos com quais estava habituado, entre requinte e conforto na Paraíba. Orris Barbosa, em 1937, lamenta a ausência de Dias Fernandes, relatado por Martins (1976, p. 71):

Nela deixou tudo: a sua biblioteca³⁴, os seus amigos, os seus discípulos, a sua casa cheia de conforto, a sua agência de loteria, as suas noites de *pocker* no Clube Astreia, os seus passeios a Tambaú, Cruz das Armas e Jaguaribe, as amadas vítimas da sua ironia, os serões bulhentos e divertidos da ‘A União’.

Entretanto, Martins (1976) diz que Dias Fernandes, nesse período, ainda viveu reconhecimento no jornalismo. Em 1926, com a missão de representar *O Paiz* e *A União*, foi ao Congresso Pan Americano de Jornalismo em Washington, onde foi recebido calorosamente pelo diplomata pernambucano Manoel Oliveira Lima.

Oliveira Lima, em 1917, esteve na Paraíba para fazer parte do ano festivo que comemorava o centenário da Revolução Pernambucana. Gomes (1989) nos diz que, por essa época, Dias Fernandes era incumbido de assessorar os visitantes ilustres que passavam pelo estado como Margarida Lopes de Almeida, recitadora, Rosalina Coelho Lisboa, poetisa – filha de Coelho Lisboa –, Nilo Peçanha, Eliezer Kamenetsky, naturalista russo, e o espanhol José Júlio:

Carlos D. Fernandes era quem fazia a sala, o recepcionista de vanguarda, capacitado a nivelar-se ao grau de cultura dos itinerantes convivas mais requintados, sobretudo chefe de escola literária, que implementou aqui, uma espécie de Renascença (GOMES, 1989, p. 33).

Seu estreitamento com Oliveira Lima também pode ser retratado quando Dias Fernandes (1918), ao escrever *Escola Pittoresca*, solicitou a opinião do intelectual para tratar da geografia e história pátria, especificamente nas partes do livro intituladas de *A Terra e a Pátria*, *Segundo Reinado* e *A República*. Carlos D. Fernandes (1918, p. 155-156) apresentou, no seu livro, um trecho da carta de Oliveira Lima:

³⁴ Na fase que compreende a catalogação de fontes desta pesquisa, foi possível encontrar, no setor de obras raras, da biblioteca Juarez da Gama (FUNESC), alguns livros que pertenceram a Carlos D. Fernandes, entre eles também identificamos um exemplar de *Escola Pittoresca*. O jornal *A União* também nomeou sua biblioteca com o nome de Carlos D. Fernandes.

<< Meu caro amigo: muito lhe agradeço o ter-me facultado a leitura da sua synthese da história brasileira para uso das escolas, fazendo parte da ESCOLA PITTORESCA.

A synthese é feliz e a noção da terra e da pátria deve, com effeito, preceder a quaesquer outras.

Só tenho que felicitar por este ensaio em que quis experimentar sua penna.

Ella é tão adextrada que pode afoitamente abordar todo assumpto e não há perigo de sahir-se mal. Acceite com os meus parabéns meus melhores votos para 1918.

Seu affeigoadado – M. Oliveira Lima >>

Quando Carlos D. Fernandes descreve parte da carta escrita por Oliveira Lima em seu livro didático, buscava atestar a legitimidade do seu conhecimento, haja vista que, na época, Oliveira Lima gozava de respaldo sobre o assunto por ter escrito vasta obra de História contemplando o império brasileiro. Diante disso, é possível perceber através das cartas como fontes, os temas em voga na época: “[...] a política, a diplomacia, os projetos de obras em andamento, os trabalhos publicados e a vida acadêmica.” (MALATIAN, 2009, p. 212). As cartas, desse modo, também foram locais de produções e trocas intelectuais, revelando a posição assumida por esses sujeitos no mundo da cultura, da política e os lugares de poder (MALATIAN, 2009).

Martins (1976) segue dizendo que, ainda no ano de 1926, o intelectual paraibano foi convidado a participar do III Congresso Mundial de Imprensa realizado em Genebra. Sua presença era reclamada como figura que mais havia se destacado no jornalismo brasileiro. Dessa forma, seu biografo descreve a personalidade de Carlos D. Fernandes enquanto um sujeito o qual merecia destaque na história do jornalismo e também no cenário brasileiro e paraibano do seu tempo³⁵.

Dias Fernandes morreu no dia 9 de dezembro de 1942, no Rio de Janeiro, no Hospital da Cruz Vermelha, conforme Martins (1976), sem o reconhecimento merecido. Ainda, em *Poesia e Vida*, disse José Lins do Rego sobre o falecimento Dias Fernandes: “Morreu quase que esquecido, sem grandes necrológicos, com enterro de pouca gente, um homem que teve uma vida que foi de mocidade tumultuosa, agitada de aventuras, cheia de lances perigosos.” (REGO *apud* MARTINS, 1976, p. 73).

Para Satyro (1964), imbuído dos relatos de Celso Mariz e Gilberto Amado, nos diz que, o esquecimento a que relegaram Carlos D. Fernandes foi causado pelo próprio

³⁵ Fonseca e Corrêa (2009), na apresentação do livro *200 Anos de Imprensa no Brasil*, se referem a Eduardo Martins como um dos representantes da pesquisa em história da imprensa no Brasil, nos anos de 1970, cuja principal tendência era as análises voltadas para as tipografias e biografias de jornalistas.

intelectual, que não conseguiu reproduzir, em suas obras, o valor da palavra, do mesmo modo com que proferia em suas conversas e conferências: “Pode-se dizer que êle, em vida, ninguém foi indiferente. A camada de silêncio que hoje cobre o seu nome parece até uma advertência da vida, para que se não exalte muitos aqueles que presenciam a própria glória, ou as aparências da glória” (SATYRO, 1964, p. 22).

Barros (1965) lamenta o esquecimento de Dias Fernandes pela história da literatura, sendo apenas citado, em poucas palavras, pela crítica literária Lúcia Miguel Pereira, no ano de 1949, em *Prosa e Ficção*, como sendo um “[...] escritor que gozou de inexplicável prestígio.” (PEREIRA *apud* BARROS, 1965, p. 22). E defende que o esquecimento de Dias Fernandes foi devido ao fato que, mesmo tendo publicado seus primeiros livros na Itália e no Rio de Janeiro, preferiu viver ora em Pernambuco, ora em no Pará e, por fim, na Paraíba: “Viveu e escreveu na província num tempo em que a vida cultural de cada Estado da Federação era desconhecida dos demais e, sobretudo, da antiga Capital da República, então o centro único e decisivo das consagrações literárias no país.” (BARROS, 1965, p. 25).

A vida de Carlos D. Fernandes foi marcada pela geração de literatos que viram no meio jornalístico a forma de manter seu trabalho intelectual e sua distinção social. A passagem em vários estados brasileiros e viagens pela Europa e Estados Unidos, atravessaram a experiência de muitos da sua geração, indicando a vasta *rede de sociabilidade* que se formou em torno das trajetórias intelectuais. Foi entre homens de letras renomados que Carlos D. Fernandes, em seus momentos áureos, obteve muito prestígio social. O seu trabalho intelectual dependeu também dos mecanismos de interação social que se estabeleceu com os políticos, se beneficiando de cargos na burocracia do Estado (MICELI, 2001; NOGUEIRA, 2010).

Por fim, destacamos um elemento que, para nós historiadores da educação, é de grande importância: pelos relatos biográficos aqui citados, é possível perceber que a figura de Dias Fernandes foi exaltada pelos interpretes que tiveram uma relação de aprendizado com o intelectual como Eudes Barros, Oasis Gomes e Lins do Rego³⁶. Isso nos indica que Dias Fernandes, além de literato, jornalista e advogado, exerceu a função de pedagogo da juventude paraibana, nos primeiros anos do século XX. Desse modo, ainda trataremos sua trajetória da seguinte maneira: a partir das relações do mundo de trabalho no estado e do reconhecimento dos políticos e dos seus discípulos.

³⁶ Foi no ano de 1921 que José Lins do Rego começou a fazer suas primeiras contribuições n’*A União*, com as matérias *Uma gloria juvenil* e *Itália Fausta*.

Trigueiro (1982) ressalta que foi nos anos de 1910 até 1924 que a capital paraibana experimentou uma fase de progresso atrelada à “[...] ampla transformação na mentalidade política e extraordinária movimentação na vida intelectual.” (TRIGUEIRO, 1982, p. 57). O autor ainda enfatiza a importância de Carlos D. Fernandes na vida cultural da cidade. Entretanto, o setor econômico do estado era basicamente assentado na criação de gado, algodão, cana-de-açúcar e oscilava entre pragas e secas (TRIGUEIRO, 1982).

Diante isso, a carreira intelectual na Paraíba empurrava os sujeitos letrados a cargos atrelados aos programas políticos locais. Essa mesma dinâmica foi apresentada por Nogueira (2010), argumentando que a formação social brasileira não favoreceu o trabalho intelectual destituído da máquina do Estado. Para o autor, a experiência intelectual no Brasil esbarrava na revolução burguesa conservadora³⁷:

Os diferentes grupamentos intelectuais, aliás, tinham em sua vasta maioria um perfil tradicional, ou seja, portavam autonomia imediata diante das classes sociais e – especialmente no contexto do século XIX – viam-se como continuadores de histórias e tradições (NOGUEIRA, 2010, p.27).

No período republicano, Carvalho (2001) percebe continuidades em relação às atribuições dos intelectuais brasileiros, destacando o impasse da divisão social do trabalho que estava marcado, sobretudo, por problemas causados pela escravidão. Desse modo, os segmentos sociais deslocados da sociedade escravocrata e que não viviam diretamente dos seus benefícios buscavam no emprego público uma carreira profissional: “Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de legitimação social, migrantes urbanos em busca de empregos, todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação.” (CARVALHO, 2011, p. 29).

Segundo Joffily (1979), na Paraíba, as condições não eram diferenciadas, pois o mundo do trabalho era comandado pelos senhores de terras, não diferindo muito da época da escravidão:

Apesar de enterrada, a escravidão ficou com um pezinho de fora... pelo menos na Paraíba. A textura dessa sociedade, dividida entre minoria

³⁷ Nogueira (2010) teve como hipótese central do seu trabalho, segundo Ricupero (2010), a atuação de Joaquim Nabuco na vanguarda da revolução burguesa no Brasil: O pernambucano teria assumido o caráter de intelectual orgânico da burguesia brasileira que se caracterizava pelo conservadorismo.

privilegiada (talvez umas trezentas famílias) e imensa maioria de subproletários, era disfarçada pelo compadrismo de sacristia ou pelo patriarcalismo de alcova. Nem um nem outro iam além dos grupinhos que faziam da esmola uma bandeira de generosidade. Com isso, em nada alteravam as verdadeiras relações de classe, nem ocultavam o sofrimento coletivo (JOFFILY, 1979, p. 128).

O autor também menciona as críticas de Carlos D. Fernandes a essa realidade: “Desde 1915, Carlos D. Fernandes clamava contra o latifúndio e defendia os camponeses sem terra, comparando aquelas relações de trabalho com instituições medievais.” (JOFFILY, 1979, p. 123). Nesse sentido, não houve, no período, um favorecimento de funções estritamente liberais, dissociadas das relações políticas.

Carlos D. Fernandes, quando retornou ao estado, se encontrava imerso nessas relações de apadrinhamento político, em troca dos seus serviços intelectuais, mesmo sendo crítico delas. Essa realidade não foi, portanto, característica do estado da Paraíba, nem muito menos ocasionado pelo regime republicano (NOGUEIRA, 2010; CARVALHO, 2011). Na atuação de Dias Fernandes, como diretor do jornal *A União*, foi possível observar como as carreiras intelectuais se formavam ao redor dos setores estatais, pois, o próprio jornal, órgão do governo, recebia os meninos da cidade que se destacavam pela sua boa escrita. N’*A União*, Carlos Dias Fernandes avaliava as condições de escrita dos jovens paraibanos, como destacou Gomes (1989, p. 33):

Conheci Carlos Dias Fernandes quanto aos 17 anos e entrei para A UNIÃO como revisor. Trabalhei de graça um ano inteiro: a esse tempo tinha-se que trabalhar de graça, pelo menos alguns meses a título de aprendizado, para ser nomeado repórter-visor, ganhando duzentos mil réis. Em pouco tempo deixo de ser revisor para ser noticiarista. Carlos Dias Fernandes notou que aquele menino tinha boa letra e escrevia certo. [...] Vez por outra manda chamar esse menino e lhe diz: – Osias, senta aí, pega no “cangaço!”.

O cangaço era uma resma de papel imaculado sobre a mesa.

Era uma mesa alta, dessas de guarda livros, meus pés quase não atingiam o chão. Começava a ditar seus notáveis artigos, seus editoriais e “suetos”, as suas notas políticas e literárias, o registro de eventos artísticos ou culturais.

Nesse sentido, no relato de Gomes (1998), é possível compreender a relação de aprendizado que se estabelecia entre ele, recém-chegado n’*A União*, e Dias Fernandes, o mestre intelectual que lhe causava tanta admiração. Martins (1976, 1978) também confirma as memórias de Gomes (1989) dizendo que muitos desses jovens se iniciaram com Dias Fernandes e, posteriormente, assumiram posição de homens das letras. O presidente de

estado, João Suassuna, na mensagem de 1925, reconheceu o jornal *A União* e os ensinamentos de Dias Fernandes como sendo um grande serviço prestado à educação dos moços paraibanos. Suassuna (1925, p. 138) destacou:

Dirigida pelo illustre homem de letras dr. Carlos D. Fernandes, vem esta repartição representando há muito, em nosso meio, importante papel, com a preparação intellectual e jornalística de vários moços, alguns dos quaes têm isso beber alli as primieras luzes de incentivo para prosseguir em carreira e profissões liberais.

Foi nesse sentido que Dias Fernandes era representado como *querido mestre* pelos que passaram pela escola d' *A União*, justificando também a defesa que seus discípulos, anos depois, fizeram em torno da sua personalidade. A posição assumida pelo intelectual na sociedade paraibana ainda estava marcada pelas relações de amizade com Castro Pinto (1863-1944), Camillo de Hollanda (1862-1946) e Eitácio Pessoa (1865-1942).

Castro Pinto, na ocasião em que foi o presidente do estado, o nomeou para diretor da imprensa oficial. Em fevereiro de 1913, o jornal trouxe uma nota que tratava da nomeação de Carlos D. Fernandes:

Este nosso distinto patricio, laureado jornalista e um dos espiritos mais finos e educados como litterato, acaba de ser distinguido pelo governo do honrado dr. Castro Pinto com a nomeação de director da 'imprensa Official'. Esta folha, que por tanto mezes tem se honrado com o fulgor da Penna do grande intellectual, sente-se jubilosa por contar brevemente com a pujante cooperação dessa rara intellectualidade que faz honra às letras pátria. Os nossos leitores sentiram connosco o mesmo motivo de satisfação pela elevação com que o novo director desta casa virá trabalhar ao nosso lado, em bem desta terra, que também é sua. (DR. CARLOS..., 1913, p. 01)

Na mensagem presidencial do governo do estado, de primeiro de setembro de 1917, Camillo de Hollanda delegou as seguintes atividades para Dias Fernandes:

A sua superintendência techina continua sob a criteriosa direcção do brilhante jornalista e reputado escritor, sr. dr. Carlos Dias Fernandes que exerce também as funcções de administrador da Imprensa Official. A indefectível correcção d'aquela meu immediato auxiliar, os seus predicados intellectuais ser com justiça reputado um dos melhores órgãos da Imprensa do Norte. (HOLLANDA, 1917, p. 33).

A amizade com os ex-presidentes do estado e com Epiácio Pessoa sugerem as afinidades estabelecidas por Dias Fernandes com os homens de poder político na Paraíba. Sobre Epiácio Pessoa, Trigueiro (1982) nos diz que ele comandava a política no estado, escolhendo os representantes do governo a partir das suas perspectivas pessoais. Essa fase da política paraibana ficou conhecida como *epitacismo*: “Era assim a política do tempo; era deste estilo o comando de Epiácio. Os cargos do governo e da representação dependiam de sua disposição exclusiva e só por sua vontade é que se podia ser eleito para qualquer deles.” (TRIGUEIRO, 1982, p. 56). Segundo Raposo (2006), Epiácio Pessoa iniciou sua carreira política em 1889 e sua liderança na Paraíba ficou mais forte após 1915, estando no comando das relações políticas até 1930.

Encontramos duas correspondências de Epiácio Pessoa endereçadas a Carlos D. Fernandes. A primeira foi escrita quando o político se encontrava em Paris, no dia 9 de março, de 1914. A carta agradecia e elogiava os exemplares enviados de *Noção de Pátria* (1914a) e *Os Cangaceiros* (1914c). A segunda carta foi escrita no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro, de 1925. O assunto era a finalização de um livro escrito por Epiácio Pessoa, que comentava sobre problemas da edição da obra, das dificuldades de publicação e circulação dos livros na Paraíba, principalmente, pela falta de leitores e de pagamento. Por esses motivos, haveria de editá-lo no Rio de Janeiro mesmo. Ao se despedir de Carlos D. Fernandes, enfatizou a sua satisfação pelo amigo ainda estar à frente da imprensa oficial: “Folgo de vê-lo ainda à testa da Imprensa Oficial. Se o novo governo o dispensasse é que me causaria desprazer. Um abraço do colega e amigo.” (PESSOA, 1960, p. 07). O que nos sugere que sua demissão feita, no mesmo ano, por João Pessoa, não era do agrado do político.

Naquele momento, levar o livro para ser publicado na capital do Brasil era uma das estratégias de legitimação social do escrito, pois, no Rio de Janeiro, o movimento cultural e intelectual tinha mais evidência. Portanto, na época em que a produção de livro didático nacional estava na sua fase de efervescência (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999; AGUIAR, 2000), Carlos D. Fernandes, em 1918, ingressou na empreitada de publicar *Escola Pittoreca* na referida cidade. Sua peregrinação só terminou com a aceitação de publicação pela Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo.

Sena (2008) sugere que a campanha editorial encabeçada por Carlos D. Fernandes, em certa medida, camuflava a não legitimação desse sujeito no meio cultural brasileiro. Segundo a autora, as matérias publicadas no jornal *A União* exaltavam muito a figura do intelectual,

algo contraditório, pois, a livraria que aceitou editar seu livro tinha pouca visibilidade na capital do país.

Carlos D. Fernandes ainda escreveu, em 1919, *Monografia de Epitácio Pessoa*, no mesmo ano da Conferência da Paz, na qual o político exerceu a função de chefe da delegação brasileira e exercia a cargo de presidente da República – entre o quadriênio de 1918-1922. Esse livro também foi publicado no Rio de Janeiro, pelo editor Conde Pereira Carneiro, e nos sugere três questões. A primeira ilustra a confiança que Epitácio Pessoa depositava nas atribuições intelectuais de Dias Fernandes. No ano de 1919, podemos acompanhar, pelas páginas d'*A União*, a divulgação do livro e as matérias elogiosas a Epitácio Pessoa, por exemplo, em 22 de maio de 1919, foi veiculada uma matéria em cujo título chamava atenção para a importância da participação do político na Conferência da Paz: “Na festa da glorificação do gênio latino: um esplendido discurso do embaixador Epitacio Pessôa” (NA SORBONE, 1919, p. 01). A segunda nos indica que a utilização do periódico oficial do estado para divulgação das obras do seu diretor não foi exclusividade do seu livro didático. A terceira corrobora com a necessidade que esses intelectuais tinham de deslocamento para a capital do país, como estratégia de tornar visíveis suas publicações mais importantes.

A União foi utilizada como espaço em que os leitores paraibanos entravam em contato com a repercussão e o local de compra dos livros de Dias Fernandes. Nesse sentido, argumentamos que a escrita de Carlos D. Fernandes estava permeada pelo jogo político-intelectual da época, pois, é preciso levar em consideração as questões da valorização cultural das obras como o modo, o lugar de publicação e divulgação, e a aproximação entre intelectuais e políticos (MICELI, 2001). O lugar social ocupado por Carlos Dias Fernandes também pode ser verificado nas edições do jornal *A União*, através das matérias publicadas com sua autoria que, de modo geral, vinham nas primeiras páginas do periódico. Dessa forma, concordamos parcialmente com as observações de Sena (2008), isso porque elas podem levar a certa psicologização da trajetória do sujeito, considerando-a consequência de uma atitude pessoal e não como uma estratégia partilhada pelo grupo de intelectuais do período, que caracterizava aquela forma particular de configuração.

Martins (1978) argumenta que o jornal *A União* exercia a voz livre de opinião geral, mesmo estando a serviço do governo do estado, o veículo de comunicação estaria “[...] isento de peias convencionais e inconfessáveis, quando tinha de afirmar o seu critério na poderosa análise dos homens dos fatos.” (MARTINS, 1978, p. 32). Essas afirmações precisam ser tomadas com certo cuidado, para não sugerir que o jornal, assim como atuação intelectual de

Carlos D. Fernandes, estaria destituído de tendências políticas e ideológicas. Encontramos nas mensagens presidenciais, de 1 de Setembro de 1917, a seguinte prescrição:

A imprensa Official, fundida n' *A União*, por haver sido extinto pelo meu antecessor o *Correio Official*, realiza um *typo sui generis* de órgão de publicidade. Assim é que assume todos os encargos das gazetas officiais, estampados os actos do governo e expedientes de seus secretários e resume no seu contexto de jornal político e mais ou menos livre de opinião todo movimento cívico e intellectual da Parahyba do Norte. (HOLLANDA, 1917, p. 33).

A mensagem indicava a não parcialidade do jornal nas causas políticas e, consequentemente, na atividade de direção de Carlos Dias Fernandes, pois, ambos estavam vinculados ao governo do estado. Nas consultas feitas no jornal *A União*, pudemos perceber que foram características do jornal duas estratégias de fazer circular as informações no cenário paraibano: a primeira visava deixar o leitor em sintonia com o que estava acontecendo no contexto nacional e mundial, através das colunas *A vida Carioca*, recorrente nos anos de 1913, 1914 e 1916; *Crônica do Recife*, publicadas no ano de 1913; *Boletim do estrangeiro*, circulou no ano de 1913; *A' Baila*, de 1916; e os *Telegramas-serviço especial d'A União transmitido via Western Telegraph*, que chegavam até Pernambuco e atualizavam o leitor paraibano com o que vinha acontecendo em outros países, sendo publicado nos anos de 1913, 1914 e 1916. A segunda estratégia e que também complementava a primeira, nos indica as temáticas relevantes para o periódico, a saber: a política republicana local e nacional e se justificava pela própria finalidade a qual o jornal estava subordinado; a educação como promotora da cura social da nação; e a divulgação literária que, disputava as páginas d'*A União* com os demais focos, enfatizando e reforçando o movimento intelectual paraibano, assim como os clássicos da literatura moderna.

A União também estabelecia diálogos com outros intelectuais que, mesmo não estando na Paraíba, tiveram seus escritos publicados pelo periódico: Carneiro Leão, *Educação da Mulher*, *Educação do Character*, *Educação Popular* e *Escola Antiga e Escola Moderna*, em 1916; Capistrano de Abreu, *Os Guayanazes de Piratininga*, em 1917; Olavo Bilac, *Um Homem*, em 1919; e Lima Barreto, *Educação physica*, em 1921. Ainda podemos verificar que vários folhetins foram publicados durante esse período: *Anna Karênine*, de Leon Tolstói, em 1913; *Os Cangaceiros*, romance regionalista de Carlos D. Fernandes, em 1914; *A cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, em 1916; e, no ano de 1920, *Poesia do Bem*, de Laura Pessôa.

Além de diversos poemas de Olavo Bilac, Carlos D. Fernandes e o Rodrigo de Carvalho. A preocupação, sobretudo com a literatura, pode ser ilustrada pelo depoimento feito por Eudes Barros para Martins (1978, p. 36):

[...] ditadura mais literária que jornalística de Carlos D. Fernandes, pois na época jornalismo era mais literatura que outra coisa, trazia, todos os domingos (às vezes nos dias úteis), no alto do lado direito da primeira página, um ou dois sonetos (geralmente uma balada ou composições de vários estrofes), ora de autoria do próprio Carlos D. Fernandes, ora de Américo Falcão ou Rodrigo de Carvalho, ora de poetas conterrâneos residentes no Rio, como Raul Machado e Pereira da Silva. Para raiva de muita gente que não gostava de precocidade de intrometidos, entre esses novos aureolados costumava figurar o de um certo rapazinho de seus 16 por 17 anos de idade. Esse rapazinho era eu. Não pense que era fácil publicar verso ou prosa na *A União* do tempo de Carlos D. Fernandes.

As estratégias adotadas pela *A União*, mencionadas anteriormente, indicam a preocupação de fazer circular os ideais civilizatórios no estado, sugerindo para os seus leitores o gosto pela literatura, apresentando nomes importantes do meio intelectual da época, as posturas e condutas dos grandes centros urbanos, a adesão às ideias republicanas e enfatizando os grandes homens da política nacional e local. Diante disso, compreendemos que Carlos D. Fernandes teve grande contribuição no cenário cultural e político da Paraíba, no período por nós estudado. Dias Fernandes foi um sujeito que despertou interesse de políticos, de intelectuais e dos jovens do estado. *A União*, na sua direção, além de servir como periódico que veiculava as questões políticas da época, também foi o suporte em que divulgou suas obras e legitimou sua autoridade intelectual, os jovens que desfrutaram do seu convívio iniciaram com ele suas primeiras incursões intelectuais, muitos seguindo a carreira de literato e jornalista.

Na esteira dessas constatações, sobre a trajetória intelectual de Carlos D. Fernandes, ainda destacamos que suas atribuições na Paraíba não se deram somente em torno d'*A União*. Dias Fernandes teve muitas participações públicas nesse cenário, especialmente como conferencista, dando importantes contribuições para educação no estado nos níveis primário, secundário e na formação de professores. Para tanto, no próximo capítulo, iremos nos deter nessas contribuições aqui indicadas.

CAPÍTULO 3

NACIONALISMO E INFÂNCIA: AS IDEIAS PEDAGÓGICAS DE CARLOS DIAS FERNANDES

Venha a mim as creanças; venham a mim os botões e as flôres da especie humana; venham a mim as tenras creaturas, em que se modeleram os archanjos e cherubins celestes; venham a mim as vivas esperanças do futuro, mimosos embryões dos homens vindouros, que hão de guarnecer e viajar as fronteiras da patria; guardar e abençoar a nossa memória; conversar os nossos costumes e tradições; erguer ainda mais alto a columna da nossa fé cristã; tornar mais claro, mais querido, mais celebrado no mundo o nome heroico e sonoro do nosso amado Brasil. (FERNANDES, 1924a).

A mais alta manifestação da liberdade de pensamento é a do ensino em conferencias publicas, onde a palavra inspirada attrahe e subjuga o auditorio, propagando-se com a rapidez da electrecidade. Por isso é que, quando mesmo tolera a liberdade da imprensa, a autoridade suspeitosa desconhece ou põe em litúgio o direito com que os cidadãos se reúnem para ouvirem orações populares. (BASTOS, 1996).

As conferências públicas começaram a fazer parte da dinâmica dos grandes centros urbanos brasileiros ainda no século XIX (BASTOS, 1996; OLIVEIRA, 2003; AGUIAR, 2000; CARULA, 2012). Carula (2012), tratando das conferências que aconteceram na época imperial, no Rio de Janeiro, as apresenta como reuniões públicas que versaram sobre assuntos como economia, política e cultura. O público era composto por “[...] ministros, jornalistas, estudantes, professores, médicos, advogados, engenheiros, e muitas vezes do imperador e membros da família real” (CARULA, 2012, p. 41). A autora também menciona a presença feminina, que começava a ser frequente nesses espaços. Carula (2012) registra que o principal objetivo das conferências era educar a população nos valores burgueses e cientificistas da época.

Na Paraíba, as conferências, com esse caráter, aconteceram com mais periodicidade a partir das políticas educacionais implementadas no governo de Castro Pinto, em 1913, com a fundação da Universidade Popular (MARTINS, 1978; TRIGUEIRO, 1989; ESPINDOLA, 2012; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). A referida Associação Cultural, termo

utilizado por Martins (1978, p. 175) para designar as instituições fundadas na Paraíba que tiveram como finalidade promover “[...] tertúlia, conferências, festas de caráter cultural e cívico” começaram a aparecer no ano de 1880 com criação do Clube Literário e Recreativo, chegando até a fundação, em 1941, da APL (MARTINS, 1978). A Universidade Popular fez parte desse contexto e marcava também o retorno e o início da atuação intelectual de Carlos D. Fernandes no estado. Em 16 de janeiro de 1913, *A União* apresentava para seus leitores a proposta da instituição que foi idealizada pelo presidente de estado Castro Pinto, por Symphroneo Magalhães e Matheus de Oliveira, tendo a intenção de reunir alguns dos intelectuais importantes do estado para proferir conferências sobre a relação da educação e do mundo do trabalho. O jornal ainda destacava o público que a Universidade Popular visava atingir: os alunos das aulas públicas e os operários. As conferências aconteceram durante todo o primeiro semestre do ano de 1913, no Teatro Santa Rosa, sendo no total de 12 reuniões (UNIVERSIDADE POPULAR, 1913).

Segundo Espindola (2012), A Universidade Popular da Paraíba difere da Universidade Popular criado no Rio de Janeiro, em 1904, devido ao fato da instituição paraibana ter sido fundada pelo governo do estado e por visar justamente combater as ideias consideradas perigosas para nação: as concepções anarquistas e socialistas. A Universidade Popular carioca estava marcada, sobretudo, pelo cunho anarquista, embasada nas experiências das Universidades Populares européias, que faziam parte da *luta da emancipação do proletariado* (AGUIAR, 2000). No entanto, ambas tiveram um caráter bastante efêmero, como menciona Aguiar (2000) e Espindola (2012). Tomando como referência a Universidade Popular paraibana, é possível pensar as conferências que aconteceram após seu encerramento na capital do estado. Espindola (2012) nos diz que é preciso problematizar a ideia de popular vinculada a essa instituição, pois houve, durante sua existência, uma mudança significativa do público alvo que, no primeiro momento, se pensava nos operários e em suas famílias e no segundo fazia alusão aos alunos do ensino secundário. Nesse sentido, as matérias veiculadas n’*A União*, durante a realização das conferências, se referiam ao seu público como *as famílias mais ilustres do nosso meio* (A UNIVERSIDADE POPULAR, 1913).

Diante disso, a platéia das conferências que continuaram, depois do fim da Universidade Popular, sendo realizadas no estado, quando registradas pela *A União*, não se diferenciou das apresentadas pela Associação referida, sendo composta por desembargadores, presidente de estado, deputados, jornalistas, literatos, médicos, dentistas, professores e professoras, normalistas, estudantes e damas da alta sociedade. As reuniões aconteceram no

cinema Morse, no Teatro Santa Rosa e em espaços escolares como Liceu paraibano e Escola Normal. Nesse cenário, Carlos D. Fernandes foi um conferencista muito requisitado e proferiu sobre diversos assuntos: economia, educação, higiene, ginástica, feminismo, história do Brasil e da Paraíba, campanha em favor do serviço militar, proteção aos animais, entre outros.

Neste capítulo, em especial, iremos tratar da participação de Carlos Dias Fernandes nessas conferências, mas também dialogaremos com as suas produções jornalísticas e literárias. Na primeira seção, abordaremos a questão do nacionalismo em sua atuação que desembocou na escrita do livro *Escola Pittoresca*, nos temas tratados nas conferências e matérias no jornal *A União*, marcando a postura e as ideias pedagógicas desse intelectual no debate sobre a nacionalização do ensino. Esse assunto nos levou a depreender que a educação das crianças brasileiras foi um elemento fundamental nessa fase do nacionalismo. Na próxima seção, seguiremos com as discussões em torno da infância pobre, ou melhor, *infância proletária*, termo utilizado pelo próprio Carlos D. Fernandes (1924a). Nessas questões, percebemos a influência do pensamento higienista da época: a higiene infantil tinha a intenção de educar, moralizar e regenerar as crianças dos seguimentos populares. Ainda nesta seção, outro assunto aparece como foco da atuação de Carlos D. Fernandes: o lugar social que, gradativamente, as mulheres, na transição do século XIX para século XX, começavam a ocupar nas sociedades ocidentais. Contudo, devido à necessidade de nos aprofundar mais nessa temática, apresentaremos a discussão sobre o feminino no próximo capítulo.

3.1 INTELECTUAIS, ANALFABETISMO E NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

As discussões em torno do analfabetismo nos sugerem duas faces dessa situação como problema nacional. A primeira estava estreitamente relacionada com a relação de engajamento dos intelectuais na esfera pública (VIEIRA, 2006). As condições concretas dessa realidade, em alguns países como o Brasil em que a concepção republicana se afirmava, viabilizaram o surgimento de grupos de intelectuais os quais assumiram como projeto social a necessidade de alfabetizar os seguimentos populares (BOTELHO, 2002). Podemos associar a segunda face do analfabetismo com as possibilidades efetivas de criação e consolidação dos Estados nacionais (GUIBERNAU, 1997; ANDERSON, 2008). A homogeneização de uma língua comum possibilitaria aos indivíduos de uma mesma sociedade se apropriarem da *consciência nacional* coletiva, suscitando: “[...] valores, tradições, lembranças do passado e

planos para o futuro compartilhados, contidos em cultura particular que é pensada e falada numa língua particular.” (GUIBERNAU, 1997, p. 77).

Nesse contexto, a escola se afirmava enquanto necessidade para a sociedade, como ressalta Rosa Fátima de Sousa (1998) e Faria Filho (2005). Para Botelho (2002) foi pelo intermédio da educação, em especial cívica, que se formariam os *portadores sociais*, sobretudo, mediante a *literatura cívico-pedagógica*, que obteve ampla circulação nas escolas do período (HANSEN, 2007). Nesse sentido, os intelectuais tiveram papel relevante no cenário político-educacional do período estudado, pois suscitaram debates e propostas para solidificação da nação:

Detentores dos canais de expressão político-social, principalmente a imprensa e o poder legislativo, os intelectuais, educadores e políticos liberais difundiram, propagandearam e instituíram suas concepções de educação popular tornando-se hegemônicos na época. Além de instaurarem uma política educacional nos moldes da democracia burguesa, consolidaram, de certa forma, um imaginário segundo o qual foi advogada a imprescindibilidade da educação escolar para a vida política e social, isto é, foi ressaltado o poder da educação como fator de promoção e igualdade social e a fixação dos contornos nítidos quanto à função e as possibilidades sociais de um homem educado, possuidor da razão, e o homem analfabeto considerado um ignorante. Portanto, tudo o que possibilitou ao povo perceber a educação como o valor em si mesma e sistematizar a máxima pela qual *um homem sem estudo não é nada* (SOUZA, 1998, p. 26, grifo nosso).

Contudo, conforme Souza (1998) e Nagle (2009), as ideias educacionais não apontavam em uma única direção nem solução, houve projetos políticos divergentes, mesmo que se possa apontar para a predominância das vertentes nacionalistas. Diante disso, iniciaremos a discussão educacional de Carlos D. Fernandes a partir de cinco publicações, a saber: *Noção de Pátria*, conferência de 1914; *A Defesa Nacional*, conferência de 1917; o livro infantil *Escola Pittorecas*, de 1918; *De “rapaizinho” a Imperador*, conferência de 1920; e *O Problema da Instrução no Brasil*, matéria publicada n’ *A União*, ano de 1924. Esses textos nos apontam para uma temática comum: a necessidade de forjar a nação brasileira mediante a um programa educacional que valorizasse sua língua, seu território e sua história. Por um lado, Dias Fernandes (1924) compartilhou preocupações comuns aos homens de letras do período, discussão também encontrada nas obras de Rui Barbosa, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Carneiro Leão e Olavo Bilac. Por outro, o paraibano elegeu alguns aspectos da realidade educacional em relação a outros.

No bojo dessas relações sociais, a República no Brasil trazia à baila, segundo Carvalho (2011), três ideais em curso. O primeiro foi representado pelos proprietários rurais paulistas que viram no modelo americano a República ideal. Esses sujeitos defenderam a concepção do federalismo e a teoria de Spencer sobre darwinismo social. O segundo era concebido por um pequeno grupo composto pela população urbana, formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes. Esse grupo fazia alusão à importância da integração do *povo* à vida política. Contudo, entendiam que o jacobinismo não seria uma solução viável, haja vista que a população brasileira, no fim do século XIX, não tinha condição de exercer a plena cidadania na praça pública. Era necessário, nesse sentido, que, na República brasileira, o Estado fosse o tutor na nação. A terceira baseava-se na versão positivista de Comte, que defendia a separação da igreja e o Estado, o Executivo forte e intervencionista, o progresso e a ditadura republicana. Essas ideias tiveram larga aceitação entre os militares. Nessas variantes, conforme Carvalho (2011), a ideia de povo era abstrata, amorfa e na melhor das hipóteses, estava sob a tutela do Estado.

A República na Paraíba nasceu como reflexo da decisão do poder central. Conforme Trigueiro (1982), a primeira Constituição paraibana data de cinco de agosto de 1890, mesma data da fundação da Capitania, em 1585, e organizava o estado de modo semelhante aos demais estados do restante do país, sob a premissa do direito federal. Embora fosse possível citar paraibanos ligados às lutas republicanas no Brasil, como Albino Meira, Aristides Lobo, Manuel Acauã, Coelho Lisboa e Marcial Pinheiro, foram sujeitos que tiveram suas ações circunscritas a Pernambuco e ao sul e sudeste do país. Dessa forma, conclui Trigueiro (1982, p.18):

A história registra, curiosamente, que os dois fundadores da República, na Paraíba, não eram republicanos. Pelo menos não se distinguiram na propaganda, ou na conspiração que derrubou o regime monárquico. O primeiro deles, Venâncio Neiva, que era civil, foi nomeado por influência dos irmãos militares. O segundo, Álvaro Machado, que era militar, foi nomeado por indicação de um tio civil que, por acaso, era amigo de Marechal Floriano.

Desse modo, na Paraíba, as elites governantes não possuíam um projeto republicano diferenciado do que estava sendo gestado em âmbito nacional. Na educação, segundo Pinheiro (2002), foi possível observar um aumento, embora oscilatório, na oferta do ensino público, principalmente, sobre a premissa da necessidade de ler e escrever como requisito

para o voto, instituído na Constituição republicana brasileira. As primeiras décadas republicanas conviveram, concomitantemente, com mais de uma forma escolar no estado: as cadeiras isoladas, ou aulas avulsas, o surgimento dos primeiros grupos escolares – o primeiro foi Thomas Mindello, inaugurado em 1916 –, e as escolas reunidas (PINHIERO, 2002; LIMA, 2010).

No contexto nacional, as discussões giravam em torno da *educação popular*, entendida, na época, como sinônimo de instrução elementar que compreendia a difusão do ensino primário para crianças e adultos (SOUSA, 1998; SAVIANI, 2007). Sobre o assunto, Souza (1998, p.18) diz:

O regime republicano insistiu a necessidade social dessa instituição e a educação popular adquiriu centralidade política como nunca tivera antes no país. Foi considerada nessa época, condições imprescindível para a cidadania, um meio necessário para consolidação da nova ordem e o maior problema da Nação.

Para Rui Barbosa (1947), seria mediante a educação popular que o Brasil superaria seu atraso frente às civilizações européias e os Estados Unidos, os quais, por muito tempo, já vinham investindo na educação do povo como estratégia de modernização:

Ora a produção como já demonstramos é um efeito da inteligência: está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são capazes de determinar a riqueza, se não partissem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas A MAIS FECUNDA DE TODAS AS MEDIDAS FINANCEIRAS (BARBOSA, 1947, p.143, grifo do autor).

Na esteira desse argumento, Carneiro Leão (1914) realizou, no Liceu Paraibano, uma conferência sob o título: *Educação popular*. O intelectual argumentou em torno dos benefícios dos métodos modernos desse tipo educação. O método se referia à necessidade de investimento por parte do Estado na educação, que abrangesse as classes desfavorecidas da sociedade, pois, foram a partir desse mecanismo que países como França e Inglaterra conseguiram diminuir os problemas sociais, os quais atravessavam a vida da juventude (LEÃO, 1914). Nesse sentido, Carneiro Leão e Rui Barbosa acreditavam que o Brasil só superaria seus males sociais – analfabetismo, prostituição infantil e alcoolismo – por meio da ação educativa direcionada às classes populares. É importante ressaltar que, no ano de 1918,

em comemoração ao jubileu intelectual de Rui Barbosa, sob iniciativa do presidente de estado Camilo de Hollanda, Carlos D. Fernandes proferiu, no Teatro Santa Rosa, e publicada posteriormente pela imprensa oficial do estado, conferência intitulada: *Ruy Barbosa apostolo da liberdade* (MARTINS, 1976).

As discussões suscitadas em relação à educação popular traziam, em especial, o caráter de urgência do *problema do analfabetismo* (VALLE, 1997; SOUZA, 1998; BOTELHO, 1999, 2002; FARIA FILHO, 2005). A crítica ao regime republicano se direcionava, principalmente, pelo julgamento de que a República, no Brasil, não conseguiu incluir o povo na nova forma de governo. Esse argumento estava ligado às propostas que passavam pela justificativa da “[...] exigência da *incorporação* do povo à nação; e a da *insuficiência* do povo para o exercício da cidadania [...]” (ROCHA, 2004, p. 18). Ou seja, o primeiro julgava que a República deveria promover a emancipação da população, o segundo apontava para impossibilidade dos segmentos populares participarem das decisões na esfera pública.

Segundo Veiga (2007), na época em que se proclamou a República no Brasil, possuíamos, estimativamente, 14 milhões de habitantes com a proporção de 85% de analfabetos. Conforme Botelho (2002), a realidade do analfabetismo no Brasil, paradoxalmente, teria criado as condições propícias para o surgimento da figura do intelectual, no sentido do sujeito que age coletivamente na esfera pública, em favor de causas sociais (VIEIRA, 2006). O discurso do analfabetismo como *problema*, era alçado por esses indivíduos como o grande impedimento para o acesso à modernização do país e a efetivação do novo regime político que se instaurava. Essa realidade pode ser percebida enquanto inerente das sociedades que enfrentaram problemas similares no mesmo período, pois, a contradição entre elite letrada e população sem acesso educacional, marcou a formação histórica dessas nações.

A Rússia, por exemplo, assistiu o florescimento da *intelligentsia* como Tolstói, Dostoievky e Tchekhov. Esses homens foram grades críticos dos problemas nacionais, entretanto, 95% da população era constituída de analfabetos. Portugal possuía uma taxa de analfabetismo de 78% da população, contudo, abrigou a geração de 1870 de Coimbra liderada por Eça de Queiroz e Antero de Quental. A Espanha com uma população de 80% de analfabetos, foi agitada pela geração de 1898, grupo o qual faziam parte Joaquim Costa y Martinez e Miguel Unamuno (BOTELHO, 2002).

É nesse sentido que, para Gramsci (1982), a categoria intelectual auxilia a entender a formação da sociedade moderna, devido ao fato de ser por intermédio do lugar ocupado por esses sujeitos que chegaríamos à compreensão geral das relações de poder e de dominação de determinados grupos. Portanto:

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosa forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo da cultura, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 1982, p. 09).

Sendo assim, o analfabetismo no Brasil é referente às contradições da nossa própria formação nacional, a qual se constituiu a partir de uma classe diminuta de sujeitos letrados, contrapondo-se à maioria da população, que se encontrava em estado de analfabetismo, traduzida na crítica do intelectual sergipano Manoel Bomfim (1993, p. 183):

[...] apuram-se a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepara a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, onde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez disso, reclamam-se universidades – já alemãs, já francesas.

Nessa mesma direção, Carlos D. Fernandes (1924b) chamou atenção para os objetivos que deveriam ser os pilares da educação no país, destacando o analfabetismo como sendo o problema primitivo da nossa educação. As críticas sobre a impossibilidade da participação política dos seguimentos não alfabetizados, no Brasil, repercutiram nos discursos intelectuais desde o Império. Sobre o assunto, Rui Barbosa enfatizou (1947, p.18):

Numa nação cuja massa é de analfabetos, o movimento escolar não pode tranquilizar os espíritos progressistas, se a sua atividade não se traduz numa proporção bastante acelerada para levar ao desenvolvimento incessante e crescente da população uma vantagem firme, larga e crescente, que cubra, por meio de reduções consideráveis e cada vez mais amplas, o déficit primitivo.

O parecer da reforma do ensino foi escrito no período imperial, portanto, Rui Barbosa (1947) ao tratar da questão educacional no Brasil, se direcionava para os interlocutores do

regime monárquico. Segundo Faria Filho (2005, p. 152), essa discussão se fazia mediante: “[...] à questão da desqualificação cultural e política das camadas populares produzidas na e através da afirmação da escola e do alfabetismo como símbolo e signo de uma cultura superior.”. Nesse sentido, é possível identificar continuidades nos problemas educacionais, que continuariam a fazer parte da agenda política dos intelectuais na República. Diante disso, Souza (1998, p. 32) aponta para as permanências desse processo:

[...] os atributos da educação e sua relevância social produziu o estigma contra o analfabeto desqualificando-o para vida política e social; isso contribuiu para a produção do imaginário que reforçava a marginalização da maioria da população brasileira. Essa visão negativista do homem *pobre* perpassava o próprio entendimento do tipo de educação a ser dada ao povo.

Essa questão era entendida pelos letrados da época enquanto sinônimo de *doença*, traduzida em uma série de iniciativas civis que lutaram contra essa realidade, a saber: Liga Nacionalista, Liga da Defesa Nacional, Campanha Civilista, Grupo Brasília, Ação Nacionalista, os movimentos Socialistas e Anarquistas e os Modernistas de 1922 (VALLE, 1997; BOTELHO, 1999; NAGLE, 2009; SHUELER; MAGALDI, 2008).

Sobre essas organizações civis, destacamos a participação de Carlos D. Fernandes na campanha da Liga da Defesa Nacional, outro indicativo da composição da rede de sociabilidade da qual ele participou durante sua trajetória intelectual. A Liga da Defesa Nacional de São Paulo, liderada por Olavo Bilac, teve como desdobramento as ligas nacionalistas estaduais (NAGLE, 2009), que, no caso da Paraíba, foi encabeçada por Carlos Dias Fernandes, em 1916, com uma conferência proferida no Teatro Santa Rosa, em 8 de outubro: *A Defesa Nacional*³⁸.

Sobre essa Liga, Nagle (2009) nos diz que ela teve sede em São Paulo e que as demais localidades seguiram, de modo geral, as mesmas premissas propagadas pela Liga paulista – seu estatuto foi promulgado em 30 de maio de 1917 –, e que não tiveram uma continuidade efetiva de ações em seus estados. Seus ideais lutavam pela:

³⁸ Sobre conferência com igual título, ver *A Defesa Nacional* de Olavo Bilac (1917), discurso proferido na Faculdade de Direito, em São Paulo, no dia 9 de outubro de 1915. O que nos leva a relacionar, além de apresentar argumentos similares ao de Dias Fernandes, como o incentivo à carreira militar, que o intelectual paraibano teve acesso ao texto de Bilac, antes de emitir seu pronunciamento no Teatro Santa Rosa.

[...] federação e unidade nacional, pela defesa nacional, pela efetividade do voto, pelo desenvolvimento da educação cívica, da educação primária, secundária e profissional. Mantêm-se o amor à pátria e às tradições nacionais, a obrigatoriedade do ensino da língua, da história e da geografia pátria em escolas estrangeiras existentes no país, a educação física, o escoterismo, as linhas de tiro e o preparo militar [...] (NAGLE, 2009, p. 60).

Nesse sentido, podemos dizer que, na atuação intelectual de Carlos D. Fernandes, como estamos vendo neste trabalho, ele foi um grande defensor desses ideais, mesmo quando não se referia exatamente à Liga da Defesa Nacional em seus textos e pronunciamentos. Carlos D. Fernandes (1916c, p.13) ofereceu a conferência, *A Defesa Nacional*, para jovens paraibanos: “Venho, pois, falar ao vosso civismo, moços intrépidos e destemerosos de minha terra!”. Seu discurso busca sensibilizar esses jovens para adesão à *cultura cívica*, a qual entendia pelos termos da unificação do sentimento patriótico “[...] identificando todos os nossos arbítrios numa só vontade coletiva, escravizadas ao sacrosanto juramento de defendermos até á morte os symbolos, a autonomia e a honra da Republica” (FERNANDES, 1916c, p. 09).

Para chamar atenção do seu público, Dias Fernandes (1916c, p. 07) contou sua experiência com a vida militar:

Esta compreensão do militarismo como fundamento do dever cívico e imperativo cathegorico do cidadão é o que vos quero persuadir, com a minha experiencia de quem já se empenhou nos horrores fraticidas de uma guerra civil, levando para os postos de combate, nas fortalezas e na campanha do sul, um coração juvenil de 18 annos, attrahido pela fascinação da serenidade taciturna de Floriano Peixoto.

O período da história republicana brasileira, retratado por Dias Fernandes (1916c), consistiu em momentos de muita instabilidade política (ALONSO, 2000; CARVALHO, 2011). Segundo Alonso (2009), os tons dos acirrados debates políticos, veiculados nos jornais do período, eram perceptíveis e foi no bojo dessas disputas que, Floriano Peixoto assumiu a presidência do Brasil, em 1891, tomando as seguintes medidas:

[...] centralizou o poder, nomeando jovens militares para os governos de estado, interveio na economia, para conter a crise econômica do Encilhamento, e abriu a temporada de ‘purificações’ das instituições, com empastelamento de jornais e prisões aos opositores. Amparou-se no exército, em emblemas e palavras de ordem da Revolução Francesa e num civismo de matiz positivista (ALONSO, 2009, p. 137).

Ainda, conforme Carvalho (2011), o momento se caracterizava pela necessidade de criação dos heróis republicanos, os quais deveriam representar a unificação do povo na vida cívica do país. E que Floriano Peixoto foi um dos representantes dessa tentativa por parte das militares:

Mas, como sinal dos novos tempos, nem Deodoro nem Floriano ocuparam o lugar de Benjamin. Para o novo projeto militar, era necessária uma figura que não dividisse, que fosse o próprio símbolo não só da união militar mas de união da própria nação. O candidato teve que ser buscado no Império: Caxias. O duque passou a representar a cara nacional conservadora da República (CARVALHO, 2011, p. 53).

Para Carlos D. Fernandes (1916c, p. 08), sujeito que viveu essas tensões, descreveu Floriano Peixoto como “[...] o médico phisiatra que nos formulou o diagnóstico e indicou a therapeutica, toda de sugestão e magnetismo, a que devemos a consolidação do regime”. No entanto, mesmo elevando a figura de Floriano Peixoto, Dias Fernandes (1916c) indicava duas heranças derivadas das ações do Estadista Militar. A primeira, ele denominou de positiva, a qual realçava a sua boa fé e o patriotismo. A segunda consistia no erro militar cometido por Floriano Peixoto, o qual restringiu as forças armadas apenas a defesa nacional e que mais tarde acarretou no entendimento equivocado da obrigatoriedade do serviço militar (FERNANDES, 1916c).

Segundo Carlos Dias Fernandes (1916c), a escolha da profissão do militar deveria ser autônoma, apenas para os que se sentissem impelidos a prestar os serviços, considerado pelo intelectual como maior ato de civismo e de amor à pátria. Essa prerrogativa também foi ressaltada no seu livro infantil *Escola Pittoresca*, nos indicando que, para Dias Fernandes (1916c; 1918), a educação militar não era apenas um princípio a ser seguido pelos profissionais das forças armadas, mas a metáfora do soldado, nas suas ideias pedagógicas, se expandia para a educação do cidadão, o qual deveria começar desde as primeiras lições escolares, como veremos na próxima seção.

A *instrução do militar* precisaria ser pautada no sentimento de caridade e solidariedade. O manejo das armas não deveria endurecer o coração do soldado e, desse modo, Dias Fernandes (1916c) justificava que a carreira militar não poderia ser exercida por todos os homens, apenas os que tivessem imbuídos pela *cultura moral*:

[...] á brandura de character, á bondade de coração, que tornam deleitosos e elegantes as relações das pessoas e em toda gente se requerem como signaes de lhanura e complementos de educação.

A vida militar não implica a transformação do temperamento nem nos obriga a extemporâneas ostentações de prepotencia e brutalidade. Muito pelo contrario, devemos ser longanimos, affaveis e tolerantes para que o privilegio das armas e as prerrogativas da classe não se constituam nas nossas mãos um perigo para os inermes (FERNANDES, 1916c, p. 10).

Desse modo, entendemos que Dias Fernandes (1916c), ao discursar para a juventude paraibana em torno do serviço militar, buscava chamar atenção para dois elementos fundamentais. O primeiro demonstrava a sua posição de intelectual engajado e aderente aos princípios da cultura cívica, ressaltando para o seu público sua própria experiência, essa estratégia também procurava incentivar os jovens para vida militar que, inspirados pela sua personalidade, se sentissem atraído pelas forças armadas. O segundo indica a preocupação com a questão moral, pois os moços desejosos da carreira militar precisariam estar imbuídos do sentimento altruísta. Para tanto, como forma de sensibilizá-los, Dias Fernandes (1916c, p. 10) apelava para os clássicos da literatura, tática também utilizada na sua pedagogia para as crianças, e recitou, na ocasião, um trecho poema de Luiz de Camões:

De Phormião, philosopho elegante,
Vereis como Hanibal escarnecia,
quando das artes bellicas deante
Delle com larga voz travava e lia.
A disciplina militar prestante
Não se aprende, senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

Diante disso, Dias Fernandes (1916c) acreditava que para ser um militar digno de servir a pátria, a educação desses sujeitos deveriam, sobretudo, ser calcada na disciplina, a qual entendia a partir dos seguintes termos:

Disciplina não é apenas a ordem hierarchica dos postos pelo grão do merecimento, antiguidade e aptidão mas precipuamente o senso do dever, em todas as circumstancias da vida, mesmo quando estejamos a sós, deante da consciencia.

Aqui tendes que a disciplina é a blindagem do homem: o elmo, a coiraça e a lança do militar (FERNANDES, 1916, p. 09).

Dias Fernandes (1916c, p.12) ainda prescreveu o programa educacional da instrução militar, baseado num currículo que privilegiasse:

Primeiro os estudos propedeuticos: que encarreiram para preparação techina; esta na sua amplitude abrangendo os conhecimentos limitrophes das mathematicas, das sciencias naturaes, da historia, do direito, da engenharia, da medicina e da pharmacologia; das religiões, das siciencias moraes e politicas pois que tudo isto se enquadra na illustração indispensavel do soldado moderno. Depois na illustração moral e somatico da personalidade; a selecção dos hábitos pela vida em commum; a aptidão domestica, a sobriedade e a temperança, que se aprendem na caserna, com preceitos disciplinares; praticas hygienicas e salutaes da gymnastica, da equitação e manejo das armas, todas concorrentes para a constituição do homem forte, bello,sadio e sereno, á maneira de Cesar, Alexandre e Alcibiádes, que foram generaes athletas, artistas e pensadores.

Essas ideias também estavam sendo disseminadas, no contexto paraibano, através do jornal *A União* que, durante o ano de 1917, comemorava o centenário da Revolução Pernambucana. A participação da Paraíba no confronto foi marcada pelo evento que ficou conhecido como o *tyro paraibano* e Dias Fernandes fez alusão a esse momento ao anunciar a conferência aqui citada. Além disso, foi ele também o autor da letra do hino de comemoração à revolução (RIBEIRO, 1980) que, segundo *A União*, era cantado nos festejos cívicos da cidade durante o decorrente ano. Nesse sentido, Carlos D. Fernandes (1916c), apoiado na concepção de ciência política de Emílio Litter, argumentava que o elemento fundamental da soberania brasileira estaria depositado no investimento na educação militar, a qual desempenharia o papel de dirigir pacificamente a vida nacional, a defesa do território e das riquezas do país.

A questão do analfabetismo como problema nacional ainda estava estreitamente relacionada com a concepção de unificação nacional. O papel da escola, como espaço de alfabetização da população, configurava-se enquanto essencial nesse contexto, pois a questão não era apenas ensinar a ler e escrever. Desse modo, era necessário formar os sujeitos para partilharem de uma experiência comum, mediante a capacidade de se comunicar tanto através da linguagem escrita, quanto pela linguagem falada. Segundo Guibernau (1997, p. 77): “Esse fato salientava a idéia de se formar uma comunidade cujos membros fossem facilmente identificáveis por sua capacidade de se comunicar entre si.”³⁹.

³⁹ Doyle e Plamplona (2008), em *Nacionalismo no Novo Mundo*, nos sugerem pensar a experiência da formação dos Estados nacionais a partir das Américas. O debate sobre o nacionalismo, por muito

Na esteira desse argumento, uma língua comum seria o meio de assegurar o *sentimento nacional* dos seus habitantes e, no caso do Brasil, somavam-se a concepção republicana que, trazia à tona a urgência em termos efetivos da participação da população na vida pública (ROCHA, 2004). Nesse sentido, a alfabetização também configurava-se enquanto estratégia política nacionalista que visava à homogeneização dos cidadãos. Souza (1998, p. 31) cita o exemplo do fechamento de escolas de imigrantes no sul do país e em São Paulo:

A partir de 1917, um conjunto de normas, restrições e imposições foram dirigidos a elas: exigência de títulos que comprovassem a capacidade moral e técnica do diretor e dos professores, apresentação da planta do prédio onde funcionavam as escolas, compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de Português, Geografia, História do Brasil e obrigatoriedade do ensino a em língua vernácula.

Diante dessa questão, Dias Fernandes (1924b) se posicionava a favor da nacionalização do ensino em seus diversos níveis e criticou, por exemplo, a intervenção de intelectuais estrangeiros nos problemas educacionais no Brasil. Sobre o assunto, destacou Dias Fernandes (1924b, p.1, grifo do autor): “RESOLVAMOS NÓS MESMOS O NOSSO CASO”. O paraibano fazia alusão à visita do professor Paul Vusty, intelectual belga e diretor geral do Ministério da Agricultura do seu país, que se encontrava no Rio de Janeiro, para proferir uma conferência pedagógica. Para Dias Fernandes (1924b), os brasileiros deveriam resolver as soluções dos problemas educacionais no país:

[...] Os nossos sociólogos, cientistas, artistas e pedagogos, socorridos pela experiência das nações cultas, é que tem de resolver, colaborado simultaneamente e desprendidamente, o nosso problema de ensino, ainda por nosso mal, recuado à primitividade do analfabetismo. (FERNANDES, 1924b, p. 01).

Manoel Bomfim, na época em que foi professor de moral e cívica, na Escola Normal do Rio de Janeiro, também defendeu igual causa. Aguiar (2000) menciona que houve uma

tempo negligenciou as particularidades da formação do Estado nação no *novo mundo*. Em parte, tais debates deixaram as sociedades americanas de fora com o argumento que essas não correspondiam fielmente ao conceito de nação. Os primeiros conceitos foram elaborados a partir da identificação de um núcleo étnico e da ascensão dos Estados nacionais europeus, ao contrário dessa constituição homogênea e localizados no outro lado do Atlântico, as Américas se caracterizavam, principalmente, por abarcar identidades étnicas plurais e por terem sofrido processos de formação nacional de maneira bastante peculiar (DOYLE; PAMPLONA, 2008).

manifestação envolvendo normalistas⁴⁰, alunos da faculdade de medicina e alguns professores da instituição. Na ocasião, pediram a substituição do diretor do estabelecimento por um brasileiro. Na esteira dessa argumentação, a nacionalização das instituições educativas se tornava uma medida indispensável para homogeneizar o país. Dias Fernandes (1924b, p. 01) argumentou:

No Brasil, o problema, unificado pela inerente necessidade da coesão nacional, deve ser resolvidos sobre vários aspectos, pelos quaes se nos apresenta, desde o estudo da nossa língua, da nossa história, da nossa geographia, da nossa fauna, da nossa flóra, à instrução da technica, de todos hemos mister para os grandes e remunerativos empreendimentos do trabalho individual e colectivo.

Sendo assim, era preciso criar estratégias para que as instituições cumprissem o seu papel, isto é: educar e instruir o cidadão brasileiro (SOUZA, 1998; VEIGA, 2007; SENA, 2008; NAGLE, 2009). No bojo dessas relações, iremos perceber a importância dada à literatura infantil nacional (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999; LAJOLO, 2000, BOTELHO, 2002; GOUVÊIA, 2007; HANSEN, 2007 SENA, 2008). Essa discussão pode ser associada à necessidade de alfabetização do povo na língua vernácula, pois, conforme as prerrogativas nacionalistas, a nação só poderia se assumir em sua totalidade quando as diferentes culturas que nela habitavam se comunicassem através de uma linguagem padronizada (GUIBERNAU, 1997; ANDERSON, 2008). Por isso, a importância que, nesse período, assumia o mercado editorial devido ao fato de ser por meio dele que esse processo se incidiria (ANDERSON, 2008).

3.1.2 A literatura Infantil como experiência didática na Primeira República

Nos primeiros anos da atuação de Carlos D Fernandes na Paraíba, o intelectual foi convidado, pelo corpo discente do Liceu paraibano, que na ocasião comemorava o 78º aniversário da instituição, a proferir uma conferência, no mesmo estabelecimento, sob o título de *Noção de Pátria*, no dia 24 de março de 1914. O jornal *A União*, no dia seguinte do mesmo ano, publicou uma matéria que se destacava, na primeira página do periódico, reservada

⁴⁰ Cecília Meireles teria sido o pivô da movimentação, pois foi suspensa pelo diretor alemão ao ser flagrada declamando poemas de Olavo Bilac nos corredores da Escola Normal (AGUIAR, 2000; LAJOLO, 2000).

exclusivamente para descrever o acontecimento e transcrever na íntegra a conferência do seu diretor. O jornal anunciava a ocasião enquanto um grande festejo cívico:

O Lyceu, illuminado exteriormente com grandes lampadas electricas na sua fachada, ostentava nos seus elegantes e confortaveis departamentos interiores, desde o gabinete do diretor, montado luxuosamente, até ao saguão do recreio, uma artistica e significativa ornamentação, em que se traduziam a intelligencia primorosa e a educação patriotica dos dignos moços que constituíram a comissão encarregada dos festejos. A' as famílias e convidados eram acolhidos por uma gentil recepção de estudantes, que os conduziam até ao salão de consagração dos lentes, onde o aristocratico festim litterario se ia effectuar (78º ANIVERSARIO..., 1914, p. 01).

A *União* (1914) ainda destacava nomes de figuras importantes para o meio educacional do estado que, na ocasião, presidiram a solenidade: sr. dr Manoel Tavares Cavalcante, dr. Thomaz Mindello e dr. Ascendino Cunha. Ferronato (2012) argumenta que o liceu provincial na Paraíba, nos oitocentos, foi um espaço de formação e atuação da elite letrada paraibana. Esses sujeitos tiveram importantes participações na política imperial, tanto no estado como na corte, a saber: Diogo Vellho, Gama e Mello, Cardoso Vieira, Barão do Abiahy e Maciel Pinheiro. Isso justifica a importância que essa instituição teve na vida educacional da Paraíba e, por isso, o enorme destaque que a imprensa oficial fazia ao seu festejo. Outro elemento importante diz respeito ao tema tratado na conferência de Dias Fernandes, que tinha a finalidade de expor, para o público presente, o significado político da pátria, nos sugerindo, mais uma vez, a confiança que a sociedade paraibana atribuía ao seu trabalho intelectual.

Nesse sentido, Dias Fernandes (1914a) explicou as concepções políticas que norteavam, na modernidade, a ideia de nação, dando ênfase especial para a língua nacional como prerrogativa na construção de um país:

Amae também a nossa pátria no conhecimento intimo e no cultivo devoto de sua língua. Procuraie indentificar-vos nella que é o maior elemento possivel de cohesão nacional. Amor da língua e amor da pátria são expressões homologas, tal é a inextrincavel afinidade d'essas idéias correlatas. E não tanto a pátria como a língua, que vem a ser uma continuação imponderavel de nós mesmos.

E' a língua, sómente a língua – a matéria plástica das idéias – que torna os povos inconfundiveis. A noção de pátria está condicionada na de língua, pela qual fixamos na retentiva os costumes, as tradições, a estrutura geographica, atempera dos climas – a psycho-physionomia do paiz natal. [...]

Assim, pois, os artistas da palavra são os obreiros primordiais da nacionalidade. (FERNANDES, 1914a, p. 12).

Dias Fernandes (1914a, p. 05) citou ainda a contribuição da obra de D'Amicis para a pedagogia, o colocando em posição superior a Leibniz e Pestalozzi:

A pedagogia de De Amicis é sentimental, ajustando-se naturalmente, delicadamente, aos gostos instintivos da criança. O coração e o cérebro desenvolvem-se ao mesmo tempo, no influxo das suas doutrinas; d'ellas irrompem o carácter e o ser moral, identificados na individualidade cívica, pela cultura isochorona do sentimento da razão.

Nesse sentido, foi que a literatura infantil D'Amicis se tornou para Dias Fernandes (1914a, 1918) sua fonte de inspiração: era preciso sensibilizar as crianças em suas primeiras leituras às causas nacionais. A literatura foi a que primeiro deu seus sinais de nacionalidade, segundo alguns estudiosos (CANDIDO, 2010; RICUPERO, 2004; LAJOLO; ZILBERMAN, 1999; BOTELHO, 2002; SENA, 2008; ANDERSON, 2008). Desse modo, o gênero infantil foi visto enquanto material didático indispensável na vida escolar, recebendo suas primeiras críticas nos discursos de Rui Barbosa (1947), Veríssimo (1985) e Silvio Romero (1906). Esses intelectuais denunciaram o descaso da literatura e da educação nacional no país (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999). Nesse sentido, Lajolo e Zilberman (1999, p. 28) observam que:

E tantos alertas, denúncias e sugestões não caíram no vazio: o apelo foi ouvido. Intelectuais, jornalistas e professores arregaçaram as mangas e puseram mãos à obra; começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicações como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno.

Ainda conforme as autoras, a literatura infantil, nesse período, estava intimamente ligada à escola, pois dependia da “[...] capacidade de leitura das crianças, ou seja, supõe terem estas passado pelo crivo da escola.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 18). Outro ponto importante mencionado por Lajolo e Zilberman (1999, p. 19), é que a literatura infantil “[...] deixa transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo.”. Ou seja, os

intelectuais, por meio dos seus livros infantis, visavam atingir o público escolar, mediante a transmissão de valores que deveriam ser incorporados pelas crianças⁴¹.

A investida na literatura para a criança foi estratégia muito comum entre os homens de letras, na transição do século XIX para o século XX. Hansen (2007) e Sena (2008) mencionam importantes intelectuais que produziram livros para o público infantil como Sílvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Neto e outros. Aguiar (2000) também faz alusão às contribuições dos intelectuais nessas produções didáticas, sugerindo que esse foi “[...] um capital estratégico a ser aplicado num campo intelectual em formação, onde as posições de prestígios na ‘hierarquia de relevância’ estavam sendo disputadas [...]” (AGUIAR, 2000, p. 237). Carlos D. Fernandes se insere no rol de autores de livros infantis mediante a escrita de *Escola Pittoresca* (SENA, 2008).

Diante disso, nos propomos fazer essa discussão, sobre a literatura infantil, a partir da comparação entre os livros *Escola Pittoresca* e *Através do Brasil*, esse último escrito, no ano de 1910, por Manoel Bomfim e Olavo Bilac. As leituras dessas obras nos auxiliaram a entender as questões educacionais, históricas e políticas, subjacentes à atuação intelectual de Dias Fernandes e Bomfim⁴².

O primeiro ponto em comum nos dois livros são as temáticas que remetem à *criação da nação e identidade nacional* (LAJOLO, 2000; SENA, 2008). A primeira diferença que podemos indicar é a sua forma narrativa. *Através do Brasil*, como nos diz Lajolo (2000, p. 25-26), está inserido na literatura escolar como herdeira da “[...] literatura de viagem, gênero que, entendido de forma ampla, vem incentivando imaginações adultas e infantis ao longo da história.”. O livro de Bomfim e Bilac (2000) conta história de dois irmãos, Carlos de 14 anos e Alfredo de 10 anos, que atravessam o Brasil em busca do seu pai. Nesse enredo, os

⁴¹ Toda literatura é criada em condições históricas específicas e, por isso, é preciso levar em conta o “[...] espaço, tempo, cultura e relações sociais em que o escritor criou seus mundos de sonho, utopias ou desejo, explorando ou inventando formas de linguagem.” (FERREIRA, 2009, p. 67). Nunes (2005), nos fala da possibilidade do uso da literatura como fonte na medida em que: “[...] todos os documentos que representam marcas da passagem do homem pelo universo são fontes para a história. A literatura como forma de expressão e representação do mundo pode constituir-se em instrumento valioso para dar conhecimento de fatos, muitas vezes omitidos, ou mostrar outra visão desses fatos.” (NUNES, 2005, p. 59). Ferreira (2009) ainda nos sugere que o trabalho do historiador é confrontar a literatura com outras fontes que o permita contextualizar a obra e se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica.

⁴² Optamos por usar o livro *Através do Brasil* devido ao tempo destinado a essa questão, que foi relativamente curto, tendo em vista a necessidade de explorar outras temáticas na atuação de Carlos D. Fernandes, e também por nossa familiaridade com o pensamento educacional de Manoel Bomfim. Desse modo, não foi possível nos apropriarmos de mais produções da literatura infantil que correspondiam ao período por nós estudo.

protagonistas aprendem sobre as pessoas, a flora, a fauna, a geografia e a história do país. As crianças conhecem Juvêncio, um menino sertanejo que se torna seu companheiro de viagem. Os episódios vivenciados por Carlos, Alfredo e Juvêncio, segundo seus autores, devem servir de inspiração para as lições escolares. O livro foi feito para o curso médio das escolas primárias e na seção *Advertência e explicações*, dedicada aos professores, expõe as seguintes orientações:

[...] o nosso livro de leitura oferece bastantes motivos, ensejos, oportunidades, convivências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos do curso médio, de acordo com os programas atuais e com quaisquer outros que se organizem com a moderna orientação da pedagogia (BILAC;BOMFIM, 2000, p. 45).

Bilac e Bomfim (2000) explicam que o livro de leitura deve ser o único livro destinado a criança, mas, que, de modo algum, deve ser disposto de forma enciclopédica, com pena não desenvolver a inteligência adequada. Nesse sentido criticam as produções em que:

[...] regras de gramática estão misturadas com regras de bem viver e regras de aritmética, noção de geografia e apontamentos de zootecnia, descrições botânicas e quadros históricos, formando um todo disparato, sem plano, sem pensamento diretor, que sirvam de harmonia e base geral para universalidade dos conhecimentos que a escola deve ministrar. Como fonte de conhecimentos, a verdadeira enciclopédia do aluno nas classes elementares é o professor. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 45).

Em *Escola Pittoresca*, observamos justamente o que criticava Bilac e Bomfim (2000). O livro de Dias Fernandes (1918) foi direcionado para escolas de terceiro grau e complementares. Na seção *Carta Explicativa*, seu autor não destinou suas explicações didáticas para os professores, mas para o presidente do estado:

Ao meu excelente amigo sr. dr. Camilo de Hollanda, digníssimo presidente da Parahyba do Norte: Venho depor nas mãos generosas de v. exc. o meu livro – *Escola Pittoresca* – realizado por estímulo da sua honra confiança e sugestão da sua gentil amizade (FERNANDES, 1918, p. 153, grifo nosso).

Dias Fernandes escreveu *Escola Pittoresca* sob a encomenda do presidente supracitado e, desse modo, seu compromisso não era com os professores, mas, com os políticos paraibanos, reafirmado novamente sua relação com o estado. Sobre suas inspirações

pedagógicas, citou novamente D'Amicis e também Oliveira Lima, dizendo estar apoiado nas “*sciencias naturaes e positivas*”, procurando imprimir em seu livro “*uma breve licção de cousas*” (FERNANDES, 1918).

O livro de Dias Fernandes (1918) é disposto de forma fragmentada e não sugere uma narrativa que conectem um capítulo no outro como em *Através do Brasil. Escola Pittoresca* está dividido em quatro partes, que seu autor denominou de “TABUA DAS MATERIAS” (FERNANDES, 1918, p. 08): a primeira parte contempla os títulos: *A Terra e a Pátria*, *O II reinado* e *A República*; a segunda: *A bandeira nacional*, *O serviço das armas*⁴³, *Oração á Pátria*, *Os direitos futuros*, *Cultura physica*⁴⁴, *Regime alimentar*⁴⁵, *A nossa Língua*, *Deus*, *A Constituição*, *Vida dos Campos*, *O “Pink Bollorw”*, *Amazonia*⁴⁶, *A guerra hollandeza*, *As Aves* e *Os Animais*⁴⁷; a terceira: *Canção guerreira*, *Hynmo á Patria*, *Hynmo á Paraíba*, *Hynno do centenário de 1817*⁴⁸, *Hynno á Pernambuco*, *Canção marítima*, “*Olaf*”, *A morte do trovador*, *Mater admirabilis*, “*Chloé*”, *O natal de Rejane*, *O cavalo*, *Os luctadores* e *O carro de bois*; a quarta e última parte: *A sêcca*, *O caçador*, *A vingança dos pássaros*, *O ninho da coruja*, *A trahira philosopha*⁴⁹ e *O sapo cururú*.

⁴³ Esse tema, proposto no livro infantil de Dias Fernandes (1916c, 1918), estava estreitamente relacionado com sua participação na Liga da Defesa Nacional, em que o intelectual enfatizava a educação militar como sendo a comunhão perfeita entre civismo e intelecto. Dias Fernandes (1918, p. 38), no entanto, não sugere que todas as crianças teriam predisposições para servir às forças armadas e, diante disso, escreveu: “Podemos ser todos, porém, soldados vigilantes e fiéis da República, amando-a com sinceridade cívica, defendendo-a com bravura, imolando-lhe, oferecendo-lhe, garbosos e contentes, a nossa vida”.

⁴⁴ Em 1913, a pedido do Clube do Remo, Dias Fernandes realizou também no Teatro Santa Rosa, uma conferência intitulada *A Cultura Physica* (MARTINS, 1976). No capítulo quatro, apresentaremos outro texto que estava relacionado com essa temática, a saber: *A Ginmastica* (1916). Isso nos sugere que esse tema essa foi uma preocupação recorrente do intelectual, como também relata Sena (2008) e Martins (1976). Esse último registrou as atividades físicas no cotidiano de Dias Fernandes: “[...] fazia exercícios de ginástica. Já pela manhã, tinha dado o seu passeio de mais de uma légua, do qual voltava lépido e disposto para tudo” (MARTINS, 1976, p. 36).

⁴⁵ Como indicado no capítulo anterior, Dias Fernandes, em vários textos autorais e nos relatos dos que conviveram mais próximos a ele, manifestava sua preferência pelo regime alimentar vegetariano, voltaremos também nesse assunto no capítulo quatro.

⁴⁶ Segundo Senna (2008), o tema sobre Amazônia dava sequências às temáticas sobre a natureza, privilegiada pelo intelectual, mas também reportam a sua experiência em Manaus, onde viveu durante 10 anos. Dias Fernandes (1918, p. 75) advertia para seu público infantil: “É preciso ter viajado naquela região do Brasil para lhe entender as formidáveis belezas e os suntuosos encantamentos”.

⁴⁷ Os animais foram tratados também em vários escritos do intelectual, ligando-se as suas concepções vegetarianas e que iremos apresentar no decorrer deste capítulo e do próximo.

⁴⁸ O hino escrito em *Escola Pitorresca* é de autoria do próprio intelectual.

⁴⁹ Em 1914, Dias Fernandes escreveu n’*A União a Filosofia d’ um peixe* que, provavelmente, serviu de inspiração para a história do seu livro.

Escola Pittoresca contempla vários gêneros literários, como nos informa Sena (2008): contos, hinos, fábulas, poesias, narrativas históricas e canções. Ainda segundo a autora, o livro fala da descoberta do Brasil, assim como o de Bomfim e Bilac, mas, a forma como essa comunicação se deu foi diferenciada. Em Bilac e Bomfim (2000), a história do Brasil é contada através da experiência infantil⁵⁰, no livro do paraibano são “[...] apresentadas figuras ilustres, reis, governadores, bem como a luta do Brasil contra povos estrangeiros em busca das riquezas.” (SENA, 2008, p. 146). Ou seja, Dias Fernandes em sua narrativa histórica não trouxe a experiência infantil como basilar do processo educativo. Dessa forma, priorizando os fatos históricos a partir dos grandes heróis nacionais excluiu a criança como sujeito ativo da educação.

Essa questão aparece, por exemplo, em outra conferência realizada pelo intelectual, a pedido da Associação de Professores Primários da Parahyba do Norte, também no Teatro Santa Rosa, para comemorar o dia 7 de setembro, no ano de 1920, sob o título: *De “rapaizinho” a Imperador*. Na referida conferência, Dias Fernandes (1920) contou a história de D. Pedro I criança e sua vinda para o Brasil, exaltou no imperador características positivas, em especial, devido à experiência com o povo e natureza brasileira, o tornando digno de ser nosso primeiro governante, fundador da *nossa nacionalidade*, disse Fernandes (1920, p.07):

Não se apagam jámais da memoria essas fundas impressões primeiras, que recolhemos na puericia. E’ a didactica inimitavel da natureza, que assim nos infunde a base do conhecimento, pelo contacto dos phenomenos. E quanto mais viva é a nossa sensibilidade e mais clara a nossa intelligencia tanto mais duravel será na retentiva do cérebro a permanência de taes lembranças. O ativismo e inclinações heroicas do principe D. Pedro recebem influxos consideraveis daquella intuitiva e terrivel licção de vida pratica, que lhe proporcionem a fuga da sua real familia para o Brasil e o contraste dos ambientes physicos e sociaes, em que viviam os dous povos irmãos.

Desse modo, a história brasileira para Dias Fernandes (1918, 1920) estava atrelada à história lusitana, que ele não apenas exaltava nas figuras dos grandes governantes, mas

⁵⁰ Aguiar (2000) destaca na atuação educacional de Bomfim o discurso proferido, em 1906, na Escola Normal do Rio de Janeiro, *O respeito à criança*, e a participação na fundação da primeira revista em quadrinhos para criança no Brasil, *O Tico-tico*. Sua atuação na educação também foi marcada pela direção, durante 19 anos, do Instituto Pedagogium, no Rio de Janeiro; pela função de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1905 e 1907; por ter sido professor da Escola Normal também no Rio de Janeiro; e pela participação como Deputado Federal, em 1907, na proposta de reforma de ensino do presidente Afonso Pena. Sobre essa última atuação, Espindola (2012) tece considerações sobre o debate de Bomfim e Castro Pinto na elaboração do projeto de Lei n. 242.

também na sua literatura, como observou Sena (2008, p. 150) em *Escola Pittoresca*, no item *A nossa língua* que:

[...] trata de origem da língua portuguesa e pontua os autores lusitanos que, com a colonização do Brasil, tornaram-se conhecidos, tais como Sá de Miranda, Bernadim Ribeiro, Gil Vicente, Luiz de Camões, o padre Antônio Vieira e d. Francisco Manoel de Mello. Mas não deixou de mencionar os autores brasileiros, como Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, João Francisco Lisboa e Odorico Mendes.

Outro ponto de divergência entre *Através do Brasil* e *Escola Pittoresca* foi a temática voltada para os animais. Em *Escola Pittoresca*, os animais são apresentados como elementos importantes na constituição da civilização humana, prerrogativa anunciada desde a conferência *Protecção aos animais* (1914b), realizada também no Teatro Santa Rosa, na abertura das atividades da Associação a Protecção aos Animais, e embasado nas suas concepções vegetarianas. Sobre essa questão Sena (2008) observa dois elementos importantes, o primeiro é que os animais aparecem como protagonistas das histórias – fábulas, contos e poesias – contadas por Dias Fernandes (1918) e o segundo é o forte conteúdo moral veiculado pelo seu autor que reafirmava nas páginas do livro: “FAZER MAL AOS ANIMAES É INDICIO DE MAU CHARACTER” (FERNANDES, 1918, p. 92, grifo do autor).

Em *Através do Brasil*, os animais aparecem como ensejo para entendê-los cientificamente, as crianças os reconhecem classificando-os em sua morfologia, em seus habitats naturais e caçam para se alimentar. Ou seja, em *Através do Brasil*, os autores não se preocuparam em transmitir conteúdo moral em relação aos animais, mas, em *Escola Pittoresca* fica bastante evidente as questões éticas e morais do seu autor, que visava passar para as crianças o amor e o respeito em relação à natureza⁵¹. A concepção de infância inerente às duas produções também marca uma diferença bem sensível e diz respeito, principalmente, ao papel que a educação exercia para seus autores.

Manoel Bomfim foi, no Brasil, um dos pioneiros das experiências que envolvia a psicologia infantil, desenvolvida nas dependências do laboratório de psicologia do Pedagogium⁵², chegando ele a antecipar muitas das ideais de Lourenço Filho, o qual fez

⁵¹ A questão moral entre homens e natureza foi um tema importante do humanismo do século XVIII, e pode ser também referenciado pelos argumentos de Rousseau (1959), em *As Confissões*, e por Condorcet (2010), em *Escritos sobre a instrução pública*.

⁵² O Pedagogium foi pensado e formulado no parecer de Rui Barbosa, em 1882. Sua proposta inicial era para a criação de um museu pedagógico nacional e se apoiava “[...] num dispositivo legal, jamais

muitas menções aos trabalhos de Bomfim⁵³ (FREITAS, 2002). Aguiar (2000) e Freitas (2002) advertem da impossibilidade de separar em Bomfim as ideias sobre a psicologia infantil da historiografia que ele ajudou a elaborar. Isto é, a criança na concepção pedagógica de Bomfim deveria ser agente do processo educativo, pois, em suas preocupações com a educação nacional perpassavam suas ideias políticas e históricas, e denunciavam a exploração parasitária ibérica em nosso país.

Sendo assim, a criança educada sob esses princípios permitiria que, na fase adulta, essas não se comportassem como sujeitos passivos diante da política instaurada no país. Segundo Bomfim (1993), a política brasileira teria reproduzido na Colônia, no Império e na Primeira República, o conservadorismo hereditário da ex-metrópole. Nesse sentido, Bomfim almejava o rompimento com o passado português. Em seu último livro, *O Brasil Nação*, de 1932, além de ter tecido críticas e insultos à família real, almejou para o Brasil uma revolução nos moldes mexicanos (AGUIAR, 2000; REIS, 2006; GALVÍNCIO; COSTA, 2011).

A trajetória de Carlos D. Fernandes não perpassou por atividades ligadas diretamente às experiências em cargos na alta burocracia escolar – direção de instituição educativa, diretor da instrução pública e exercício da docência –, como foi o caso de Manoel Bomfim. Sua atuação estava marcada profundamente pela legitimidade conferida pelos políticos com quem manteve estreitas relações. Desse modo, sua inserção na educação se deu através da concessão desses políticos, do talento intelectual atribuído a sua personalidade, da escrita de livro didático, da participação nas conferências públicas e das atribuições no jornal *A União* onde também aconteciam momentos de ensinamentos aos jovens paraibanos. As ideias pedagógicas propagadas por Dias Fernandes (1914a, 1916c, 1918, 1920) também estavam afinadas pelas suas convicções políticas, históricas, pela literatura clássica europeia e pela concepção educacional calcada no civismo positivista. Portanto, seu livro se dirigia a “[...] adolescência estudiosa do meu paiz uma leitura fácil, aprazível e instructiva, que lhe fale ao coração e á

posto em prática, que autorizava o executivo a fundar bibliotecas e museus pedagógicos nos ‘lugares onde houvesse escolas normais’.” (AGUIAR, 2000, p.188). A intenção era de o equiparar a outros já existentes em países da Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. Suas finalidades seriam de demonstrar a história e a situação atual da educação no Brasil e no mundo, através das estatísticas disponíveis. Contudo, o *Pedagogium* só foi criado oito anos mais tarde, em 1890, no regime republicano, por Benjamin Constant. Manoel Bomfim foi convidado a assumir a direção em 1896 (AGUIAR, 2000).

⁵³ Seus estudos sobre a psicologia infantil se iniciaram, em 1902, na França, no laboratório de psicologia à Clínica Joffroy, em Saint’ Anne, sendo aluno de Georges Dumas e Alfred Binet.

intelligencia, concorrendo efficazmente para formação do character, no ponto de vista physico, cívico, intellectual e moral” (FERNANDES, 1918, p.153).

Segundo Pinto (1960), Dias Fernandes foi um sujeito que viveu o paralelo entre o antigo e moderno. Portanto, associamos a essa questão a necessidade de não ruptura radical com nosso passado português e com o desejo de modernizar o Brasil, tornando-o um país soberano pelas suas riquezas, pela sua bravura, civismo, força, e intelectualidade. A tese do iberismo foi defendida por muitos intelectuais do período, como nos dizem Chacon (2005), Ortiz (2006) e Reis (2006)⁵⁴. Desse modo, sua concepção pedagógica buscava afirmar para as crianças brasileiras a afinidade com a linhagem civilizatória do mundo europeu, através de uma língua comum, com raízes no latim, e com a amizade entre Brasil e Portugal. A criança não se tornava agente de transformação, pois, era preciso inculcar nela a obediência, o sentimento de amor à nação e as origens lusitanas (FERNANDES, 1914a, 1916c, 1918, 1920). Nesse sentido, concordamos com Sena (2008, p. 147) quando diz que: “Escola Pittoresca educa para servir à pátria, dessa forma, a criança é representada com um soldado vigilante e fiel. Ser soldado significa que a criança promoverá a ordem na sociedade no futuro.”.

Diante disso, é possível apontar que os temas educacionais discutidos por Dias Fernandes, nesta seção, estavam estreitamente ligados aos ideais de civismo enunciados na Primeira República. Souza (1998), Veiga (2007) e Nagle (2009) nos dizem que a questão cívica teve ampla incorporação nas escolas brasileiras, pois, essa foi uma das estratégias de formação das novas gerações. Conforme Guibernau (1997, p. 79):

A “maior função” da escola moderna foi ensinar um “novo patriotismo além dos limites naturalmente conhecidos por seus pupilos”. A escola foi, a princípio, um agente de socialização. A mensagem era comunicada com maior eficiência juntamente com a leitura e a escrita. A tarefa da escola incluía não só sentimentos *nacionais* e *patrióticos*, como firmava a unidade numa nação há muito dividida em regiões, culturas, línguas e duradouras divisões sociais de classe e riqueza. Ensinar a ler e a escrever envolvia a constante repetição do catecismo cívico-nacional, em que a criança era

⁵⁴ Oliveira Viana representante do *pensamento conservador* e que também foi contemporâneo de Bomfim e Carlos D. Fernandes – bastante criticado por Bomfim (1997), em *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* –, ressaltava as características herdadas do povo ibérico como sendo positivas. Para Oliveira Viana, a tradição luso-brasileira teria constituído, no Brasil, uma força de aglutinação entre as regiões, fazendo com que a dispersão territorial fosse superada pela política da unificação instituída pelos Imperadores brasileiros (REIS, 2006; GALVÍNCIO; COSTA, 2011; COSTA, 2011).

impregnada de todos os deveres que dela se esperavam: defender o estado, pagar impostos, trabalhar e obedecer às leis.

Nesse sentido, a literatura infantil tinha como função ensinar as crianças das escolas brasileiras a ler, escrever e amar as coisas nacionais. Essas produções estavam atreladas às demandas de mercado editorial e indicava uma heterogeneidade de argumentos pedagógicos, históricos e políticos. Diante disso, a questão da infância em outros escritos de Dias Fernandes apareceu como fundamental para consolidação das propostas educacionais que o paraibano defendia. Portanto, na próxima seção, iremos explorar outras questões que envolveram a educação das crianças no seu repertório.

3.2 A EMERGÊNCIA DA INFÂNCIA NAS IDEIAS DE CARLOS D. FERNANDES

O termo “emergência da infância” destacado no título dessa seção foi extraído do artigo do professor José Gonçalves Gondra (2011) que, ao enfatizar a importância das pesquisas históricas no campo da infância, justifica a utilização da expressão da seguinte forma:

Em um primeiro sentido, é possível associar o termo *emergência* à ideia de uma situação crítica, limite, que requer ações urgentes. Nesse sentido, poderíamos, invertendo a ordem dos termos, fixar mais essa acepção, quando ouvimos ou repetimos a tese da infância como problema a ser enfrentado de modo urgente, e o caráter emergencial desse enfrentamento. Em um segundo sentido, associamos o termo *emergência* à ideia de manifestar-se, mostrar-se. Emergir corresponderia a uma espécie de aparecimento, nascimento, surgimento, criação, invenção (GONDRA, 2011, p. 84-85).

Seguindo o argumento de Gondra (2011), emergência corresponde a dois momentos do nosso processo de investigação. No primeiro, a infância se revelou mediante a catalogação e leitura dos textos produzidos por Carlos D. Fernandes, emergindo enquanto um repertório ao qual era preciso que déssemos atenção. No segundo, indicava que a infância era entendida, nesse período, por Dias Fernandes e por outros intelectuais, como sendo aquela que no futuro levaria a frente os projetos em disputas de modernização e civilização do Brasil. Portanto, a estratégia de formação do seguimento infantil se tornava uma questão de urgência.

No clássico da historiografia francesa, *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès (1981) nos diz que, nas sociedades modernas, o surgimento da infância

enquanto categoria social está intimamente ligada à constituição das escolas e de estabelecimentos que se voltavam para o cuidado com as crianças. Essa dinâmica é constantemente apontada nos estudos sobre o tema:

[...] os sujeitos responsáveis pela institucionalização da escola e pelo desenvolvimento de processos de escolarização nas sociedades ocidentais, não apenas produziram discursos e instituições, mas, sobretudo, acabaram por produzir a própria infância como fenômeno social. Decorre desta constatação que uma das faces fundamentais do estudo da história da infância é o estudo da história dos discursos e das instituições que dela se ocupam, particularmente da escola. (FARIA FILHO; SALES, 2002)

Seguindo essa linha de pensamento, compreendemos que o pensamento de Carlos D. Fernandes pode nos ajudar a refletirmos sobre esses *discursos* e *instituições* que se debruçaram a respeito do fenômeno da infância no Brasil, em especial, na Paraíba. Para melhor compreender o que tratamos por *história da infância*, é necessária a distinção entre as palavras: *infância* e *criança*. Essa diferenciação mostra que a ideia de infância consiste na “[...] concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida.” (FREITAS; KUHLMANN JR., 2002, p. 02).

Nesse sentido, é possível eleger a *história da infância* enquanto aquela que busca perceber as relações estabelecidas no âmbito institucional, discursivo e científico que criaram as representações sociais sobre essa etapa da vida. Ou seja, A *história da infância* se vincula na relação da sociedade, da cultura, dos adultos com essa classe de idade. A *história da criança* seria a história da relação das crianças entre si, com os adultos, com a cultura e a sociedade. Isto é, a criança protagoniza sua condição infantil.

No entanto, mesmo que se opte por fazer uma história da criança, a condição desse sujeito será sempre mediada pelos adultos. Até as tentativas de escrever uma narrativa centrada na criança, considerando suas ações e dizeres, corremos o risco de perder a dimensão da interferência das representações já estabelecidas para esse sujeito (FREITAS, KUHLMANN JR., 2002; GOVÊIA, 2007).

Sendo assim, nossa narrativa visa compreender a relação dos intelectuais com a história da infância. Para tanto, daremos ênfase às produções recentes que não tratam mais o tema de modo generalizante, como se essa categoria pudesse englobar todas as experiências infantis, mas, faremos a partir do entendimento de *infâncias* (GONDRA, 2002). Isso significa

que, ao levar em consideração o pertencimento da classe social, etária, étnica e de gênero desses sujeitos, tratados nos discursos intelectuais da época, corroboramos a compreensão da necessidade de exemplificar, em nosso trabalho, que a infância abordada por Carlos D. Fernandes, de modo mais específico, se remete a *infância pobre* (GOUVÊA; JINZENJI, 2006).

As experiências dessas crianças foram alvo de preocupação por parte dos ilustrados da época, recebendo dedicação diferenciada àquelas que eram dadas às crianças das camadas sociais mais abastadas. Rogério Fernandes (2002), ao tratar do tema da infância, na obra do intelectual português Francisco Adolfo Coelho, nos diz que foram raros os intelectuais do período que não se ocuparam de pensar a educação infantil, em especial, dos seguimentos populares⁵⁵. A preocupação com a infância pobre se dava, principalmente, pelo entendimento de que suas condições sociais as colocavam em situações como precária saúde, alcoolismo, falta de instrução e formação de caráter indesejável derivado da incivilidade do meio em que viviam (GONDRA, 2002). Desse modo, na subseção a seguir, o tema será tratado tendo em vista compreender esse repertório na atuação de Carlos D. Fernandes.

3.2.1 Educar, higienizar⁵⁶ e moralizar a *infância proletária*

A ação educativa que foi pensada para essas crianças, visava chamar a atenção do Estado para assumir o papel de civilizador do povo brasileiro. Vieira (2011) nos diz que a *crença na modernidade* e no *protagonismo político do Estado* foi um dos aspectos que marcaram a atuação dos intelectuais brasileiros no período por nós estudado. Além desses elementos, ainda é possível apontar para um *sentimento de missão pedagógica* encarnada por esses sujeitos (BOTELHO, 1999, 2002; VIEIRA, 2011). Foi nesse sentido que, para Rui Barbosa (1947), José Veríssimo e Carlos D. Fernandes (1924a, 1925b), os pais das crianças

⁵⁵ Apesar de Fernandes (2002) tratar, particularmente, das ações intelectuais oitocentistas em Portugal, a coletânea em que esse artigo se encontra, *Os intelectuais na História da Infância*, organizada por Freitas e Kuhlmann Jr. (2002), nos indica uma quantidade substancial de intelectuais brasileiros que se dedicaram a pensar a infância no Brasil.

⁵⁶ A Higiene nesse período, segundo Gondra (2002), tinha como uma das suas principais ramificações a Eugenia cujo objeto era o melhoramento da raça. Gondra (2002, p. 302) ainda nos alerta que a Higiene enquanto ciência fornecia argumentos, tanto para reforçar os cânones da igreja, sobretudo a católica, como também era utilizado para desmistificá-la: “[...] as margens de negociação ou de imposição dessa vontade higienizadora são flexíveis, podendo ora encontrar-se mais próximas da racionalidade religiosa ou de expressões de dissidência da racionalidade médico-higiênica”.

pobres não teriam condição de avaliar a importância da instrução dos seus filhos e, por isso, argumentaram em favor da necessidade de instituições que as tutelassem.

Segundo Ribeiro (2006), o governo e o poder público, nesse período, tiveram pouca participação na assistência dada às crianças pobres ficando, desse modo, a cargo das instituições filantrópicas, assistencialistas e iniciativas particulares. Na Paraíba, encontramos notícias, no período em que compreende nossa pesquisa, de dois estabelecimentos que destinaram atenção à infância pobre: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, liderado pelo médico Guedes Pereira e pelo desembargador Heraclito Cavalcante; e a Assistência Dentária Infantil, que reuniu jovens profissionais da área.

O jornal *A União*, em nota publicada em 15 de maio de 1917, ressaltava a presença de homens da política paraibana, em condição de sócios beneméritos, no Instituto de Proteção a Infância: Castro Pinto, ex-presidente do estado, e Camillo de Hollanda, atual presidente. Enfatizava também a presença da igreja católica, representada pela figura de D. Adauto. A nota especificava, além dos nomes citados, a diretoria do instituto:

[...] presidente, dr. Guedes Pereira; vice-presidente dr. Flávio Maroja; 2º vice-presidente, conego Florentino Barbosa; 1º secretário dr. Seixas Maia; 2º, dr. Irineu Joffily; thesoureiro, sr. Coroliano de Medeiros; bibliothecario, coronel Francisco Coutinho; comissão de syndicancia e contas: desembargador José Novaes, conego dr. Pedro Anisio, padre Manuel Tobias, dr. Silvino Nobrega e major José de Barros Moreira.

A diretoria das Damas Protectoras, foi: presidente, d. Maria da Purificação Maroja; 1º vice-presidente, d. Maria Emilia Guedes Pereira/ 2º vice-presidente, d. Odila Silva; 1º secretaria, Julia Freire; 2º secretária d. Beatriz Correia Lima; thesoreira, d. Eulina de Medeiros; conselho administrativo: d. Anita Silva, Cecília Espindola, Tarcila Barbosa, Maria Matta de Vasconcelos, Elvira de Andrade, Davina Queiroz, Lia Gama, Julia Marinho de Almeida e Luiza Dalia. (INSTITUTO, 1917, p. 02).

Outras notas, no referido jornal, mencionaram atividades desenvolvidas pelo instituto. Em 21 de junho de 1917, foi publicada a relatoria apresentada pelo Dr. Guedes Pereira à Assembléia Geral do estado, que fazia referência às atividades realizadas de maio de 1916 até maio de 1917, as quais se iniciaram com inauguração da *Polyclinica Infantil*. O documento enfatizava a contribuição dos médicos Seixas Maia e Silvino Nobrega, a importância da participação das *damas protetoras*, apresentava os gastos orçamentários no decorrer do ano,

exibia o índice de crianças atendidas⁵⁷ e, por fim, destacava o apoio dos poderes públicos. Sobre o último item mencionado, o relatório realçava:

A vossa presença nos honra e tem uma alta significação. Ella nos mostra que a nossa campanha não é vista com indiferentismo e sim é fortalecida com o vosso apoio e alto prestígio a persistir firmemente na lucta ingente de salvar a infancia physica, moral e intelectualmente abandonada. (INSTITUIÇÃO DE PROTECÇÃO, 1917, p. 01).

Em 2 de julho de 1917, *A União* veiculou a notícia de que, nessa capital, haveria um festival artístico promovido também pelo Instituto, eventos como esse ficavam a cargo das *damas protetoras*. O referido evento aconteceria no dia seguinte, 3 de julho de 1917, na Praça Rio Branco, e foi idealizado pela primogênita do Dr. Manuel Deodoro Monteiro, Maria da Penha. No ano de 1920, ainda foi possível acompanhar, pelo periódico, outras ações: os cuidados com a saúde das crianças pobres; a solenidade de distribuição de vestuários liderada pela esposa do presidente Epitácio Pessoa, D. Mary Pessoa; as eleições para nova diretoria do instituto e a presença do Dr. Guedes Pereira no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que aconteceu no Rio de Janeiro e contou com a presença dos médicos Moncorvo Filho, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Desse encontro de estudiosos e militantes pela infância pobre brasileira, destacava *A União*, em 21 de março de 1920, as seguintes seções de discussões: Sociologia e Legislação, Assistência, Pedagogia, Medicina Infantil e Higiene⁵⁸.

Desse modo, afirmar que não havia por parte dos poderes públicos interesse em promover assistência para as crianças pobres precisa ser relativizada, haja vista que os intelectuais, tratados nesse trabalho, foram partícipes da política brasileira, seja no cargo de presidentes, deputados, ou mesmo de jornalista, como foi o caso de Carlos D. Fernandes. Diante disso, é possível identificar nos órgãos de assistência à infância na Paraíba: o caráter do saber médico vigente da época, a participação de homens do governo e a participação de mulheres que, de modo geral, eram familiares dos líderes dessa ação.

Conforme Ribeiro (2006), a preocupação com a higiene da infância pobre no Brasil indica que houve, gradativamente, uma mudança na estrutura da sociedade. Na colônia e até a primeira metade do século XIX, eram a igreja e os senhores de engenhos que ditavam as

⁵⁷ Foram atendidas, segundo o relatório, 4.599 crianças: 2.502 do sexo masculino e 2.097 do feminino, dos quais foram curados 2.257 do sexo masculino e 1.816 do feminino, faleceram 100 do sexo masculino e 82 do feminino.

⁵⁸ Sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, ver Kuhlman Jr. (2002) em *A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX*.

regras do *bem-viver*. Sendo apenas na segunda metade dos oitocentos que a classe médica começava através das suas teses, discursos, livros e debates, quebrar a hegemonia das explicações divinas e supersticiosas, para impor à sociedade o imperativo da ciência. Ou seja, o “[...] campo médico que tratando do corpo humano e do ambiente que o cerca, busca afirmar aquilo que deveria ser reconhecido como problema da ciência médica.” (GONDRA, 2002, p. 290).

Nesse processo, segundo Ribeiro (2006), a saúde da criança pobre recebeu atenção significativa, pois, se antes a mortalidade infantil era justificada pela vontade de Deus, associando a imagem medieval europeia do anjo como a criança que não havia vingado, a medicina oitocentista, imbuída das ideias higienistas, procurou soluções para que as vidas dessas crianças fossem preservadas, apontando a necessidade de uma boa alimentação, exercícios físicos e vestuários adequados. Nesse sentido, Gondra (2002, p. 290) complementa:

[...] tratava-se de uma racionalidade que também deveria se ocupar da infância, colocando-a no âmbito do extenso projeto de modelação higiênica dos sujeitos e do social. No que se refere à infância, tratava-se de prescrever procedimentos, cujo início se daria no controle das condutas anteriores dos pais, estendendo-se até a “idade dos colégios”, desmarcando fronteiras e instituindo empréstimos entre o espaço da casa e o da escola. Nessa linha, tal discurso auxiliou na construção da própria idéia de família, infância e escola.

Como pano de fundo das ideias higienistas, pairava o sentimento nacional: a vontade de construir uma nação civilizada e moderna. Diante disso, a ação educativa e higiênica sobre as crianças pobres poderia possibilitar que, no futuro, o Brasil apresentasse, diante das nações tidas como mais avançadas, cidadãos bem educados e saudáveis. Sendo assim, os cuidados com a saúde infantil passavam pelo entendimento que o corpo virtuoso e livre de moléstias influenciaria diretamente no caráter nacional.

Conforme Gondra (2002), Ribeiro (2006), Veiga (2007) e Nagle (2008), o movimento em favor de uma infância higienizada, corporalmente e mentalmente, adentrou com mais força na Primeira República. Foi nesse arranjo cultural que Carlos D. Fernandes, convidado pela Assistência Dentária Infantil da Paraíba, realizou, no Teatro Santa Rosa, em 1924, a conferência que encerraria o ciclo de palestras realizadas por ele no estado, intitulada de: *Infância Proletária*. O intelectual, na ocasião, ressaltou a atitude patriótica dos seus pares que, ao manifestarem interesse pela infância pobre, estariam trazendo um grande benefício para a nação:

O grupo de profissionais, que me fez seu mandatário perante a vossa longanimidade, é um sodalicio de moços esperançados e fervorosos, confiantes no futuro do seu paiz, nos frutos da perseverança e nas remunerações do trabalho. A cultura cívica de que são portadores infunde-lhes uma conceituação elevada, altruística e patriótica do seu officio. Vindo, por atitudes de illustração, ao encontro da corrente médica, hoje timoneira das esperanças do Brasil, querem elles trazer o seu considerável adminiculo para redempção physica do nosso povo, prestando-lhe gratuitamente assistencia dentaria, de que há mister, para a almejada integridade de corpo e espírito resultante lógica da saúde. (FERNANDES, 1924a, p. 20).

Para enfatizar a importância da dentição das crianças, na constituição de um corpo higienizado, em especial das desvalidas, Dias Fernandes (1924a) se remetia à amamentação e às comidas por suas famílias ofertadas, como sendo fatores negativos, e que caracterizavam a realidade dos seguimentos populares, influenciando diretamente o desenvolvimento físico e mental das crianças:

Terminada prematuramente a amamentação, entram a crianças proletárias no regime das papas e aguas com assucar, que quase não alimentam e produzem sempre a enterite, com diarrhéa e outras enfermidades do tubo digestivo. Antes mesmo da dentição, dão-lhe há desses manjares na choupana esqualida. Aquelles alimentos improprios na tenra idade produzem muita sede, o que já é um syntoma de intoxicação, e determinam as dilatações do estomago, que tanto enfeiam essa classe lastimavel da nossa população infantil. (FERNANDES, 1924a, p. 10).

Na esteira dessa argumentação, Dias Fernandes (1924a) ressaltava que esses sintomas terminariam provocando um alto índice de mortes infantis. Segundo intelectuais como Rui Barbosa (1947), José Versíssimo (1985) e o próprio Dias Fernandes (1924a), a população brasileira estava prejudicada pela falta de assistência à saúde das crianças, acarretando um descompasso em relação às demais civilizações ocidentais. Essas sociedades, investindo na saúde infantil, indicavam que, para o bom andamento do progresso, a infância deveria ser o alvo das ações do Estado. Desse modo, Dias Fernandes (1924a, p. 10-11) dava continuidade as suas preposições, dizendo que:

Se ao menos fossem bem alimentados, ainda com possíveis taras atavicas, não seria espantoso e computo de taes defuncções em nossa estatística demographo-sanitaria. Mas o âmbito de indigência em que nascem esses inviavies brasileiros só é crível por quem os haja visto de perto e não se attenha a hesitações hypocritas para dizer a verdade. Rencenseando com exactidão os nascimentos, veremos que trinta por cento ou menos se

encorporam á população do paiz, o que é um facto inquietante para quantos sabem que os povos se affirmam pela avultosidade, saúde, cultura e trabalho dos seus indivíduos.

Diante desse quadro, Dias Fernandes (1924a) ainda acrescentava a necessidade de tratar as mães dessas crianças. As mulheres das camadas populares eram herdeiras de uma situação que se arrastava desde as épocas passadas, dizia o intelectual:

Maman um leite quasi sempre envenenado pelas infecções chronicas da infausta mãe, que já recapitula, por sua vez, outras penúrias anteriores. Não póde ser abundante nem aprasivel ao entermecimento materno a lactação de um seio rachitico, que refaz as suas energias com farinha de barco, carne sêcca, bolacha e café ralo, adoçado com escassa rapadura. É esta a boa alimentação dos operarios abastados (FERNANDES, 1924a, p. 09).

Nesse período, se começava a dar importância ao momento da gestação e amamentação, com isso, se trazia à baila os cuidados com a saúde da mulher. Inicialmente, no século XIX, o discurso médico se voltava para a erradicação da prática das *amas-de-leite*: a mulher escrava que amamentava os bebês dos seus senhores, ou dos pais que poderiam pagar para seus donos pelo serviço prestado (RIBEIRO, 2006; CARULA, 2012). Alegava-se que o leite dessas escravas estava corrompido pelo afeto, pela má saúde e pela constituição do caráter. O primeiro submetia a criança e a mulher numa relação mercenária, em que os cuidados das escravas substituíam a presença da mãe; o segundo prejudicava a criança pelo contágio de doenças comuns aos escravos na época como a sífilis e outras; o terceiro degradava a moral e o caráter dos pequenos, através da educação passada por essas escravas (RIBEIRO, 2006; CARULA, 2012). José Veríssimo (1985, p. 84) relatou as condições em que isso se apresentava:

Os nossos filhos eram entregues aos cuidados das escravas, cujo leite quase sempre eivado de vícios que mais tarde lhes comprometeria a saúde principalmente os alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex-escravas – e isto basta para indicar o seu valor como educadoras – que de fato dirigiam a sua primeira educação física, pois eram elas que superintendiam na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais atos da vida infantil. Não era raro ver meninos de oito e mais anos dormindo na mesma rede que a mucama do seu serviço que, em geral extremamente amorosa e afeiçoada a eles, não sabia recusa-lhes nada, nem aquilo que evidentemente lhe poderia comprometer a saúde.

Na esteira desse argumento, as concepções de higiene e pedagogia estavam entrelaçadas, era o que ressaltavam Dias Fernandes (1924a, 1925b) e Veríssimo (1985). A educação da criança brasileira permanecia comprometida pelos excessos da sociedade escravista, reproduzindo nas relações da infância, justamente, o que os saberes médicos do século XIX buscavam combater como os maus hábitos com o corpo, os desvios morais ocasionados pela relação da naturalização dos castigos físicos e pela escravidão (CARULA, 2012). Conforme Ribeiro (2006, p. 29), essa situação se dava da seguinte forma:

[...] o castigo físico era prática corrente na educação das crianças: a palmatória e vara de marmelo eram companheiras zelosas do bom comportamento; e quando mais cruel era família com a criança, mais cruel era criança com os animais e com os escravos companheiros dos seus folguedos.

Para Manoel Bomfim (1993), a instituição escravista teria infestado a educação moral e política da nossa sociedade. De modo que as crianças vivendo nesse processo de aprendizagem reproduziriam na vida adulta a moral pervertida de alguns senhores de escravos:

[...] é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga [...] Não havia nada de humano nas relações senhor e escravo. (BOMFIM, 1993, p. 133).

A educação do caráter era “[...] a mais elevada forma de educação moral, deve começar pela educação das primeiras manifestações do altruísmo na criança.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 75). Essa ideia se aliava com a necessidade que, ainda segundo Veríssimo (1985, p. 84), incluíam:

[...] questões do vestuários, da alimentação, do arejamento dos quartos, da repartição das horas de refeição, de sono ou de brinquedos, dos exercícios, das primeiras noções e dos primeiros estudos e, ainda, das companhias e das coisas exteriores que cercam a criança.

Higiene e moral apareciam de modo combinado nos argumentos educacionais desses sujeitos. A importante guinada nesse discurso foi que, na passagem da Monarquia para República, cada vez mais, as crianças pobres recebiam uma atenção privilegiada. Nesse

sentido, as discussões do período começavam a apontar para necessidade de promover ações civilizatórias para esse segmento social. Isto é, “A criança pobre passa, então, a merecer discursos, reflexões, propostas de assistência, num universo em que, até então, somente as crianças das classes favorecidas economicamente recebiam atenção.” (RIBEIRO, 2006, p. 34).

Rui Barbosa (1947), por exemplo, ainda no Império, mas como interlocutor de uma República *que não tardaria*, interligava a ideia de educação da infância pobre à produção (VALLE, 1997; BOTELHO, 1999). Portanto, animado pelo progresso da indústria, da urbanização e da ciência, as novas gerações seriam capazes, pelo seu esforço intelectual, de criarem condições a partir do trabalho, elaborado racionalmente, um meio de vida digno dos novos tempos (BARBOSA, 1947). Ou seja, esse argumento se justificava da seguinte maneira: primeiro, o indivíduo devidamente oportunizado, potencialmente construiria, por meios concretos, sua sobrevivência; segundo, através do trabalho geraria lucro para o país na medida em que conseguiria, de forma inteligente e criativa, fomentar a economia nacional (COSTA; GALVÍNIO, 2013).

Para Dias Fernandes (1924a), se deveria proporcionar às crianças pobres o acesso à educação e à saúde como combinações de progresso. Sendo assim, percebemos que, na República, à questão da educação da infância pobre e a produção se somavam aos preceitos higiênicos, os quais basearam os argumentos e as práticas educacionais do período (VEIGA 2007; NAGLE, 2009). Diante desse argumento, Dias Fernandes (1924a, p. 09) problematizava a situação:

Como, de futuro, poderão trabalhar esses entinhos enfermiços, de pernas e braços tsysicos, ventres tufados de verminoses, sangue dissorado pelas maleitas, cerebro obumbrado pelas colamias, nervos, músculos e ossos comidos pela desnutrição?

Que cuidados logram no berço esses archanjos horríveis, predestinados a uma vida de inferno, na terra provida e pingue?

Ao nascerem, com a epiderme muito sensível, mingoam-lhes os bons agasalhos, que as aves, livres filhas da natureza, substituem com suas tépidas plumagens.

Nesse sentido, nossa pesquisa, assim como aquelas que inspiraram Gondra (2002) e Ribeiro (2006) em contextos distintos do nosso, sugere que a medicina foi utilizada como conhecimento autorizado para gerenciar os novos hábitos necessários às populações de baixa renda. Diante disso, os higienistas argumentavam que era preciso investir em cuidados com a

saúde da mulher e da criança, pois ambas estavam imbricadas no momento da gestação. Para as mulheres, os médicos prescreviam a necessidade de uma boa alimentação, de exercícios físicos e de cuidados específicos derivados da sua anatomia biológica (CARULA, 2012).

Esses intelectuais entendiam que a mulher saudável melhoraria a raça, pois, em seus ventres guardavam os futuros cidadãos brasileiros. Portanto, deveriam ser assistidas por serviços de maternidade, era o que reivindicava Dias Fernandes (1924a, p. 11):

[...] voltemo-nos para infancia, socorrendo-a desde o ventre materno, com cuidados que a hygiene, a prophylaxia, a bromatologia e a therapeutica põem ao nosso alcance, assegurando-nos o bem êxito, pela repetição das experiencias clinicas.

Deveríamos, pois, começar pela organização de um irreprehevel serviço de maternidade, onde fosse completa a assistência ás parturientes pobres, de quem recebêsemos o recém-nado na maior e mais provida ambiência de bem estar e conforto.

É possível perceber que, nesse momento, a raça, a higiene e o caráter nacional faziam parte de um discurso aglutinador, marcado pelo nacionalismo e cientificismo. Esses sujeitos, anunciadores de um novo tempo, acreditavam que era possível melhorar a estética corporal da raça e do caráter dos brasileiros, a partir de ações higiênicas voltadas desde a vida intrauterina. Portanto, com os devidos cuidados com a saúde das mulheres e das crianças pobres em conjunto com as ações educativas, em especial as praticadas nos espaços escolares e domésticos, possibilitaram que, na fase adulta, as crianças se tornassem adultos saudáveis e trabalhadores, revertendo riquezas para nação.

No ano seguinte, em 1925, Dias Fernandes continuava sua defesa em relação à higiene infantil, escrevendo n’*A União*, no dia 29 de outubro do ano mencionado, uma matéria sob o título de *Puericultura e hygiene infantil*. Em seu texto, apresentou os principais nomes que, no Brasil, estavam ligados aos projetos da assistência à criança, a saber: Dr. Mancorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro; Dr. Fernando Magalhães, fundador do hospital Pro-Matre e professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro – no mesmo ano, Dias Fernandes escreveu matéria intitulada *Um professor Pragmático*, tratando das ações de Magalhães em relação à higiene da mulher e da criança; Dr. Fernando Figueiredo, iniciador da higiene infantil no país; e o Dr. Germano Wittrock, médico brasileiro que havia se estabelecido na Alemanha. Segundo Carlos D. Fernandes (1925b), era preciso entender a puericultura sob os seguintes preceitos:

Chama-se puericultura o methodo scientifico de assistir á creanças humana, desde do seu nascimento, ou melhor dizer, no próprio estado fetal, de modo que seu desenvolvimento ocorra em condições propicias, que lhes assegure um curso da vida sadio e efficiente, desde a primeira infancia a plena maturidade (FERNANDES, 1925b, p. 01).

A infância, nesse sentido, era entendida como período de moratória, ou primeiro ciclo da vida que, ao transitar para fase adulta, precisava ser conduzida segundo princípios de uma boa alimentação, assistência médica, ginástica proporcional a sua estrutura física, educação escolar e incentivo às posturas morais e cívicas. A compreensão do critério de idade do sujeito humano é um saber proveniente da área médica-higiênica, que associava as etapas da vida biológica a funções sociais. A primeira infância era determinada entre um ano de idade até os sete anos, a puerícia ou segunda infância se estendiam dos sete anos até o quatorze e quinze anos (GONDRA, 2011).

Desse modo, a higiene pregada se integrava ao campo educacional dando mais legitimidade às argumentações que previam, para cada idade, uma correspondência entre o que ensinar e o que aprender em cada fase. Ou seja, a escola foi criando e incorporando saberes científicos de outras áreas como, por exemplo, pediatria e psicologia, para elaboração do que entendemos hoje sob a ideia de escola moderna: baseada na seriação, nas classes por idades, nos métodos homogêneos, na arquitetura que organizava e disciplinava o tempo e o espaço escolar (FERREIRA; GONDRA, 2007).

Conforme Ariès (1981), o fenômeno do universo infantil como conhecemos é histórico e profundamente marcado pelo advento da escola e das separações dos sujeitos por *classes de idade*. Essa organização ocorreu, inicialmente, nos colégios europeus a partir do século XVI. Antes, entre os estudantes não havia uma homogeneidade demográfica, sendo comum encontrar alunos de seis anos até dezoito anos em uma única classe. Ou seja, a distinção entre idades demonstrou uma conscientização na particularidade entre criança e juventude, indicando que, no interior dessas fases, existiam várias categorias. Sendo assim, no século XIX, essa concepção ganhava espaço nos argumentos educacionais incorporada de forma bem específica, principalmente, com a ascensão dos Estados nacionais, em que a escola foi um espaço privilegiado para formar as novas gerações (ARIÈS, 1981).

Para Dias Fernandes (1925b, p. 01), os conhecimentos oriundos da puericultura deveriam ser aliados da pedagogia, possibilitando a correção do corpo humano infantil não saudável:

A puericultura não só proporciona aos lactantes normaes meios hygienicos e salutaes de adolescencia, como ainda exerce sobre os anormais os seus engenhosos influxos, suavizando-lhes as penas e os defeitos de uma desharmonica estrutura physiologica, as vezes congenita.

Segundo Gondra (2011), desde o século XVIII, na Europa, começava a serem formuladas as primeiras teses científicas que elaboraram conhecimento sobre a vida humana dividida em etapas, enfatizando, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma concepção de padrão do desenvolvimento infantil e seus desvios. Nesse sentido, os casos que abordavam experiências extremas, como as chamadas *crianças-feras* e *homens-naturezas*⁵⁹, tinham como finalidade a correção do corpo e dos hábitos infantis, tratando a criança como um ser que precisava ser mediado pela educação e pelos procedimentos da medicina para se tornar um adulto civilizado (GONDRA, 2011).

Ou seja, os médicos da época acreditavam que o tratamento das crianças-desvios deveria seguir os procedimentos científicos em que a debilidade corporal e mental precisaria ser curada pela medicina e pela educação moral. Diante dessas ideias, a puericultura no Brasil se somava a outro elemento: a necessidade de corrigir os desvios da raça, que era atingida pelas condições de subsistência nas quais viviam a infância pobre. Continua Dias Fernandes (1925b, p.1): “Em nosso paiz [...] pelos entraves do analphabetismo, pela razoaria das endemias, pela instabilidade dos phenomenos meteorologicos, muito pouco se tem feito por esse instante problema da nossa raça.”. Os argumentos do intelectual foram no sentido de que os cuidados com as crianças deveriam ser uma preocupação também dos poderes públicos, pois os países que se encontravam num estágio de civilização mais avançado, já vinham investido na saúde de suas crianças, como sinalizamos no decorrer dessa discussão. Para tanto, Dias Fernandes (1925b, p. 01) citou o relato do Dr. Wittrock:

Acha ainda o dr. Wittrock que o augmento da população, para nós brasileiros, apresenta maior importância que para os países europeus, cuja população já é densa de si mesma; entretanto, a Allemanha, com sua douta organização estima na puericultura a base do seu soerguimento polilitico e economico. Isto porque o valor de um povo depende do numero de individuos nacionais fortes e sãos, que elaborem a sua riqueza, guardem e defendam as suas instituições, lhes assegurem a sua soberania.

⁵⁹ Gondra (2011, p. 88-89) cita alguns casos como: “[...] Jean de Liège, o menino-urso da Lituânia; Hesse, o menino-lobo, o menino-carneiro irlandês; a garota de Kranenburg; Peter, o Selvagem, de Hanover; e a menina selvagem de Champagne [...]”.

Ainda em *Infância proletária*, ao apresentar as crianças pobres da Paraíba, chamava atenção da platéia, ou seja, da alta sociedade paraibana, para necessidade de promover o cuidado desses pequenos, dizia o intelectual:

Eu poderia intitular este breve capítulo com esta rigorosa legenda – *Nosso Criminoso Descuido pelas Creanças* – mas, para não perder em larga generalização, quero apenas estreitar-vos a miséria domestica, physica e moral, em que agonizam as creanças pobres desses lares de colmo do Jaguaribe, Gramame, Cruz de Almas, Ilha do Bispo, Barreiras e Santa Rita, onde ficam os alfobres da nossa população operaria e rural (FERNANDES, 1924a, p. 08).

Podemos perceber similaridades entre os argumentos de Dias Fernandes (1924a) e de Moncorvo Filho que – anos mais tarde, na inauguração do edifício do Instituto de Proteção a Infância, no Rio de Janeiro, em 1931 –, indicavam para necessidade de atitudes intervencionistas no espaço doméstico dessas crianças. Segundo Gondra (2011), as medidas higiênicas pregadas pelo médico, bem como por outros intelectuais do período, produziram a desqualificação dos pais e autorização do Estado para educar a infância pobre do país:

Como se pode perceber, a condição social e diagnóstico médico acerca da pobreza fazem o limite da idade deslizar para baixo, autorizando com isso a entrada do Estado no domínio das casas, sobretudo das famílias pobres, descritas como ignorantes e incapazes. Representadas nesses termos, as famílias serão progressivamente desautorizadas a conduzir seus filhos. (GONDRA, 2011, p. 96).

Para esses intelectuais, a incapacidade dos pais das classes populares, a falta de instrução, a situação de precariedade higiênica como moradia e alimentação eram justificativas para ações intervencionistas do Estado. Nesse sentido, Rui Barbosa (1947) defendeu o Estado como interventor das questões sociais, citando Stuart Mill e sua obra *Da liberdade* (1859), a qual reconhecia que os poderes públicos, em frente às desigualdades sociais, teriam o dever e a capacidade para criar e manter instituições que promovessem a educação do povo, principalmente, em um país cuja população em sua maioria era de analfabetos, como era o caso do Brasil.

Essa noção estava afinada com os ideais positivistas da época em que Rui Barbosa (1947), imbuído das ideias de Comte, defendia o Estado positivo de direito (COSTA; GALVÍNCIO, 2013). Nesse sentido, chamamos a atenção para as afinidades entre Rui Barbosa, Dias Fernandes, Veríssimo e Moncorvo Filho, pois os discursos desses sujeitos se

voltavam para necessidade dos poderes públicos promoverem os cuidados com as crianças pobres. Ao termino dessa discussão, percebemos outro tema que atravessava a experiência intelectual de Carlos D. Fernandes: a mulher. Durante nossa investigação sobre a educação da infância proletária, a questão da relação entre mulheres e sociedade nos indicava a necessidade de aprofundar mais essa problemática, pois as mesmas ora apareciam como *damas protetoras* da infância pobre, ora como objeto do saber higienista da época. Sendo assim, no próximo capítulo, nos deteremos, especificamente, sobre o feminismo e o repertório de Dias Fernandes.

CAPÍTULO 4

O FEMINISMO: EMANCIPAÇÃO DA MULHER PELA CULTURA

E PELO TRABALHO

Eduque-se o ser humano sem distinção de sexo, faça-se com que mulher adquira aptidão legal e intellectual para o exercício de toda e qualquer profissão, de modo a pô-lo em pratica, sendo esse exercício necessário ou não havendo um impedimento material ou moral que a prive delle. Dê-se-lhe a aptidão necessária ao exercício de qualquer profissão; deixe-se que por si só escolha aquellas funções que mais possam aprazer á sua natureza, tendo porem plena capacidade legal para o exercício de quaesquer funções da vida social e política. (MOURA, 1913).

Mas o que é necessário não é apenas a educação. É que as mulheres tenham liberdade de experiência, possam divergir dos homens sem receio e expressar claramente suas diferenças (pois não concordo com Falcão Afável que homens e mulheres são iguais); que todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, com eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência. (WOOLF, 2012).

O título, deste capítulo, faz alusão à conferência proferida por Carlos D. Fernandes, em 1923. Sobre esse texto, Martins (1976) nos diz que ele foi publicado no jornal *A União*, no dia 27 de novembro de 1923. *O Feminismo*, assim como algumas produções de Dias Fernandes citadas nesse trabalho, foi formatado em livro e publicado pela imprensa da Paraíba do Norte⁶⁰. Martins (1976) ainda trás a ilustração da capa do referido livro, que destacava, em sua edição também de 1923, a seguinte informação: “Conferencia proferida na Escola Normal, como paranympho dos diplomados da Escola de Remington” (MARTINS, 1976, p. 205).

⁶⁰ No primeiro capítulo dessa dissertação, na seção “Impressos e o mercado editorial: estratégias de produção e circulação dos escritos de Carlos Dias Fernandes”, apresentamos um bilhete escrito em agradecimento, por uma professora da Escola Normal, para Dias Fernandes e também os locais de venda dos livros do intelectual, entre esses se encontra o *Feminismo*.

Esse escrito, em primeiro lugar, nos leva a duas constatações: uma delas é que as questões feministas atravessaram a atuação intelectual de Dias Fernandes, como é destacado no título da conferência, o levando a incluir, em seu repertório, a problemática, posta para sociedade, ligada aos movimentos feministas que ascendiam desde o século XIX, na Europa e Estados Unidos, mas também no Brasil, mesmo que, de forma mais tímida (RAGO, 1995; DUARTE, 2003; OTTO, 2004; FREITAS, 2009); a outra se refere ao dado de publicação do opúsculo, pois enfatizava que o referido texto correspondia a uma conferência proferida na Escola Normal e, desse modo, o aproxima da questão que vai ser, principalmente nas primeiras décadas do século XX, ligada a *feminização do magistério* (ALMEIDA, 2006)⁶¹.

Diante disso, ficamos, inicialmente, com o seguinte questionamento: como Dias Fernandes pensava a mulher e sua relação com educação e a sociedade? No capítulo passado, como vimos, o intelectual anunciou, ao lado das questões da higiene infantil, a necessidade de também higienizar o corpo da mulher. No entanto, que significado o feminismo assumia no seu repertório? Essas questões nos levaram a percorrer outras pistas que nos possibilitassem uma reflexão acerca dessa temática na sua atuação.

Sabemos, por exemplo, que, no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, o feminismo assumia várias perspectivas, do ponto de vista de um movimento que começava a ganhar espaço nos debates públicos. Segundo Otto (2004), em *Uma história do Feminismo no Brasil*, Celi Pinto indica, pelo menos, três tendências do feminismo no período aqui estudado, pensadas levando em consideração a gradação radical das suas ideais.

A primeira estava marcada pela presença da sufragista Bertha Lurtz, denominado de *feminismo bem comportado*, pois, não questionava as formas de opressão sofrida pelas mulheres (OTTO, 2004). Berta Lurtz, segundo Mendes (2008), lutava em favor da emancipação feminina através do voto, tido como forma de regeneração moral e política.

O segundo nomeado de *feminismo mal comportado* reunia diversas mulheres: intelectuais, anarquistas e líderes operárias. Essas, além da questão do político, defendiam o direito à educação e reconheciam a dominância masculina e questionavam, inclusive, a sexualidade e o divórcio (OTTO, 2004).

Por fim, o terceiro é chamado de *o menos comportado dos feminismos*, praticado pelas mulheres que se encontravam dentro do movimento anarquista e no partido comunista, teve

⁶¹ Sobre considerações do processo de institucionalização da Escola Normal, na Paraíba, ver o trabalho doutoral da professora Rosy Mary de Sousa Araújo (2010): *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*.

como uma das suas principais representantes Maria Lacerda de Moura (OTTO, 2004). Segundo Mendes (2008), mesmo Maria Lacerda de Moura não se denominando anarquista, preferindo ser identificada apenas como individualista, se aproximava desse movimento através das bandeiras políticas as quais levantava como a educação feminina, o anticlericalismo, a luta contra o fascismo e contra a guerra. Além disso, Maria Lacerda de Moura escreveu livros, artigos e proferiu conferências, tratando da emancipação intelectual da mulher e do amor livre (MENDES, 2008).

Ou seja, o lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade estava embasado, desde abordagens positivistas, como foi o caso do jornal o *Sexo Feminino*, no fim do século XIX (SILVA; NASCIMENTO; ZICA, 2010)⁶²; até as ligadas ao movimento operário das anarquistas feministas, nas primeira décadas do século XX, em São Paulo (MENDES, 2008)⁶³; e ainda estiveram disponíveis, na época, os modelos de representação feminina que circulavam na literatura brasileira, seja feita por homens ou por mulheres (RAGO, 1995, 2006; DUARTE, 2003; FERNANDES, 2004)⁶⁴. Ou seja, o feminismo da época era

⁶² O jornal *O sexo Feminino* foi basicamente produzido por mulheres, tendo como redatora Francisca Dinis. Esse impresso circulou principalmente no estado de Minas Gerais, mas, também existem registros desse periódico em Lorena (SP), Rio Preto (SP), além de permutas com jornais da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, de Madrid e Nova York. *O Sexo Feminino* tinha como finalidade abrir espaços para as mulheres brasileiras, elevando suas condições de *traste de casa*, para o pedestal de *rainhas do lar*, que se sustentava pelo argumento positivista, em voga na época, no qual a mulher teria como função social o trinômio: religião, instrução e nação (SILVA; NASCIMENTO; ZICA, 2010).

⁶³ Mendes (2008) cita, entre outros nomes de figuras femininas ligadas ao movimento anarquista: Isa Rutí, Martilde Magrassi, Maria de Oliveira, Josefina Stefani, Tibi e Maria Lacerda de Moura. Essas mulheres, sobretudo, escreveram em jornais do período, como: *A Terra Livre*, *A Plebe*, *A Revolução Social*, *O Internacional* e *O Amigo do Povo*. Entre as reivindicações presentes na escrita dessas mulheres, se pode incluir, segundo Mendes (2008, p. 02-03): “[...] o amor livre, a maternidade livre e consciente, a livre união, o exercício livre do sexo (vale ressaltar que as anarquistas observam o sexo como algo natural e benéfico, ao contrário do que colocava a moral burguesa) e a emancipação da mulher (moral, sexual, política, econômica, intelectual e cultural).”.

⁶⁴ Rago (1995) investiga os modelos de representação feminina em romances, de 1900 até 1932, sobretudo, escritos por mulheres: Elisa Teixeira de Abreu, Carmem Dolores e Lola de Oliveira. Em outro momento, Rago (2006) se debruça na literatura historiográfica, dos anos 1920 e 1930, escrita por homens, com a intenção de problematizar a identidade brasileira feminina, em que as mulheres presentes nas obras de: Paulo Prado, Gilberto Freire, Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Duarte (2003), de modo abrangente, busca nas trajetórias e diálogos das mulheres na literatura brasileira, pensar o movimento feminista no Brasil, desde as primeiras publicações da escrita feminista, como Nísia Floresta, no século XIX, estabelecendo um marco que inicia, segundo a autora, em 1830 com as reivindicações ligada ao direito de aprender a ler e escrever, passando por outros marcos importantes, e que agregam outras demandas, como os anos de 1870 e 1920 até chegar ao feminismo de 1970. O recuo histórico operacionalizado, por Duarte (2003, p. 02), é justificado a partir da seguinte inquietação: “A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentadamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-

caracterizado por uma pluralidade de feminismos e entendemos que essas ideias, em especial, no que tange às primeiras décadas do século XX, não foram homogêneas, convidando a sociedade a incluir, na agenda política da época, o debate sobre qual deveria ser o papel exercido pela mulher.

Ainda sobre a participação feminina na vida pública da Primeira República, Carvalho (2011) sugere que foi praticamente nula a participação da mulher na vida política, contrapondo duas representações de mulheres que estiveram disponíveis no imaginário brasileiro da época. A primeira imagem feminina estava ligada à alegoria clássica da República, com inspiração romana: “Da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república” (CARVALHO, 2011, p. 75). Contudo, a forma de representar a mulher passa por várias transformações no imaginário europeu da época, ora aparecendo a mulher belicosa e radical, ora a maternal e protetora (CARVALHO, 2011).

No Brasil, a imagem feminina, segundo Carvalho (2011), teve respaldo principalmente entre os positivistas em que, seguindo a concepção de Comte, a mulher representava o símbolo da humanidade, encarnada na figura da sua amada Clotilde de Vaux. Logo que se instalou a República, ainda conforme Carvalho (2011), começaram as primeiras críticas ao regime, em especial, veiculadas em revistas e jornais, entre esses, por exemplo: *Revista Illustrada*, *O Mequetrefe*, *O Malho*, *Fon-Fon* e *O Gato*. A imagem da mulher que aparecia buscava depreciar a *República que não foi* e, desse modo, a alegoria feminina estava representada: em algumas edições pela mulher jovem e inocente, em outras pela mulher madura e debochada que havia se corrompido e se tornado mulher da vida; ainda em outros casos, aparecia como a ama-de-leite, ou vaca leiteira que alimentava políticos e funcionários públicos, ou como a mulher moribunda que não conseguia se erguer. Diante disso, Carvalho (2011) sugere que a imagem feminina no Brasil correspondia ao próprio imaginário disponível na época, em que as mulheres estavam ausentes nas manifestações políticas ao contrário, por exemplo, da França, e conclui: “Os obstáculos ao uso da alegoria feminina eram aparentemente intransponíveis. Ela falhava dos dois lados – do significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual

se como feminismo apenas os movimentos articulados de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado à nota de rodapé”. Fernandes (2004) se dedica, em especial, à obra de Lima Barreto, no início do século XX, buscando identificar, nas suas crônicas, as representações do feminino.

inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística.” (CARVALHO, 2011, p. 96). Diante dessas questões, as quais trazem à baila o papel da mulher na sociedade, este capítulo, por um lado, busca problematizar tais generalizações como as realizadas por Carvalho (2011), evidenciando, através da escrita feminina, que as mulheres também se inscreveram na vida política no Brasil, mas especificamente, na Paraíba. E, por outro, objetiva compreender como Carlos Dias Fernandes incluiu, em seu repertório, a questão feminista.

Para compreender essa temática na atuação de Dias Fernandes, lançamos o olhar em fontes como matérias e folhetins d’*A União* que tratavam, mais explicitamente, do universo feminino e veiculavam modelos de mulheres, levando em consideração que as publicações do periódico passavam pela sua atribuição de diretor, portanto, pela sua autorização. Também, buscamos em seus escritos imagens de mulheres e, a partir disso, possíveis conexões com as ideias feministas da época, sobretudo, no que se refere à educação, como o romance *A Renegada* (1908), a conferência *Associação de Protecção aos Animais* (1914b), *A Gymnastica* (1916e), o opúsculo *Vegetarianismo* (1916g) e *Infância Proletária* (1924a).

4.1 CARLOS D. FERNANDES E O FEMINISMO NA PARAHYBA DO NORTE: OS DIRETOS DA MULHER

Em 1908, Dias Fernandes publicou *A Renegada*, o seu primeiro romance de projeção nacional, segundo Satyro (1964) e Gomes (1989). *A Renegada* foi escrito ainda na sua estadia no Recife, quando concluiu o curso de direito naquela capital, cuja protagonista era uma mulher que rompeu com os padrões de família da sua época. Helena, a personagem principal, viveu no colegial uma relação lésbica com sua professora, depois se casou, obrigada pelo pai, com um homem mais velho, cometeu adultério, abandonou o marido, terminando os seus dias sozinha na Itália, ressentida com sociedade e com a sua vida.

Com uma narrativa bastante similar, sobre experiência feminina que busca viver seus amores em detrimento de uma sociedade que prescrevia a vida doméstica e religiosa, encontramos n’*A União*, como anunciado no capítulo anterior, o folhetim do romance *Ana Karênina* de Leon Tolstói. Esse folhetim foi o primeiro a ser publicado na ocasião em que Dias Fernandes assumiu a direção do periódico oficial. A personagem que deu o nome ao escrito também cometeu adultério e fugiu para viver uma história de amor ao lado de um militar russo em ascensão, abandonando o marido e o filho. A protagonista terminou

enlouquecendo pelas pressões sociais e cometeu suicídio se jogando na frente de uma locomotiva⁶⁵.

Conforme Cipriano (2010), a Paraíba viveu, nas primeiras décadas do século XX, a desconfiança masculina em relação a fidelidade da mulher, constantemente retratada na imprensa “[...] por homens que tratam dessa questão, pode-se dizer que um discurso masculino fará da infidelidade feminina uma das práticas mais nocivas entre os males sociais: a degeneração da família, a desonra masculina, o desvirtuamento dos filhos, futuros cidadãos e, por sua vez, a destruição da Pátria, a partir de uma traição generalizada.” (CIPRIANO, 2010, p. 164).

As obras de Dias Fernandes e Tolstói, as quais circularam no cenário paraibano, sugerem mulheres que sofreram pressão social para conseguir viver seus desejos amorosos, seja uma mulher que foi tomada por ressentimento, seja pela loucura que levou ao suicídio. Aluisio de Azevedo, em carta para Dias Fernandes, na época de publicação d’*A Renegada*, discordou desse modelo feminino veiculado, sugerindo que a personagem principal deveria renegar a sociedade que a oprimia, para viver intensas felicidades sem as amarras convencionais:

[...] a sua heroína sem aquella macula... com a amiga, e ficaria mais consolado se Ella triumphasse afinal sem o socorro da herença do marido, vencendo só com o esforço e fazendo-se mulher feliz ao lado de um homem que a amasse sem convenções de casamento, nem de sociedade, ou ao lado dos amantes que lhe creassem uma felicidade amaldiçoada por todos, mas abençoada por Ella. Se o casamento, quer dizer do adultério, lhe tivesse vindo um filho, a victoria della seria ainda mais interessante. (FERNANDES, 1914, p. 01).

Ou seja, o feminino, no romance de Dias Fernandes, corresponde à sociedade que a puniu, ora pelas leis da ciência e da igreja, ora por sua própria consciência que não deixava escapar do sentimento de culpa por ter transgredido a norma.

Ainda é preciso levar em consideração os veículos dessas informações. O romance de Dias Fernandes foi publicado pelo editor Manoel Nogueira de Sousa, no Recife, e circulou em forma de livro. Isso, de certa forma, significa que não alcançou um número tão alto de

⁶⁵ O suicídio feminino, no século XIX, foi um tema retratado em outras obras na literatura russa, como, por exemplo, em *Uma criatura Dócil* de Dostoiévski, no qual o autor apresenta em sua narrativa o suicídio de uma mulher que não suporta ser perdoada pelo marido após cometer adultério. Aqui, ainda é importante destacar que encontramos citações de Dostoiévski em alguns escritos de Carlos Dias Fernandes.

leitores, como era o caso dos jornais que tinham uma circularidade mais abrangente e cotidiana (MOREL; BARROS, 2003; CAMPOS, 2012).

Quem poderia ter lido o livro? Sabemos, em princípio, que o índice de analfabetismo naquele momento era bastante alto e que, por exemplo, as mulheres escolarizadas ainda eram uma classe mais diminuta do que a dos homens. Entretanto, mesmo as mulheres que sabiam ler, muitas vezes, estavam sob a tutela de suas famílias, as quais lhes diziam o que deveria ser lido. De modo geral, sobravam para essas moças, as escrituras sagradas (ALMEIDA, 2006), contudo, isso não sugere que as mulheres não tiveram contato com essa obra, mas, acreditamos que *A Renegada* foi um romance lido, em sua maioria, por homens. Segundo Satyro (1964) e Gomes (1989), o romance causou certo incômodo social na época. Para Satyro (1964), essa questão tocava na necessidade que Dias Fernandes tinha de ser polêmico. Para nós, os argumentos do seu interprete são bastante simplistas, pois, mais uma vez, não considerou o contexto no qual Dias Fernandes estava inserido, o tratando como um intelectual que fazia uso da sua posição de destaque para criar polêmicas sociais.

Esse foi um momento em que a mulher começava a sair dos espaços domésticos para ocupar lugar na vida pública, principalmente, das capitais brasileiras em fase de modernização. Portanto, argumentamos que é preciso compreender as ideais e atuação de Dias Fernandes dentro dessas relações sociais. Diante disso, as práticas de mulheres que subvertiam a ordem social começaram a ser uma preocupação constante da sociedade conduzida por homens, que criavam analogias entre a infidelidade feminina e a educação recebida pelos seus filhos, corrompendo a vida social e política:

As tensões sociais se exacerbam no período em que a mulheres ganham visibilidade nos espaços públicos, ao mesmo tempo em que crimes passionais começam a ser questionados. Assim, o labirinto em que se inscreveram as sutilezas dos jogos de sedução daqueles antepassados e os discursos regidos pela moralidade de então, extravasava os limites do matrimônio. O desejo manifesto de condenar mulheres traidoras e atitudes de políticos considerados infiéis, no contexto das sociabilidades modernas, denuncia a complexidade do tema. (CIPRIANO, 2010, p. 166).

Segundo Cipriano (2010), os homens que escreviam sobre a infidelidade da mulher usavam episódios da história brasileira, como o caso do adultério da princesa Carlota Joaquina, para moralizar as práticas femininas a partir de *Lições de história*, sugerindo que a traição do marido contaminaria também a nação republicana. É possível dizer que, na Paraíba, as discussões em torno do lugar da mulher na sociedade, começavam a ganhar importância no

imprensa da época. Discordamos, parcialmente, de Carvalho (2011), quando diz que não existia imaginário feminino nesse período devido ao fato da quase nula inserção da mulher na vida pública. Se, por um lado, poucas foram as mulheres que participaram das discussões políticas em curso, por outro, concordamos com Cipriano (2010), que relaciona os modelos femininos negativos como infiéis e prostitutas, fazendo parte de um contexto republicano conservador que aglutinava: política e normatização das mulheres.

O ano de publicação do folhetim *Ana Karênina* na *'A União'* foi também marcado pela divulgação do texto, na íntegra, da primeira mulher conferencista do estado. Catharina Moura proferiu *Os Direitos da Mulher*, no ciclo de conferências da Universidade Popular⁶⁶. Isso nos indica que as questões femininas não estavam apenas no discurso moralizador em relação à infidelidade, mas, que, o jornal também estava preocupado em mostrar a mulher assumindo lugares importantes na vida pública e política do estado. *Os Direitos da mulher* foi um título que correspondeu a diversos escritos de mulheres no século XIX e início do século XX (DUARTE, 2003; ADAMS, 2012; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). O primeiro livro publicado por Nísia Floresta, em 1832, denominado de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* é ressaltado por Duarte (2003, p. 04) da seguinte maneira:

Este livro, inspirado principalmente em Mary Wollstonecraft (Nísia declarou ter feito uma 'tradução livre' de *Vindications of the Rights of Woman*), mas também nos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie, e nos famosos artigos da 'Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã', de Olympe de Gouges, deve, ainda assim, ser considerado o *texto fundante* do feminismo brasileiro, pois se trata de uma nova escritura ainda que inspirado na leitura de outros. Pode também ser lido como uma resposta brasileira ao texto inglês: nossa autora se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as idéias estrangeiras e a realidade nacional.

Catharina Moura (1913) também buscou dialogar com as conquistas femininas que estavam ocorrendo em outros países, sugerindo que estava atenta aos impactos ocasionados pelo movimento. Moura (1913) afirmava que seus conhecimentos condiziam com os jornais e livros, que lhe traziam as notícias sobre os progressos ocasionados pela emancipação política da mulher, lidos por ela. O tema proposto por Moura (1913) estava ligado, principalmente, ao

⁶⁶ Machado, Nunes e Mendes (2013) ressaltam que Moura publicou, pelo jornal *A União*, crônica assinada com o pseudônimo de *Paraguaçu*, e contribuiu também para outros jornais locais com artigos intitulados de *Vocação natural da mulher*, *Sublime missão da maternidade*, *Ambientes degradados* e *Trabalho fora do lar*.

debate em torno do voto feminino e, por isso, elencou vários países que, naquele momento, tinham reconhecido a capacidade política das mulheres, lhes concedendo o direito ao voto como: Estados Unidos, Finlândia, Noruega, Suíça, Inglaterra, Dinamarca, Áustria e Oceania. Moura (1913) ainda destacava o progresso desses países derivado do fator educacional e o exercício das profissões de professora e de outras, que, no Brasil, só estavam sendo ocupadas por homens: “Ali exerce Ella todas as profissões. Há milhares e milhares de medicas, advogadas e engenheiras, as universidades estão cheias de mulheres e muitas representantes do sexo fraco desempenham os cargos de juiz de paz e outros de elevada responsabilidade.” (MOURA, 1913, p.2).

Outro ponto que identificamos como importante na atuação de Catharina Moura (1913) foi a negação que a mesma fez quando, mesmo sendo entusiasta do movimento feminista, não se colocou conforme esses ideais:

Quero apenas prevenir-vos, para que não esperei muito de mim na defeza da causa que aqui me traz. Dizer-vos que não sou infelizmente uma feminista; que apesar de não ter tido eu em nenhuma epocha da existência o apoio de um braço masculino e ter, portanto, conhecimento por experiência o quanto é útil, o quanto é necessário a elevação feminina pelo trabalho de qualquer natureza, não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente batem pela elevação, pela emancipação do seu sexo. (MOURA *apud* MACHADO; MENDES, 2013, p. 82).

Nesse sentido, é preciso compreender a postura de Catharina Moura diante do cenário paraibano da época, a Primeira República, o registro de participação feminina nos espaços públicos, especialmente, os de intervenção intelectual, como é caso dos jornais e reuniões públicas, ainda eram escassos (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). Segundo Abrandes (2010) só é possível visualizar uma participação crescente de mulheres escrevendo na imprensa paraibana a partir dos anos de 1920, o que nos leva a corroborar Machado, Nunes e Mendes (2013), quando enfatizam que Catharina Moura teve seu valor de pioneirismo. Acreditamos que essa é uma pista para compreendermos o porquê da postura de Moura (1913), em relação ao feminismo. No entanto, sua conferência foi anunciada pela *A União*, no dia seguinte, após sua conferência da seguinte forma:

O movimento feminista que nos grandes centros nacionais vai tendo accentuação brilhante, num esforço intellectual dos proprios elementos, pondo em evidencia o valor mental e a tempera de combatividade de muitas mulheres illustres, teve domingo um verdadeiro sucesso nesta capital [...] A’

1 1/2 hora da tarde no Theatro Santa Roza estava cheio. Pelos camarotes, repletos, viam-se famílias as mais distintas do nosso meio, notando-se pelas galerias e cadeiras, compactas, o que esta cidade possui de mais representativo da imprensa, nas artes, na advocacia, no commercio, no magistério, etc. (UNIVERSIDADE POPULAR, 1913, p. 01).

Diante disso, é possível compreender essa situação a partir de duas constatações. A primeira que o jornal, órgão oficial do governo do estado, tinha interesse em colocar em pauta as questões que embalavam as movimentações feministas, anunciando em suas páginas que a Paraíba também incluía na sua agenda política a questão da mulher, mostrando seu envolvimento com os acontecimentos do mundo moderno, portanto, nada mais estratégico que uma mulher colocada em lugar de destaque. A segunda nos faz pensar a postura da conferencista que, por não se mostrar aderente ao feminismo, mas, entusiasmada pelo mesmo disse:

[...] não sou dessas mulheres admiráveis que affrontam impávidas os risos de escarneo, pesadas ironias, os malevolos dichotes com quem mimoseiam os ferozes inimigos do progresso feminino, aquelles que, ou por temerem a competencia do sexo que chamam fraco ou por não querem que lhes fuja o império até aqui exercido sobre elle, lutam com o ridículo, a mais vil de todas as armas, para todo o custo conserval-o. (MOURA, 1913, p. 01).

Portanto, para nós, Catharina Moura (1913) se protegia de possíveis críticas posteriores, pois estava num lugar de evidência, que não foi ocupado por nenhuma mulher paraibana até aquele momento, onde estudantes, intelectuais, políticos e as famílias da alta sociedade paraibana se encontravam. Ainda é importante pensar que essas mulheres escreviam numa determinada sociedade, início do século XX, em um contexto que ainda não havia lhes assimilado por completo, período de lutas como o direito ao voto, acesso à educação, o divórcio, entre outros (OTTO, 2004; DUARTE, 2003). Nesse sentido, podemos compreender o peso que pairava sobre suas cabeças quando escreviam e, mesmo no feminismo *mais bem comportado*, usando analogia de Otto (2004), é preciso as pensar como mulheres que estavam rompendo com um padrão da época, quando se lançavam dos espaços intelectuais masculinos, sobretudo, jornais e outros lugares de sociabilização como as Universidades, as Escolas Normais, as livrarias, as cafeterias, as conferências, entre outros (DUARTE, 2003; ALMEIDA, 2006). Sobre esse assunto, Virginia Woolf (2012) foi bastante elucidativa, quando ao tratar da sua experiência de escritora, em uma conferência para

mulheres operárias na Inglaterra, na Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, em 21 de janeiro de 1931, relatou:

Foram duas as aventuras de minha vida profissional. A Primeira – matar o Anjo do Lar – creio que resolvi. Ele morreu. Mas a segunda, falar abertamente sobre minhas experiências do corpo, creio que não resolvi. Duvido que alguma mulher já tenha resolvido. Os obstáculos ainda são grandes – e muitos difíceis de definir. De fora, existe coisa mais simples do que escrever livros? De fora, quais os obstáculos para uma mulher, e não para um homem? Por dentro, penso eu, a questão é muito diferente; ela ainda tem muitos fantasmas a combater, muitos preconceitos a vencer. Na verdade, penso eu, ainda vai levar um tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez?”(WOOLF, 2012, p. 17).

Para Machado, Nunes e Mendes (2013), a conferência de Catharina Moura se mostra como uma incógnita, tanto pela sua postura como também pelo meio social no qual pronunciou suas ideias, e problematizam: “[...] o discurso da educadora Catharina Moura se constituía uma voz isolada no cenário da Primeira República na Paraíba do Norte? Qual interesse intelectual e político em inserir a referida temática no elenco das conferências da Universidade Popular?” (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013, p. 23). O contexto estudado nos indica que a Paraíba, apesar de católica e arcaica, como mencionou José Lins do Rego (SATYRO, 1964; MARTINS, 1976), começava a dar seus primeiros sinais de modernidade, período que marca a chegada de Carlos D. Fernandes⁶⁷ e as políticas educacionais e intelectuais incentivadas, em especial, pelo governo Castro Pinto e seus subsequentes (TRIGUEIRO, 1982, ESPINDOLA, 2012). Essa atmosfera abarcava, entre outras manifestações, as lutas das mulheres pela igualdade de direito.

Sugerimos que a temática do feminismo não estava localizada apenas nos países centrais, ou nas grandes cidades brasileiras, mas, que o jornal *A União*, na Paraíba, também estava em sintonia com essas tendências. Ou seja, mesmo incipiente do ponto vista do Rio de Janeiro e São Paulo, em que se começava a sentir as conturbações que os feminismos iriam

⁶⁷Duarte (2003) menciona que, no fim do século XIX, a revista *A mensageira* de cunho feminista publicizou, para seu público de leitoras, a iniciativa do jornal *O Diário Popular*, que, também naquele momento, se tornava um aliado das questões femininas. Ressaltamos que, nesse período, Carlos D. Fernandes iniciava sua carreira de jornalista do referido periódico paulistano. Desse modo, o contato com as questões do movimento não eram novidade para o intelectual, mesmo que, na Paraíba, no início do século XX, fosse o momento das primeiras manifestações.

provocar nas estruturas tradicionais da sociedade, a Paraíba se inseria no debate sobre a mulher.

Em relação à aproximação de Dias Fernandes e Catharina Moura, podemos referenciar o *micro-clima* de formação no ensino superior. Segundo Sirinelli (2003) é justamente nesses locais onde se constituem as afinidades e sensibilidades para o despertar intelectual e político. Ambos estudaram direito na Faculdade de Direito do Recife no mesmo período. Contudo, é preciso ressaltar que Catharina Moura foi a única mulher a se formar naquela instituição, numa turma de 48 bacharéis, sendo 13 paraibanos, entre eles Carlos D. Fernandes (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013).

Outra indicação dessa aproximação foi a Associação de Proteção aos Animais da Paraíba, que teve como fundadora a mãe da Catharina Moura, a educadora paraibana Francisca Moura (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). Carlos D. Fernandes foi um sujeito muito ligado a essa causa, como já anunciamos neste trabalho, e sua relação com a referida associação extrapolou a conferência de abertura, assumindo pra si a missão de ser o *Quixote dos burros* (FERNANDES, 1924a). O jornal *A União* trazia, em suas edições diárias, várias denúncias de maus tratos aos animais que aconteciam na capital paraibana. No ano de 1917, Dias Fernandes encabeçou a campanha em favor da criação de uma lei municipal para os proteger dos seus agressores, denominado pelo intelectual como *incivilizados e moleques de rua* (PROTECÇÃO..., 1917). Na conferência de abertura da associação, Dias Fernandes (1914b) apelou para o público feminino por entender que, devido à sensibilidade das mulheres, essas deveriam ser os agentes civilizadores da bondade:

Vós, minhas senhoras, que sois os anjos custódios dos nossos lares; que embalaes o berço da infância com as vossas doces cantigas; que suavizaes com vossas preces o espetaculo tétrico da morte; que mantem a unidade da familia pelo culto dos antepassados; que acalentaes no vosso carinho a debilidade dos velhos e das creanças; que fechaes com vossas mãos as chagas dos vencedores e dos vencidos; que fechaes com vossos dedos as pebras dos moribundos [...] interponde connosco o gentil valimento do vosso grande prestigio em face dos poderes publicos desta cidade, afim de que os nossos animaes domésticos, aquecidos na vossa lareira e obrigados no vosso tecto, os nossos companheiros communs de tantas incertezas transactas, mais nunca sejam aqui martyrizados com a virtual sancção do vosso criminoso silencio. (FERNANDES, 1914b, p. 01).

A imagem de mulher, pintada por Dias Fernandes (1914b), não é a mesma referenciada por Catharina Moura (1913), o que nos indica, mais uma vez, a necessidade que

a mesma teve em não mostrar radicalidade em seu discurso. Contudo, as duas posturas diante do universo feminino em pauta não são excludentes. Catharina Moura (1913) representava a mulher com plenas capacidades intelectuais, podendo exercer qualquer profissão no mundo do trabalho, mas essa premissa não excluía a natureza materna da mulher:

Conveniente educada para o lar como para vida publica, para o sagrado aconchego da familia como para luta social ou política pela existência, poder-se-a, sem temor alargar o circulo de seus direitos, igualal-os aos do homem ampliar a sua atividade; fazer ao sexo fraco as concessões feitas ao outro sexo, sem que isto traga á sociedade ou á familia mais que incalculáveis benefícios (MOURA, 1913, p.2)

Portanto, o discurso de Catharina Moura (1913) nos indica afinidades com a mulher, civilizadora da bondade, apresentado por Carlos D. Fernandes (1913). O suporte em que as duas conferências circularam, o jornal *A União*, é um ponto bastante elucidativo, pois, se trata de um periódico oficial e, portanto, precisava ter coerência sobre as ideias propagadas. Além disso, se tratavam de conferências públicas, esses espaços eram locais de manifestações cívicas, o que nos faz pensar que reuniam, sobretudo, jovens da elite paraibana e normalistas, haja vista que Catharina Moura e sua mãe, Francisca Moura - fundadora da Associação de proteção aos Animais -, eram professoras da capital, e também pelo fato de Dias Fernandes e Catharina Moura terem feito referência enfática ao público feminino.

Almeida (2006) nos lembra que a educação das mulheres estava atrelada aos princípios de base humanista cujos respaldos podem ser atribuídos a autores como Comenius e Rousseau, os quais pregavam uma educação que deveria afirmar o pacifismo e a bondade natural das crianças. Sendo assim, a questão dos maus tratos dos animais reafirmava esses preceitos em dois sentidos complementares: educação da mulher e da infância. Ou seja, a mulher teria uma *destinação natural* “[...] para se incumbirem em modelar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade.” (ALMEIDA, 2006, p.75). Nesse sentido, quando Carlos D. Fernandes (1914b) conclamou as damas paraibanas para assumirem, diante da sociedade, o papel de protetoras e cuidadoras dos desvalidos, reafirma que essas são, por excelência, possuidoras desses sentimentos, ficando, ao seu cargo de agente civilizador, zelar pelas crianças, pelos velhos e também pelos animais.

Na manifestação artística ligada ao Instituto de Proteção Assistência a Infância, em 1917, mencionada no capítulo passado, *A União*, ao veicular a matéria, também corroborava a

imagem de mulher pregada pelo seu diretor, na conferência sobre os animais, ressaltando os seguintes atributos para a idealizadora do festival, Maria da Penha:

[...] é um dos raros typos de menina educada e inteligente, se tornando ainda mais apreciável por ser dotada de um coração bondoso e philanthropico, virtude essa que patenteia innocentemente, prodigalizando generosidade e carinhos á infancia desafortunada de nossa terra. (PELA INFANCIA..., 1917, p. 01-02).

O referido festival contemplou dois momentos: “[...] a primeira cinematographica, com a projecção de *films* delicados e d’actualidade; a segunda será no palco com a exhibição de varias senhoritas em recitativos, monólogos, cânticos, uma ligeira comedia e outros números attractivos.” (PELA INFANCIA..., 1917, p. 02).

Desse modo, *A União*, seja pela assinatura do seu diretor ou em outras matérias, reforçava, para a sociedade paraibana, os atributos femininos aceitáveis, quais sejam: bondade, generosidade e inteligência. Diante disso, concordamos com Cipriano (2010) e inferimos que havia, pela necessidade de afirmação e reforçamento dessas características, certo receio em disponibilizar, para as moças paraibanas, outros modelos ligados ao movimento feminista mais radical, inspirados nos *feminismo mal comportado* e *menos comportados dos feminismos* (OTTO, 2004).

No bojo dessas prescrições, em 1 de setembro, de 1920, *A União* publicou uma nota explicativa em conjunto com o folhetim, *A Poesia do Bê*, informando aos seus leitores que esse conto foi transcrito do *Jornal do Comércio* do Recife, cuja autoria era da jovem, de 17 anos, Laura Pêsoa. Dizia o jornal: “[...] mimoso conto *A poesia do bê*, da lavra da gentil senhorita Laura Pêsoa [...] embora bastante culta, não faz profissão de escrever.” (PÊSSOA, 1920, p. 01). Desse modo, o jornal sugere que Pêsoa era uma jovem condizente com os padrões femininos aceitáveis para época: inteligente, porém não subversiva. No percurso da nossa pesquisa, esse foi o último folhetim que encontramos n’*A União* sob a direção de Carlos D. Fernandes, e ainda destacamos que foi a segunda mulher ter seu texto divulgado no periódico.

A poesia do bê conta a história de uma menina do seu tempo, Rosetta, que sonhava em se casar com um poeta. Sua mãe, D. Maria, a aconselhava que o melhor casamento que uma cristã poderia realizar era com um jovem trabalhador e de bom caráter. A menina conheceu João, um modesto médico, que exercia a profissão com amor e civismo, além de cuidar dedicadamente de seus pacientes, muitas vezes pobres, sustentava a mãe e as irmãs

depois do falecimento do pai. No primeiro momento, Rosetta ignorou João, pois, sonhava com um amor que fosse romântico e o jovem rapaz lhe parecia muito rude. No segundo momento, para finalizar a história, Rosetta percebeu o bom coração de João, entendeu que estava apaixonada por ele e marcam casamento: “Rosetta, sentia-se agora na obrigação de lhe dar; custasse o que custasse ao seu orgulho, queria ser junto a ele o instrumento feliz do Divino.” (PÊSSOA, 1920, p. 01).

Desse modo, a narrativa sugere que a moça tentando romper com os padrões da época, buscando decidir quais seriam as regras para amor e para casamento, mesmo que sua postura nos pareça ingênua e bucólica, termina percebendo que sua mãe tinha razão e resolve se casar com o jovem cujos atributos eram desejáveis socialmente. Segundo Rago (1995, p. 28) foi na literatura, em especial, que as mulheres desse período “[...] encontram espaço para expressão de seu modo de pensar e um meio de participação na esfera pública [...]”. Contudo, Rago (1995) adverte que, em se tratando da escrita feminina do período, é preciso ressaltar que essa não foi homogênea, assim, como as próprias tendências dos feminismos. Isso, de certa forma, nos indica que o modelo bem comportado, não foi assumido por todas as mulheres nos espaços públicos, fazendo com que *A União* buscasse disponibilizar para sociedade paraibana o comportamento feminino intelectualizado, mas não mal comportado (OTTO, 2004).

Nesse sentido, podemos, em um primeiro momento, entender que o fato dos jornais como o *Jornal do Comércio*, do Recife, e *A União*, da Paraíba, terem aberto o ambiente para uma jovem escrever em suas folhas, indica que as mulheres estavam ganhando espaços nesse meio de comunicação, mesmo que se possa questionar o conteúdo veiculado, que reforçava a submissão dessas moças à família, à igreja e ao amor à pátria, praticando o civismo para a população pobre. Em segundo momento, isso nos sugere que as mulheres também liam o periódico e, portanto, a necessidade de se criar nas edições um atrativo para esse universo.

Abrantes (2010) observa que foi no mesmo período que a revista *Era Nova*, por não ter uma imprensa feminina paraibana, reservou, em suas edições, um número significativo de artigos escrito por mulheres e de interesse do público feminino:

Papel *couché*, muitas fotografias, a maioria delas de jovens pertencentes à “boa sociedade”, inclusive que tendo quase sempre uma delas ornando a capa da Revista. Sutilezas na diagramação, como tipos de letras diferentes, um pouco de cor, pequenos detalhes como laços flores, decorando as bordas das páginas e retratos. Toque de delicadeza e elegância que se constituíam como signos de requinte e cuidado, comumente atribuídos ao gosto feminino. Não há dúvidas que a *Era Nova* intencionalmente procurava

cativar este público, o que vai se confirmando nas cartas de leitores e fazendo sugestões, nas fotos publicadas que trazem inclusive uma dedicatória aos editores, nos textos e seções permanentes assinados por mulheres (ABRANTES, 2010, p. 92-93).

Segundo Gomes (1989), Carlos D. Fernandes também colaborou com a referida revista, que não se diferenciava dos argumentos em torno da mulher publicados n' *A União*, contudo, a revista agregou uma maior participação de mulheres escrevendo em suas páginas. Nesse sentido, como menciona Abrantes (2010), a partir dos artigos de Eudésia Vieira e Analice Caldas, o tom feminista da revista também não era inflamado, a primeira escritora criticava as mulheres fúteis e as feministas radicais, buscando conciliar a mulher do passado com a *nova mulher*: “Sem romper com os caracteres do *bello sexo*, mas confirmando a necessidade de uma autonomia em seu comportamento face às mudanças da época [...]” (ABRANTES, 2010, p. 102). A segunda se aproxima mais dos discursos feministas acirrados, mas apenas *De Leve*, como sugere o título do seu artigo: “A construção de uma emancipação feminina baseada não só no cultivo intelectual e na administração da vida doméstica, demonstram sua face, ainda que ‘tímida’, na Paraíba do início do século XX.” (ABRANTES, 2010, p. 107-108). Sendo assim, as mulheres não estavam mais restritas apenas ao mundo doméstico e, nesse sentido, era preciso lhes prescrever regras e condutas morais, muitas vezes, assumidas nos seus próprios discursos, que, ao transitarem nos espaços públicos, não se rebelassem contra a família, a igreja e o Estado.

N' *A União*, predominou a escrita masculina, mesmo que esses tratassem das questões da mulher como em *É a mulher inferior ao homem?*, publicada em 1 de fevereiro de 1920, com autoria de Mario de Lima, que discutia as questões das condições cognitivas do sexo feminino⁶⁸. Lima (1920, p. 01), a partir dos estudos do antropólogo e sociólogo Jean Finot, argumentava:

Quando estudamos a mulher, sob o ponto de vista científico, escreve Finot, verificamos que nem a biologia, nem a psychophysiologia justificam, de forma alguma, o abysmo intellectual e moral que devia separa-los. Tudo se reduz a *dessemelhanças na igualdade*.

⁶⁸ No mesmo ano em que escreveu Mario de Lima, 1920, por exemplo, Virginia Woolf (2012) retomava o assunto no jornal inglês *New Statesman*. Woolf (2012) escreveu uma carta para o referido periódico, instigada pela coletânea de ensaios publicados, em outubro daquele ano, por Arnold Bennett: *Nossas mulheres: capítulo sobre a discórdia entre os sexos*, o qual referenciava a inferioridade intelectual das mulheres em relação aos homens (WOOLF, 2012).

As separações implacáveis deveriam marcar o valor respectivo de dois sexos, se reduzem quasi sempre ás condições divergentes se sua atividade.

Em *O feminismo dos Estados Unidos*, escrito por Plácido Barbosa e publicado em 13 de maio de 1921, o autor criticava os abusos das manifestações feministas naquele país. Segundo Barbosa (1921, p. 01):

Estas feministas daqui querem, verdadeiramente, fabricar um novo homem e até uma nova raça, a seu modo de accôrdo com seus principios. Como todo feminismo, este tem a sua origem primeira num sentimento de revolta contra o homem. Sentimento falso sem duvida, porque nas sociedades civilizadas o homem não faz nunca outra coisa se não prezar a mulher, e o progresso da humanidade não tem sido feito senão abrangendo maior liberdade, maior cultura e cada vez maior apreço da mulher.

Os referidos artigos indicam que os argumentos em torno do movimento feminista na Paraíba, através do periódico oficial *A União*, sugeriam certo tipo de comportamento feminino, que não desclassificava a mulher para o exercício de diversas profissões liberais, mas, que, por outro lado, recomendavam que as mulheres não se rebelassem contra os homens. Desse modo, procuramos chamar atenção para circulação de ideias em relação à mulher, no contexto em que atuou de Dias Fernandes.

Nesse cenário, ainda é preciso enfatizar que o saber médico-higiênico também teve forte contribuição no debate sobre o papel das mulheres na sociedade. O médico assumia, nesse sentido, não apenas o papel do que cura as doenças, mas também do educador, ancorado pela credibilidade do vocabulário científico/cientificista (CARULA, 2012). Em Dias Fernandes, essa questão foi tratada de modo a conformar sua moral vegetariana, que unia, no mesmo argumento, a predisposição natural da mulher como materna e educadora e a necessidade do corpo saudável.

O vegetarianismo, para Dias Fernandes (1914b, 1918, 1924a), englobava cinco aspectos: o primeiro fator era *econômico*, justificado pelo grande desperdício das produções de trigos, batatas e frutos, que deveriam servir para alimentar as pessoas, no entanto, além de alimentarem o gado, sediam os lugares de cultivos para criação de pastos; o segundo seria o *higiênico*, pois, a ingestão de carnes e peixes não tornava os homens mais vigorosos e resistentes à fadiga, a experiência da alimentação frugal eliminava o mau cheiro da boca e os incômodos de diferentes enfermidades; o terceiro recaía sobre a *moral*, esse está intimamente relacionado com as ideias pedagógicas de Dias Fernandes e, nesse sentido, o vegetarianismo

era a mais alta escala da civilidade, afastando os seres humanos da barbárie que, uma vez cometida contra os animais, seres mais fracos e indefesos, instigava a raça humana a promover guerras e desigualdades entre si; o quarto se respaldava no *religioso*, pois, segundo o intelectual, as grandes religiões humanas como o cristianismo e o budismo, pregavam o respeito e amor à natureza; o quinto aspecto era o *social*, esse último englobava todos os quatro mencionados e estava relacionado à ideia de uma sociedade melhor onde homens, animais e natureza vivessem em harmonia.

Segundo Adams (2012)⁶⁹ foi comum, entre os vegetarianos do período de Dias Fernandes, a utilização das analogias bíblicas para explicar e reafirmar os preceitos da abdição da carne e do cuidado com animais, sob a ideia de *um jardim do Éden sem carne*. Sobre a relação entre o feminismo e o vegetarianismo⁷⁰, Adams (2012) nos indica importantes conexões entre os dois movimentos cujas tradições se alongam desde o século XVIII com a Revolução Francesa. Diz Adams (2012, p. 170): “A maioria dos vegetarianos românticos eram constituídos por simpatizantes da República. Eles viam a Revolução Francesa com um dos pontos de apoio para reformar o mundo, e eliminar o consumo de carne.”.

Portanto, convicto dessas aproximações, Dias Fernandes (1914b, p. 01) aceitou o convite da Associação de Proteção aos Animais:

Acceitei, por simples dever de consciência e submissão aos principios da moral vegetariana, este honroso encargo tão desproporcional á sabida inópia do meu espirito, obrigado aos demais por esse appello compusorio de uma senhora á minguada cooperação dos meus fracos préstimos de jornalista.

⁶⁹ Recentemente foi publicado no Brasil, em 2012, o livro da feminista norte-americana, Carol J. Adams, *A Política Sexual da Carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*, que comemora vinte anos de publicação. Segundo Galvêncio e Gagliano (2013, p. 218): “O tema principal do livro é que a opressão sobre as mulheres tem a mesma estrutura da exercida sobre os animais. Essa intuição circula já faz um tempo pelas paragens do vegetarianismo ético e político – veganismo – em língua portuguesa, contudo, não passava disso, intuição. Nunca lemos nada muito extenso e desenvolvido sobre isso. Entre as feministas brasileiras contemporâneas, desconhecemos quem toque nesse problema. Essa obra de Adams vem preencher, no mínimo, essas duas lacunas.”.

⁷⁰ Segundo Adams (2012), os vegetarianos do final da primeira metade do século XX estavam insatisfeitos com o termo vegetarianismo, alegando que esse tinha sido diluído pela cultura dominante por englobarem consumidores de outras proteínas de animais como carnes brancas – peixe e frango –, leite, mel e couro. Diante disso, Danald Warson, em 1944, propôs o termo *vegan*, em português, vegano/veganismo que, de modo geral, significa: “[...] postura ética baseada na compaixão por todos seres vivos.” (ADAMS, 2012, p. 128). Contemporaneamente, o termo, cunhado por Warson, é bastante divulgado pelos ativistas dos animais. Contudo, na época que Carlos D. Fernandes (1916g, p. 20) defendeu uma postura vegetariana, a definiu da seguinte maneira: “[...] vegetarianismo, quer dizer << vida de accôrdo com a natureza>>.”.

Nesse sentido, as reflexões de Adams (2012) nos levam a perceber estreitas aproximações no sentido em que a moral vegetariana, mencionada por Dias Fernandes (1914, 1916), tem uma base que retoma o humanismo do século XVIII e XIX. Desse modo, é possível relacionar a experiência de leitura e de viagens de Carlos D. Fernandes pelo mundo europeu, além do próprio movimento que se constituía no Brasil, com essas temáticas. Alguns autores que fizeram parte das leituras de Carlos D. Fernandes foram adeptos ao regime vegetariano, como: o poeta Byron, Rousseau e Tolstói⁷¹, os dois últimos citados por Adams (2012).

No dia primeiro de abril de 1914, *A União* publicou *A mulher perfeita*, matéria extraída de uma revista portuguesa denominada de *O Vegetariano*⁷². A referida publicação relatava a experiência da Miss Mand Odell com a dieta vegetariana e exercícios físicos. Essas práticas, dizia o escrito, teria ajudado a modelo conservar sua beleza e saúde, colocando-a como umas das modelos mais cotadas da Europa. Diante disso, temos mais uma pista para entender como Dias Fernandes pensou a mulher imbuída por suas convicções vegetarianas. Em relação ao físico da mulher, atribuídos pela sua beleza e saúde, concordamos com Carvalho (2011) quando destaca que, no Brasil, inexistia nas representações artísticas, na Primeira República, a figura de mulheres das classes populares: operárias, índias e escravas. Os exercícios físicos mencionados por Miss Mand Odell foi uma preocupação recorrente na atuação de Dias Fernandes e também da consciência histórica educacional do período.

No ano de 1917, o jornal *A União* publicou matérias que trataram da *educação e cultura physica da mulher*. A primeira anunciava, no dia 17 de junho, a visita ao estado do professor Bianor de Oliveira, diretor do estabelecimento de ensino Gynnasio Brasileiro do Recife. Bianor foi professor também em outras casas na capital pernambucana, como: Gynasio do Recife, Collegio Francez Chateaubriand, Instituto Carneiro Leão, Collegio Prytaneu e Instituto Pernambucano (*A CULTURA...*, 1917). Nessa ocasião, Bianor iria proferir no Cinema Morse, nessa capital, uma conferência sobre a educação física da mulher. *A União* publicava em nota:

⁷¹ Sobre as concepções vegetarianas(vegan) de Tolstói, ver o livro publicado recentemente, pela Companhia das Letras, em 2010, *Os últimos dias de Tolstói*.

⁷² *O Vegetariano* foi uma revista mensal, fundada pelo médico e autor português Amílcar Augusto Queirós de Sousa (1876-1940). No seu país, Queirós de Sousa foi um dos principais divulgadores do naturalismo, publicando suas ideias na novela *Redenção*, de 1923 e reeditada em 2011, e também foi o primeiro presidente da Sociedade Vegetariana de Portugal, fundada em 1911, no Porto. Carlos D. Fernandes (1916g) também o cita em seu *Vegetarianismo*.

A entrada para aquella conferencia é gratuita, traduzindo por isso mesmo o fim eminentemente patriótico de prolongar a educação da mulher brasileira, sob a modalidade fundamental para sua cultura, que não se completa sem o exercicio physico.

O certamem do sr. Professor Bianor de Oliveira é daquelles que por si só recomendam a todos quantos se interessam pelos destinos da mulher na sociedade, e terá por isso mesmo, o maior comparecimento das senhoras patricias. (A CULTURA..., 1917, p. 01).

Na nota seguinte, no dia 18 de junho, do referente ano, destacava *A União* as personalidades presentes na conferência que, além das senhoras e cavalheiros da sociedade paraibana, estavam: o presidente de estado Camilo de Hollanda, José Moura diretor da instrução pública, Manuel Tavares, Carlos D. Fernandes, Alcides Bezerra, Manoel Deodoro e José Frutuoso. A conferência versou sobre a importância da ginástica para o belo sexo, cuja intenção era o aperfeiçoamento dos contornos corporais, a serenidade do animo e a definição do caráter das moças. O professor pernambucano condenava a prática do uso de espartilho e aludia sobre a importância da preservação da natureza original feminina, apenas, mediada por jogos e exercícios ao ar livre, preceitos que estavam condizentes com as opiniões do médico carioca Eduardo Magalhães (A EDUCAÇÃO..., 1917).

Na esteira dos argumentos sobre a educação física, Dias Fernandes (1916d), no ano anterior, publicou, n' *A União*, *A Gymnastica*, no dia 9 de julho. O intelectual argumentava que as nações cultas – Suécia, Noruega, Bélgica, Alemanha, Suíça, entre outras –, imbuídas pela pedagogia moderna, tinham como eixo central dos seus sistemas, o método educacional da ginástica. Para Dias Fernandes (1916d), a ginástica suscitava no ser humano um maior desenvolvimento intelectual e moral, despertando sentimentos, como: felicidade, justiça, piedade, comiserção, respeito a si próprio e aos outros. Ou seja, educação do corpo possibilitava um maior autocontrole das pulsões e emoções, podendo, desse modo, aflorar os sentimentos humanísticos para vida em sociedade. Dias Fernandes (1916d, p. 01) dirigiu seus argumentos para despertar o interesse dos jovens paraibanos para a ginástica:

Não há belleza physica, nem energia psychica, nem robustez moral sem esse estado perfeito de equilibrio organico, que se chama saúde. Esta, se não é creada, é pelo menos mantida e quase sempre augmentada pela gymnastica fuccional.

Esta é a palavra da experiencia e da verdade; ouvia-a, moços coevos, e tornaes-vos physicamente fortes para que sejam bellos e robustos os vossos filhos. Essa suprema conquista só depende da vossa vontade.

Na esteira desse argumento, Dias Fernandes (1916d, 1924a) e Veríssimo (1985) acreditavam, como mencionamos no capítulo passado, que as ideias higienistas estavam condizentes com a prática da ginástica, os quais deveriam atingir as crianças desde a vida intrauterina, passando pelo aleitamento, a escola primária, secundária até as universidades. Em relação aos argumentos vegetarianos amparados pela medicina, Dias Fernandes (1916g) citou médicos estrangeiros e suas obras como, por exemplo: dr Bonnejoy médico do Hospice de Chars e autor de *Le Vegetarisme*; dr. Dujardin-Beaumetz, médico do Hospital Conhin; dr. Allinson licenciado do Real Colégio de Medicina de Londres; dr. João Bentes Castel-Branco autor do livro *A cultura da vida*; Amilcar de Souza, médico e diretor da revista *O Vegetariano*; e ainda os renomados alemães, o biólogo Ernest Haeckel e o químico Eduard Buchner. Suas ideias não eram apenas representadas pelo valor da ciência, mas buscava, sobretudo, nos ensinamentos filosóficos de Sócrates, Plutarco, Hipócrates, Buda e até Jesus Cristo – este último muito citado na conferência da Associação de Proteção aos Animais (FERNANDES, 1914b).

Desse modo, Dias Fernandes (1916g, p. 36) buscava se fundamentar nessas autoridades de conhecimento que, por um lado, distinguia sua erudição e, por outro, legitimava suas ideias:

Aqui ficam resenhados as alheis e doudas opiniões de sabios e médicos illustres sobre as excellencias do vegetarianismo como regime alimentar mais conveniente ao homem para realização dos seus fins individuaes e sociaes, que são os mesmos destinos da humanidade. Estes afiguram-se-me o reino da justiça numa communhão civil de fortes e felizes. Para alcançar tão augusta teleologia o homem deve rumar os seus esforços pelos claros dictames da natureza, obedecendo aos seus preceitos, não violando suas leis.

Segundo Adams (2012), o vegetarianismo, nos Estados Unidos, nesse mesmo período, foi bastante difundido pela teoria médica, principalmente, pelos médicos Sylvester Graham e Jonh Wilson. Desse modo, segundo a autora, as mulheres tiveram acesso as teorias higiênico-vegetarianas e buscavam aplicá-las, como ressaltam Galvêncio e Gagliano (2013, p. 220-221):

As mulheres do século 19 e da primeira metade do século 20, quando optavam pelo vegetarianismo, difundido pela teoria médica com ampla circulação entre as feministas do período acreditavam que, evitando a carne, tornar-se-iam emancipadas. O vegetarianismo as libertava da exaustiva

tarefa de cozinhar cadáveres de animais, prevenia doenças e, quando expandido, controlava a pulsão sexual dos homens.

Para Adams (2012), o vegetarianismo dessas mulheres revelava um ato que ia além do cuidado com a saúde, demonstrando o desejo de se livrarem dos afazeres domésticos que as condenavam a uma vida privada. Diante disso, a autora propõe que ao “[...] defender o vegetarianismo apenas pelos benefícios para saúde reduz o potencial do conhecimento mediado pelo corpo.” (ADAMS, 2012, p. 222), e destaca que o exercício dessa prática indicava um “[...] exercício de autoconhecimento e da consciência feminina.” (ADAMS, 2012, p. 228). Nesse sentido, a autora busca restituir, mesmo nas manifestações de mulheres que não se proclamavam feministas radicais, o sentido da negação da carne como sendo parte dos protestos sobre, mesmo que silencioso, a cultura patriarcal (GALVÍNCIO; GAGLIANO, 2013).

Nos Estados Unidos, ainda no século XIX, Adams (2012) referencia um artigo publicado em 1852, por Anne Denton, intitulado *Direitos das Mulheres*. Anne Denton, conforme Adams (2012, p. 231): “[...] convoca a mulheres a desenvolver seu intelecto, aprender psicologia, tornarem-se vegetarianas e abandonar os padrões burgueses.”. Se essas relações, por um lado, nos levam a tecer paralelos entre os escritos que versam sobre o direito das mulheres, que nos parece ter corrido o mundo; por outro, a questão vegetariana das feministas brasileiras ainda não se mostra com um dado substancial, apenas com poucas indicações como, por exemplo, as que encontramos na educadora sergipana, Maria dos Etelvina Amália de Siqueira, investigada por Freitas (2009), que, no seu discurso, publicado no jornal *O Libertador*, em 1883, fez analogias entre a escravidão a que eram submetidas as mulheres e metáforas sobre animais. Ou, mesmo, quando temos notícias que A Associação de Proteção aos Animais da Paraíba foi fundada por uma mulher, Francisca Moura, e destinadas a elas.

Contudo, a vegetarianismo em Carlos D. Fernandes nos parece corroborar a visão política da mulher que cercou seu ambiente de atuação e podemos entender, principalmente, pela obra de Jayme de Magalhães Lima⁷³, *O vegetarianismo e a moralidade das raças*,

⁷³Jayme de Magalhães Lima (1859-1936) foi um intelectual português: poeta, ensaísta, crítico literário, defensor e divulgador do vegetarianismo. Outras evidências sobre as leituras cruzadas de Magalhães Lima e Dias Fernandes são: Magalhães de Lima foi colaborador regular da revista *O Vegetariano*, mencionada pela *A União*, que nos sugere que Dias Fernandes foi leitor de Magalhães Lima e da revista citada; Magalhães de Lima também escreveu na *Revista de Portugal* fundada por Eça de Queirós, e sobre esse escritor *A União* publicou, no ano de 1916, o folheto de sua obra *A Cidade e as*

mencionado pelo intelectual. Para Magalhães de Lima (1923) e Dias Fernandes (1914b, 1916g, 1918, 1924a) o vegetarianismo deveria ser propagado desde a terna infância:

Sobretudo na educação da criança quer que rigorosamente o vegetarianismo prevaleça porque uma das provas de que o sabor da carne não é natural ao homem é a indiferença das crianças por este gênero de alimento e a preferência que elas dão aos alimentos vegetais como as sopas, as massas, os frutos, etc. É de suprema importância que não se lhes desnature o gosto primitivo e não se tornem carnívoras, senão por motivos de saúde, pelo menos por causa do carácter. Porque, seja qual fôr a explicação da experiência, é certo que os grandes comedores de carne são, em geral mais cruéis e ferozes do que os outros homens. Esta observação é verdadeira em todos os lugares e em todos os tempos. É bem conhecida a grosseria inglesa. Os gauros, pelo contrário, são os mais gentis dos homens. Todos os selvagens são cruéis, e não é a sua moral que os leva a isso; a sua crueldade provém do seu alimento. Vão para a guerra como para a caça e tratam os homens como tratam os ursos (LIMA, 1923, p.15).

Portanto, Dias Fernandes (1914b) reserva, em seu discurso sobre a mulher, a missão de educadoras das crianças e protetora dos animais, condizente com a teoria vegetariana da qual partilhava. A tentativa de fazer da mulher a profissional da educação foi bastante difundida pelos intelectuais do período, mesmo os que não se filiavam às correntes naturalistas. Veríssimo (1985), por exemplo, discutiu essa questão contrapondo a educação feminina nos tempos antigos, que condenava as mulheres à vida doméstica e restringia ao convento, isto é: “A casa do seu pai ou do marido era apenas uma continuação do convento e, às vezes, menos aberta que esse” (VERÍSSIMO, 1985, p.117). Conforme o intelectual supracitado, essa era uma realidade que deveria ser abandonada em nome do progresso da nação, pois, na educação feminina calcada nos novos tempos, a mulher deveria sair da condição da vida privada e assumir o papel na sociedade, qual seja: o de aprimorar seus instintos de cuidadora e protetora da pátria, cuja instituição de ensino primordial, nesse processo, deveria ser a Escola Normal.

Ou seja, para esses sujeitos, o lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade passava pelo entendimento de que as mesmas teriam uma atribuição bastante definida socialmente: mães e educadoras. Essas mulheres não foram destinadas à igualdade de condições

Serras; e, por fim, a última relação de leitura que identificamos é sobre Tolstói, Magalhães de Lima foi admirador do intelectual russo, o qual conheceu em umas das suas visitas pela Rússia, e relatou o acontecimento em seu livro *Cidades e paisagens*, de 1889, e em *As doutrinas do Conde Leão Tostói*, de 1892. Desse modo, essas relações nos indicam que, no itinerário de leitura desses sujeitos, havia circularidade de ideais que atravessaram o Atlântico (ALONSO, 2002; COSTA, 2008; NEMI, 2006).

intelectuais, pois havia receio que as mesmas se desvirtuassem das regras estabelecidas pela igreja, pela ciência e pelo Estado. Portanto, os homens, sobretudo, os que tinham o poder e respeito da sociedade para proferir a palavra, como foi o caso de Carlos D. Fernandes, portadores de uma missão cívico-pedagógica (BOTELHO, 1999, 2002; VIEIRA, 2011), buscavam, através de seus repertórios, se inserirem e propor soluções para as questões sociais de seu tempo.

Desse modo, entre as profissões disponíveis para mulher, naquele momento, a de professora primária foi bastante procurada pelas moças, desejosas de sair do espaço restrito da vida privada para o público. Houve outras profissões ocupadas por mulheres, por exemplo, as ligadas à indústria, ao comércio, algumas mulheres ainda conseguiram ingressar em faculdades que, predominantemente, eram frequentadas por homens, outras se lançaram também na literatura e na escrita jornalística. Contudo, a profissão de professora para essas mulheres, conforme Almeida (2006, p, 81-82), significava:

[...] o ponto de partida, foi o *possível* no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras e possibilitava bem-estar econômico. Isso era muito mais do que tinham tido até então.

Nesse sentido, as Escolas Normais sofreram uma mudança significativa no público de estudantes, que, no início da Primeira República, se caracterizava pela grande frequência e procura feminina. Os homens que ingressavam nos estudos normais galgavam postos de administração da hierarquia escolar, enquanto as mulheres assumiam, predominantemente, o magistério. A relação que se constituiu em torno da feminização da profissão docente, além de estar consonante, como ressalta Almeida (2006), com a necessidade de ampliação da escola pública no Brasil e o treinamento de profissionais para assumirem esses quadros, também nos indica que a predominância das mulheres do magistério recebeu forte contribuição das ideias propagadas pelos intelectuais do período.

Para Dias Fernandes (1914b; 1924a), o modelo feminino da normalista se somava à bandeira civilizatória em relação à negação aos maus tratos dos animais, como podemos observar também no seu discurso em *Infância Proletária*:

Com grande desedificação e magoa minha, vi que ficaram impunes os meus brutos agressores, o que me persuadiu inductivamente a inanidade e insubsistência de certas leis e o desprezo em que se tem na Parahyba a protecção aos animais, mesmo quando a encarece a inviolável ternura das nossas mães, nossas irmãs, das nossas filhas.

Assumira eu, naquella reunião de patrícios nossos, o solene compromisso de levar por diante a nobre idéia, que ficaria entregue á sociedade de todos nós. Bati-me, durante dez annos, pela Victoria dessa causa, tão celsa, communicativa e consternando com a abolição dos escravos, que encheu toda juventude magnífica, toda a portentosa imaginação de Joaquim Nabuco. (FERNANDES, 1924a, p. 07).

Sendo assim, segundo Dias Fernandes (1914b; 1924a), nossa sociedade continuaria reproduzindo a instituição escravista que havia impregnado os maus hábitos da nossa educação moral e reforçava, mais uma vez, o papel das mulheres no processo de civilizar moralmente as crianças para compaixão com os animais e que, ao mesmo tempo, as libertava do confinamento da vida privada, pois o exercício do magistério as elevava diante ao mundo do trabalho (ALMEIDA, 2006). Ou seja, os argumentos sobre educação das mulheres e das crianças, seja no tocante da higiene, ou da educação do caráter, por vezes entrelaçadas, faziam parte do mesmo projeto educacional proposto por Carlos D. Fernandes.

Ainda, nesse sentido, Kuhlmann Jr. (2003) mencionou outro sujeito, denominado de Carlos Costa e falecido em 1915, que teria fundado uma Sociedade Protetora dos Animais. Kuhlmann Jr. (2003) o descreve enquanto um desiludido das causas da infância e, por consequência, teria abandonado essa última, para lutar em favor dos direitos dos animais. No entanto, em relação à trajetória e atuação que acompanhamos de Carlos D. Fernandes, acreditamos que, na Primeira República, as críticas desses sujeitos sobre os maus tratos em relação aos animais e as questões derivadas dos novos seguimentos sociais em ascensão, em especial, as mulheres e as crianças, substituíram as críticas em relação aos males causados pela escravidão. Os intelectuais buscavam romper com a estrutura social que se encontrava ainda muito arraigada nos padrões da sociedade antiga e, desse modo, incorporaram nos seus repertórios de ações políticas outras temáticas em busca da modernização.

É possível incluir o cenário paraibano, no período por nós estudado, nas manifestações feministas que atravessaram os debates sobre o lugar social da mulher. Na Paraíba, mulheres como Catharina Moura, Maria da Penha, Laura Pêsoa, Eudésia Vieira e Analice Caldas se aventuraram nos espaços tipicamente masculinos: os jornais, revistas, as conferências e festas públicas. Isso também nos indica que houve um crescente interesse, principalmente, dos homens de expor suas ideias sobre o feminino diante dessa realidade em ascensão. Nesse

sentido, nos interessamos em compreender: qual foi o pensamento feminista que predominou na antiga Parahyba do Norte? E que posição Dias Fernandes assumiu nesse debate?

Diante disso, podemos depreender que, na imprensa paraibana, foram veiculadas muitas ideias sobre o assunto, a saber: infidelidade, relação com o mundo do trabalho, assistencialismo da infância pobre, protetora dos animais, feminismos radicais, higiene, literatura e desenvolvimento da inteligência feminina. Nesse sentido, os estudos sobre as *inscrições e escritas* das mulheres paraibanas, citados nesse capítulo (ABRANTES, 2010; CIPRIANO, 2010; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013), corroboram a nossa compreensão sobre a ideia que prevaleceu sobre o feminino no cenário da Paraíba, na Primeira República, como sendo o feminismo do tipo *bem comportado* (OTTO, 2004). Isto é: o feminismo na Paraíba se caracterizou pelo seu modo conciliatório que, por um lado, abriu espaços para mulheres atuarem fora dos espaços domésticos, mas, que, por outro, não mostrava uma revolução de costumes que chegassem a abalar a estrutura da sociedade, pois, nesse contexto, mulheres e homens, entre esses últimos se encontra Dias Fernandes, colaboraram para disseminação do feminino que abarcava, sobretudo, a família, o trabalho, a higiene, os cuidados com os desvalidos e o dever cívico perante a nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se quisermos ser os atores responsáveis de nosso próprio futuro, teremos de acatar, antes de mais nada, um dever de história. (PROST, 2008).

Ao iniciar a investigação que deu origem a esta dissertação, nos perguntávamos o porquê de se ler Carlos Dias Fernandes. Agora, ao esboçar as palavras finais deste texto, o nosso intuito é demonstrar porque se deve *ler* Carlos Dias Fernandes⁷⁴. Inicialmente, iremos tecer algumas considerações a respeito do que compreendemos, como sujeitos atuantes no campo educacional – seja como estudantes, professores, ou pesquisadores –, sobre a importância da pesquisa histórica e, mais especificamente, sobre o desenvolvimento de trabalhos que se debruçam na historiografia da educação. Em seguida, retomaremos as principais questões derivadas desta pesquisa, a saber: intelectuais atuantes no campo político e educacional, os impressos como fontes, as interpretações sobre atuação de Carlos D. Fernandes e, por fim, os temas educacionais propostos pelo intelectual.

Segundo Prost (2008), o conhecimento histórico cumpre sua função social quando, ao se debruçar sobre experiências de sociedades passadas, se compromete com a verdade. Entretanto, isso não expressa que a verdade constituída pela história não possa ser revista. Todo conhecimento histórico é fundamentado em um tempo, ou seja, numa tradição (GADAMER, 2008). O compromisso com a verificação e confrontação dos fatos não estabelece o efeito de verdade absoluta, mas, é preciso que o pesquisador se comprometa de forma ética, moral e intelectual, com os processos racionais de averiguações que Prost (2008) nomeou de *regimes de verdades*.

A categoria filosófica derivada do esforço intelectual de Gadamer (2008), denominada de *fusão de horizontes*, nos auxiliou, do ponto de vista metodológico, no movimento de *nos voltarmos* ao passado para compreender a atuação educacional de Carlos D. Fernandes, na antiga Parahyba do Norte. Desse modo, seguindo Gadamer (2008), o interprete “Em vez de ditar a conduta ou censurar, ele procura compreender.” (PROST, 2008, p. 258). Contudo, isso não significa que a compreensão do passado almeje substituir as experiências históricas localizadas no presente. Nesse sentido, quando o interprete abre mão das suas ideias

⁷⁴ Esse exercício de se questionar sobre a importância de voltar a textos e a autores do passado, foi inspirado no livro *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direta ou esquerda?*, em que, Reis (2006), ao apresentar o pensamento social de Manoel Bomfim, discorre sobre a pertinência de se voltar para seus escritos.

preconcebidas, para entender partes da sua própria tradição, ele transcende a questão dos preconceitos prévios e interage com seu objeto de estudo. Desse modo, o conhecimento derivado da pesquisa alarga os horizontes que se volta para ação e transformação da realidade localizada na atualidade. (BLEICHER, 2002; COSTA, 2004; GADAMER, 2008; WU, 2004). Portanto, a história comprometida com a sociedade e com a vida humana é um conhecimento que serve ao tempo presente, sendo assim “[...] não há projeto coletivo possível sem educação histórica dos atores e sem a análise histórica dos problemas.” (PROST, 2008, p. 272).

Na esteira dessa argumentação, a pesquisa histórica se compromete com o ensino, pois, a história, enquanto conhecimento que se debruça sobre acontecimentos humanos em que estão envolvidos homens e mulheres que vivem em sociedade, deve instruir os alunos e alunas para perceber conexões entre problemas passados e atuais (PINHEIRO, 2007; PROST, 2008; SAVIANI, 2005). As transformações são processos imbricados com a vida social e, nesse sentido, os sujeitos buscando solucionar problemas contemporâneos, devem se desvencilhar do “[...] medo da mudança e do conservadorismo obstinado” (SEIGNOBOS *apud* PROST, 2008, p. 264). Por isso, nos voltarmos a nossa tradição educacional, nos possibilita apurar nosso senso crítico em relação ao passado e os seus não poucos resquícios atualizados no presente, motivando ações e projetos de mudança da educação atual.

Diante disso, acreditamos que se deve ler Carlos D. Fernandes porque ele teve uma participação importante no cenário cultural e educacional da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX. Por ter vivido na ambiência intelectual de seu tempo, se engajou nas questões que mobilizaram o debate público. Dias Fernandes, imbuído do sentimento de *missão pedagógica*, acreditava no protagonismo do intelectual e do Estado como instâncias civilizadoras da nação, e na educação como uma estratégia fundamental para modernização do Brasil (BOTELHO, 1999, 2002; VIEIRA, 2011). É preciso ler Dias Fernandes porque suas ideias foram propagadas nos principais veículos de comunicação do período – jornais e livros –, derivadas da ascensão do *mercado editorial* (ANDERSON, 2008), ficando registradas nos arquivos públicos da cidade de João Pessoa e na história republicana da Paraíba. Nesse sentido, se observa nele um conjunto de elementos privilegiados que nos conduziram no entendimento do processo de circulação de ideias na esfera local, a partir de sua assimilação de tantos temas somada a sua preocupação por disseminar as ideias no universo paraibano.

Além disso, é preciso conhecer a atuação intelectual de Dias Fernandes, devido ao fato das suas propostas educacionais, como combate ao analfabetismo, nacionalização do ensino, educação militar, história do Brasil, literatura infantil, higienismo, proteção aos animais e os

direitos da mulher, terem feito parte da experiência da geração de jovens, crianças e normalistas no estado e em âmbito nacional. Enfatizamos ainda que, pelo fato de Dias Fernandes ter colaborado com as *Associações Culturais*⁷⁵ no estado, locais de sociabilidade intelectual e de disseminação de propostas educativas (MARTINS, 1976), contribuiu no sentido de fomentar na população o desejo de participação cívica, em especial, o cuidado com a educação das crianças, com a juventude e com aos animais. É, nesse sentido, que compreendemos Dias Fernandes como um sujeito implicado na *consciência histórica educacional* do seu tempo (GADAMER, 2008; REIS, 2011).

Nossas investigações sobre Carlos D. Fernandes, por um lado, não pretendem dizer que partilhamos de todas as ideias por ele gestadas, mas, por outro, querem enfatizar que, ao nos debruçarmos sobre suas propostas educacionais, estamos motivados pela configuração do campo histórico, buscando o pensar no âmbito da historiografia educacional local, a qual tem como finalidade trazer à baila os processos por meio dos quais a educação na Paraíba foi sendo conformada, levando em consideração seus sujeitos, suas instituições, a circulação de projetos educacionais em disputas, embutidos nos livros didáticos, nos jornais, na literatura e nos discursos propagados (ALBUQUERQUE, 2010; ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2012; CARDOSO; KULESZA, 2010; FERRONATO; MORAIS; ANANIAS; SILVA; LIMA, 2012; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013; PINHEIRO; CURY, 2012; PINHEIRO; FERRONATO, 2008).

Carlos D. Fernandes está registrado na história da política e da literatura paraibana. No entanto, nosso trabalho focou a sua atuação e escrita no âmbito educacional. Sobre a sua atuação na Paraíba, encontramos duas formas de representá-lo que, de modo geral, se dividem em argumentos homogêneos. De um lado, os interpretes que fizeram sua defesa: Pinto (1964), Barros (1965), Martins (1976, 1978) e Gomes (1989). Para esses, Carlos D. Fernandes foi um intelectual importante para movimentação cultural da Paraíba, sendo um poeta e romancista de muita genialidade. Barros (1965) e Gomes (1989) argumentam que aprenderam com ele o exercício do jornalismo e da literatura. Do outro lado, Satyro (1964) e Sena (2008) reconhecem a importância de Dias Fernandes para vida cultural do estado. Entretanto, o percebem como romancista e autor de livro didático sem talento. Para Satyro (1964) e Sena

⁷⁵ Nos referimos neste trabalho a Associação de Proteção aos Animais, ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, a Assistência Dentária Infantil, a Associação de Professores Primários e a Liga da Defesa Nacional.

(2008), Carlos D. Fernandes foi um intelectual oportunista, contraditório e buscava, a partir das relações pessoais com políticos paraibanos, se legitimar diante da sociedade local.

Para apreender o seu percurso, procuramos o pensar levando em consideração três aspectos: os itinerários de formação, a geração e as redes de sociabilidade (ALVES, 2012; SIRINELLI, 1998, 2003). Em relação ao primeiro elemento, foi possível averiguar que Carlos D. Fernandes pertenceu a uma família letrada, sua mãe lhe ensinou as primeiras letras e seu pai, médico formado pela Universidade de Coimbra, lhe inculuiu o amor aos clássicos da Revolução francesa. Portanto, sua família representava a ascensão dos profissionais liberais e das atividades ligadas ao comércio, que se faziam cada vez mais presentes numa sociedade que ainda carregava as marcas dos grandes proprietários rurais e da escravidão. Ainda muito moço, Dias Fernandes, tomou gosto pela literatura lusitana e pelo latim, travou amizade com Castro Pinto, iniciou seus estudos em farmácia no Recife, financiado por um parente abastado. Ainda no fim do século XIX, foi militar na Revolta Armada, morou em vários estados brasileiros e iniciou sua carreira jornalística. Nos primeiros anos do século XX, se formou em direito pela faculdade do Recife e retornou a Paraíba para dirigir a imprensa oficial do estado.

O elemento do jornalismo, para nós, foi o mais elucidativo, pois, Carlos D. Fernandes foi um sujeito partícipe de uma geração de homens letrados, os quais tiveram suas ideias e obras divulgadas pelos jornais do período. Desse modo, o aproximamos dos intelectuais anatólios (MICELI, 2001). O mercado editorial no Brasil vivia seu momento de ascensão, através de publicações e variedades de livros, revistas e jornais. Os jornais, em especial, foram fontes da nossa pesquisa, sendo possível perceber que alguns se consolidaram e fizeram tradição na história do jornalismo como foi o caso d'O *Paiz* do Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e do Recife, O *Diário Popular* de São Paulo e também o jornal *A União* da Paraíba – Carlos D. Fernandes foi colaborador dos periódicos citados. Outros jornais tiveram características mais efêmeras, surgindo e desaparecendo, dependendo do momento de oscilação política que, marcaram, sobretudo, a transição do Império para República (ALONSO, 2009; BARBOSA, 2010; CANDIDO, 2010; FONSECA; CORRÊA, 2009; MOREL, 2011; MOREL; BARROS, 2003;). O suporte impresso desempenhou um papel pedagógico importante na vida da sociedade do período, sendo através dele que a população, letrada e não letrada, entrava em contato com as tendências políticas em disputas, com as ideias científicas em voga, com os projetos educacionais e também lhe prescrevia

regras de conduta social, para a vida na nova sociedade republicana em ascensão (CAMPOS, 2012; MOREL, 2011; MOREL, BARROS, 2003).

Foi, justamente, através da função desempenhada por Carlos D. Fernandes como jornalista que ele construiu sua rede de sociabilidade, traçando afinidades políticas e intelectuais com sujeitos importantes, nos cenários nacionais e locais, como Eptácio Pessoa, Oliveira Lima, Rui Barbosa, José Veríssimo, Olavo Bilac, Aluizio Azevedo, Cruz e Sousa, entre outros. Dias Fernandes assumia, na Paraíba, o papel de disseminador das ideias modernas, pois, caberia, aos intelectuais que transitavam nesses espaços, fazer valer os preceitos civilizatórios em seus locais de atuação. Desse modo, a educação, seja escolar, ou mesmo a oferecida em outros espaços como a leitura de jornais e as conferências, fazia parte de um conjunto de dispositivos lançados por esses intelectuais, com o intuito de alçar o Brasil no *concerto das nações civilizadas e modernas* (BOTELHO, 1999).

No processo de formação do Estado nacional, em específico, no Brasil, a questão da nacionalização dos conteúdos de ensino se tornava uma estratégia fulcral para homogeneização do país. O período de instituição da República ainda carregava a herança de muitos problemas educacionais do Império, como foi o caso do analfabetismo. Essa questão se somava à necessidade de incorporação política dos seguimentos populares à vida política da nação, principalmente, pelo voto. Sobre esse aspecto, Carlos D. Fernandes partilhou de ideias similares a intelectuais como Rui Barbosa, Carneiro Leão, Olavo Bilac e Manoel Bomfim. O incentivo a carreira militar foi uma prerrogativa assumida pela organização civil das Ligas da Defesa Nacional (NAGLE, 2009). Desse modo, Dias Fernandes disseminou esses ideais na Paraíba argumentando que, a instrução militar deveria ser tratada nos termos do altruísmo e, portanto, não deveria ser obrigatória, com pena de subversão dos princípios da cultura moral e cívica.

Nesse sentido, houve a necessidade de se inserir nas escolas, desde as primeiras séries, os conteúdos nacionalistas. Diante disso, o mercado editorial do livro didático e também da literatura infantil proliferava. Essa última nasce no bojo dessas relações cuja finalidade era instruir e entreter as crianças em fase de escolarização (HANSEN, 2007; LAJOLO, 2000; LAJOLO, ZILBERMAN, 1999; SENA, 2008). Para tanto, comparamos os livros infantis: *Através do Brasil*, da autoria de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, com *Escola Pittoresca* escrito por Dias Fernandes. Percebemos que, mesmo dentro das propostas nacionalistas, existiam ideias divergentes.

Em *Através do Brasil*, seus autores priorizaram os sujeitos envolvidos diretamente no processo escolar, professores e alunos. Para os primeiros, Bomfim e Bilac (2000) destinaram explicações didáticas sobre a intenção do livro e a forma que se deveria trabalhar com ele na sala de aula. Em relação aos segundos, criaram estratégias de aproximação com as experiências infantis de modo que, seus leitores infantis se sentissem representados pelos protagonistas da história. Essa questão, em especial, pode ser referenciada pelas concepções políticas e históricas de Manoel Bomfim, as quais depositavam na educação o papel de transformadora da realidade social brasileira herdada pela colonização ibérica (AGUIAR, 2000; BOTELHO, 2002; FREITAS, 2002; GALVINCIO, 2010; GALVINCIO; COSTA, 2011).

Escola Pittoresca também trouxe à baila as ideias pedagógicas, políticas e históricas do seu autor. Percebemos, por exemplo, a reafirmação das relações com os políticos em que Carlos D. Fernandes estava relacionado. Para Dias Fernandes (1918), as crianças deveriam aprender através de breves lições de coisas inspiradas no positivismo. Seu livro tinha a intenção de despertar o sentimento de patriotismo e de servidão à nação. A criança foi representada como soldado fiel à pátria e os protagonistas das histórias contidas no livro eram os animais, chamando a atenção dos seus leitores para necessidade de cuidado e zelo com a natureza. Dias Fernandes (1918) ainda priorizou, em detrimento da experiência infantil, lições de histórias em que ressaltava a importância dos grandes heróis e reafirmava a tradição luso-brasileira.

As propostas educacionais, para as crianças dos seguimentos populares, pronunciadas por Dias Fernandes (1924a, 1925b), estavam amparadas nas ideias higienistas da época. Nesse período, higiene, moral, raça, educação e atraso nacional apareciam de modo combinado nos discursos dos intelectuais. O argumento se fundamentava na ideia de que a criança saudável e escolarizada nos preceitos morais e cívicos, na fase adulta, fomentaria a economia do país. Sendo assim, Rui Barbosa, José Veríssimo, Moncorvo Filho e também Carlos D. Fernandes acreditavam que, devido às desigualdades sociais do Brasil, acentuadas pelas condições materiais e culturais em que se encontravam as famílias das classes populares, o Estado teria o dever de tutorar as crianças que se encontrassem nessas condições (BOTELHO, 1999, 2002; CARULA, 2012; GONDRA, 2002, 2011; FERREIRA; GONDRA, 2007; RIBEIRO, 2006; VIEIRA, 2011;).

No bojo dessas relações, a saúde da mulher e os papéis que ela deveria desempenhar na sociedade estavam sendo colocado em discussão. Na ambiência das reivindicações

feministas, mulheres e homens entraram no debate público sobre essas ideais que versavam, por um lado, sobre o direito à educação, ao voto, a desempenhar profissões liberais na hierarquia do mundo do trabalho e também ao divórcio, e, por outro lado, buscavam conciliar as atribuições tidas como femininas a essas novas demandas, como a maternidade, religiosidade, físico feminizado, sentimento de proteção e cuidado com a pátria e com os desvalidos (ABRANTES, 2010; ADAMS, 2012; ALMEIDA, 2006; CARVALHO, 2011; CIPRIANO, 2010; DUARTE, 2003; FERNANDES, 2004; FREITAS, 2009; MACHADO; NUNES; MENDES, 2013; MENDES, 2008; OTTO, 2004; RAGO, 1995, 2006; SILVA; NASCIMENTO; ZIZA, 2010; WOOLF, 2012).

Carlos D. Fernandes (1914b, 1924a) participou do debate contribuindo para afirmação da mulher intelectualizada, mas, que não deveria negar os instintos femininos ligados ao sentimento de comiserção com os pobres, os velhos, as crianças e os animais. Foi possível perceber ainda que as propostas educacionais anunciadas por Dias Fernandes (1914b, 1916e, 1916g, 1918, 1920, 1924a) estavam amparadas pelos ideais civilizatórios embutidos nas concepções vegetarianas que ele propagava. A questão vegetariana – econômica, higiênica, moral, religiosa e social –, em seus escritos e atuação, se mostrou enquanto uma preocupação recorrente, ficando registrada nos seus textos e nos dos que se debruçaram sobre sua obra (BARROS, 1965; GOMES, 1989; PINTO, 1964; SATYRO, 1964; SENA, 2008).

Por fim, indicamos que, a partir da atuação educacional de Carlos D. Fernandes na Paraíba, percebemos três elementos os quais se fizeram presente na configuração da educação paraibana. O primeiro foi representado pelo grande trânsito de ideias e sujeitos que se envolveram nos debates educacionais do período, no contexto local, como Castro Pinto, Camillo de Hollanda, Carneiro Leão, Catharina Moura, entre outros. A circulação de ideias não ficou reduzida apenas aos sujeitos que estavam na Paraíba, mas, sugere que o jornal *A União*, mais especificamente, funcionou com divulgador de ideias gestadas por outros intelectuais que se encontravam em outros locais, em especial no Rio de Janeiro, os apresentando para o leitor paraibano. O segundo diz respeito às continuidades que atravessaram a passagem dos regimes políticos Império à República. Nesse sentido, a educação republicana herdou do período imperial também os problemas educacionais, traduzidos nos argumentos dos intelectuais tratados neste trabalho: analfabetismo, educação popular e educação das crianças e das mulheres. O terceiro foi o surgimento das *Associações Culturais* que, desempenharam importante papel na conformação da educação no estado,

movimentando a dinâmica educacional através da circulação de novos impressos – jornais e revistas – e na realização de conferências públicas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Alômia. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos (Orgs.). **Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 2010.

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010.

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina**. Tradução Cristina Cupertino. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. A Geografia do Brasil nos livros Didáticos Europeus do Século XIX: o caso de Lições de Geographia do Abbade Gaultier. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins; OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. A geografia escolar e o livro didático no século XIX: sobre a presença da cartografia. In: FERRONATO, Cristiano; MORAIS, José Jassuípe; ANANINAS, Mauricéis; NUNES, Ramsés; LIMA, Rosângela C. F. de. (Orgs.). **Trilhas da Pesquisa em História da Educação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Apropriação de idéias no segundo reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial: 1970-1989**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2009.

_____. Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, 2009. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000300006&script=sci_arttext. Acesso em 10 de Nov. de 2011.

ALVES, Cláudia. Jean-Froçois Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Pensadores sociais e história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citação em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003a.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, Rose Mary de Sousa. Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Fernando. **Manifesto dos pioneiros da Educação nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

BARBOSA, MARIAVA. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Proa, 2007.

_____. Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes; PERIOTO, marcéia Rosa. **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

BASTOS, Maria Helena Camara. Leitura de formação: *Coração*, de Edmundo de Amicis (1886). I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRN, 2004. Disponível em:

<<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariahelenacoracao.pdf> >. Acesso em: 25 de maio de 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edição 70, 2002.

BOTELHO, André. Educação e modernidade no Brasil. **Revista Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, n. 01, p. 122-145, 1999. Disponível em: < <http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/vozes.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2009.

____. **Aprendizado do Brasil**. A nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: Unicamp, 2002.

____. **O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS; Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 01, jan/abril 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>> . Acesso em: 10 jun. 2012.

CANDIDO, Antonio. Radicalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 04, n. 08 jan/abril 1990. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002 > . Acesso em 04 maio 2010.

____. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 01, jun 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf> >. Acesso em: 4 maio 2010.

____. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

CARULA, Karoline. Darwinismo, Raça e Gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CARVALHO, Marta M. Chagas. Escola, Memória, Historiografia: a produção do vazio. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 01, 1993. Disponível em: <http://intranet.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_03.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

CERTAEU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIPRIANO, Maria do Socorro. O adultério e o fantasma da infidelidade (1920-1930). In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos (Orgs.). **Outras Histórias**: cultura e poder na Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Universitária/ UFPB, 2010.

CONDOCERT. **Escritos sobre a instrução pública** / "Relatório e projeto de decreto..." tradução e notas de Maria Auxiliadora Cavazotti e Lígia Regina Klein; "Reflexões e notas sobre a educação", seleção de textos e notas Manuela Albertone, tradução, introdução e notas da ed. brasileira Fani Goldfarb Figueira; apresentação Gilberto Luiz Alves. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

COSTA, Jean Carlo de C. O charme da modernidade e a utopia da hybris: civilidade, reforma moral e educação no jovem parlamentar Joaquim Nabuco. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs.). **História da Educação da Paraíba**: rememorar e comemorar. João Pessoa: Ufpb, 2012.

_____. Hans-Georg Gadamer. Notas introdutórias à hermenêutica filosófica contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, v. 14, n. 5, 2004.

COSTA, J. C. C.; GALVÍNCIO, A.; ESPINDOLA, M. L. Intelectuais, história e pensamento brasileiro: escravidão, trabalho e educação no *América Latina Males de Origem* de Manoel Bomfim. **Revista HISTEDB On-line**, v. 37, p. 183-204, 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art13_37.pdf> Acesso em: 5 dez. 2010.

COSTA, Wilma Peres. Viajantes européias e o escrever da nação brasileira. In: PAMPLONA, Marcos A.; DAYLE, Don H. (orgs.). **Nacionalismo no novo mundo**. Tradução Waldéia Barcelos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DANTAS, Carolina Vianna. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. **Revista Tempo**, n. 26, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco Antonio. Introdução. In: ____ (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo**. Tradução Waldéia Barcelos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 17, n. 49, 2003. Disponível: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401420030003000010&script=sci_arttext >. Acesso em: 11 Abr. 2013.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. Primeira República, Intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1888-1915). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

FARIA FILHO, Luciano M.; SALES, Zeli Efigênia Santos. Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FARIA FILHO, Luciano M. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). **Leitura; práticas, impressos, letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (Orgs.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FERNANDES, Ana Helena Cobra. O feminismo nas crônicas de Lima Barreto – Rio de Janeiro 1905-1922. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: o lugar da história, 7., 2004, Campinas. **Anais...** Campinas: CD-ROM. Disponível: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XXVII/ST%20XXVII/Ana%20Helena%20Cobra%20Fernandes.pdf>> . Acesso em: 10. Abr. 2013.

FERNANDES, Rogério. A educação infantil na obra de Francisco Adolfo Coelho. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRONATO, Cristiano. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). 2012. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2012.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Abolição e emancipação: ecos de vozes femininas no Nordeste brasileiro na passagem do século XIX para o século XX. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja (Orgs.). **Múltiplas Visões: cultura histórica nos oitocentos**. João Pessoa: Universitária - UFPB, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil: Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, António; GONDRA, José. Idades da vida, infância e a racionalidade médico: higiénica em Portugal e no Brasil (séculos XII-XIX). In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNADES, Rogério (Orgs.). **Para compreensão Histórica da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRA, Antonio Celso. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 Anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. Manoel Bomfim intelectual da Primeira República: educação, formação nacional e o Brasil moderno. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa ; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Uma Hermenêutica do Nacional na Primeira República: Educação, Reformas Sociais e Revolução no pensamento radical de Manoel Bomfim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

_____. Rui Barbosa e a reforma do ensino primário no século XIX. **Revista Temas em Educação** (UFPB), 2013.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa; GAGLIANO, Rodrigo Cruz. Contra a divisão do trabalho militante: a política sexual da carne (Resenha). **Revista Ártemis**. João Pessoa, v.15, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGP**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

_____. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova 'velha' República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**, vol. 13, n. 26, jan. 2009. Disponível em<

GOUVÊA, Maria Cristina. A literatura como fonte para história da infância: possibilidades e limites. In: In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNADES, Rogério (Orgs.). **Para compreensão Histórica da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOUVÊA, Maria Cristina; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarização para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11 n.31, 2006. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100009>

Acesso em: 5 de maio de 2013.

GONDRA, José Gonçalves. Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (Orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A emergência da Infância. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de; VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; NETA, Olivia Moraes de Medeiros (Orgs.). **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2010.

GRAMMONT, Guiomar de. Filósofos em marcha. In: REIS, José Carlos. **História da “consciência histórica” ocidental contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo**: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

HERMAN, Susan J. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAJOLO, MARISA; ZILBERN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: História&histórias. São Paulo: Ática, 1999.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Grupo escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão das ideias modernas (1916-1935). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Charlton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Educação, identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manuel Bomfim. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 57-69, dez. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art04_28.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SUASSUNA, Daniella de Souza Barbasa. Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905). **Educação Unisinos**, v. 13, p. 147-151, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol13n2/art06_suassuna.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MALATIAN, Maria Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eduardo. **A União**: jornal e história da Paraíba sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União, 1978.

_____. Instituições paraibanas de cultura 1880-1941. **Revista da Academia Paraibana de Letras**. n. 8, 1978.

MELLO, Maria Tereza Chaves. A modernidade Republicana. **Revista Tempo**, vol. 13, n. 26, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2010.

MENDES, Samanta Colhado. O feminismo no anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889-1930). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: CD-ROM. Disponível: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Samanta%20Colhado%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 9 Abr. 2013.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Os primeiros passos da palavra imprensa. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MORIN, Edgar. **Para sair do século vinte**: as grandes questões do nosso tempo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

NEMI, Ana Lúcia Lana. Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação. **Almanack braziliense**, n. 04, nov. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NUNES, Maria da Silva. Sociedade, mulheres e Educação nos Romances de Graciliano Ramos. Tese (Doutorado em Educação). Núcleo de Educação e Pesquisa em Educação, Política e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. A geografia escolar e o livro didático no século XIX: sobre a presença da cartografia. IN: FERRONATO, Cristiano; MORAIS, José Jassuípe; ANANIAS, Mauricéia; NUNES, Ramsés; LIMA, Rosângela C. F. de (Orgs.). **Trilhas da Pesquisa em História da Educação**. João Pessoa: Editora da Universitária/UFPB, 2012.

OLIVEIRA, Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEN, Ruben George. Cultura brasileira e identidade nacional (O eterno retorno). In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS; Brasília: CAPES, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces (Resenha). **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n.2, Florianópolis, 2004. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015>. Acesso em: 10 Abr. 2013.

PINHIERO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

__. O ensino e a pesquisa em história da educação: abordagens e temas em confluência ou distanciamento?. In: MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (Orgs.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió: UFAL, 2007.

PINHIERO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler(Orgs.). **História da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 2012.

PINHIERO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (Orgs.). **Temas sobre instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Universitário/UFPB, 2008.

PINTO, Luiz. **Homens do nordeste e outros ensaios**. João Pessoa: Gráfica Ouvidor, 1960.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. A subjetividade feminina entre o desejo e norma. **Revista Brasileira de História**, APNPUH, Marco Zero, n. 2, Campinas, 1995. Disponível: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RV->

nSJwgz5gJ:www.anpuh.org/arquivo/download%3FID_ARQUIVO%3D3756+A+subjetividad e+feminina+entre+o+desejo+e+norma&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br >. Acesso em: 12 Abr. 2013.

____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Aulas**, n. 2, Campinas, 2006. Disponível : < http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/sexualidade_2.pdf >. Acesso em: 12. Abr. 2013.

RAPOSO, Eduardo. **1930: seis versões e uma revolução História da política paraibana (1988-1940)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2006.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**. De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

____. **História da “consciência histórica” ocidental contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

____. **Tempo&História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. **Psicologia em Estudo**. Vol.11, n.01, p.29-38, Maringá, 2006. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a04.pdf> >. Acesso em 1 Mai. 2013.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

____. O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as aventuras do liberalismo (Resenha). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. Joaquim Nabuco: um intelectual entre fronteiras. In: ALBUQUERQUE, Severino J. (Org.). **Conferências sobre Joaquim Nabuco**: Joaquim Nabuco e Wisconsin. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2010.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Matrizes da modernidade republicana**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As Confissões**. Tradução Rachel de Queiroz. 2. ed. São Paulo: Atena, 1959. v.1 e 2.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco**. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces de “Através do Brasil”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 48, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

____. **As ideais pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SENA, Fabiana. Tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na Primeira República. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998

____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2009.

SCHWANDT, Thomas. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norma; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; ZICA, Matheus da Cruz e. Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse et al. **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

TOSTÓI, Liev. **Os últimos dias de Tolstói**. Tradução Anastassia Bytsenko, Belkiss J. Rabello, Denise Regina de Sales, Graziela Schneider, Natalia Quintero. São Paulo: Penquin Classics; Companhia das Letras, 2010.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A UNIÃO, 1982.

VALLE, Lílian do. **A escola e a nação**: as origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação em Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 01, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jan. 2012.

_____. História dos Intelectuais: representações, conceitos e teorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A educação e seus sujeitos, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006. v. 1. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (CURITIBA-1927). In: BENCOSTTA, Maracus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cotex, 2007.

_____. Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil: início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Texeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

WU, Roberto. A experiência como recuperação do sentido da tradição em Benjamin e Gadamer. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, 2004. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6355/3806> >. Acesso em: 20 jan. 2013.

FONTES

Escritos (livros e jornal) de Carlos Dias Fernandes

FERNANDES, Carlos Dias. **A Renegada**. Recife: Editor Manoel Nogueira de Sousa, 1908.

___ **Noção de pátria**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914a.

___ Associação Protectora dos Animaes. Conferência realizada no dia 24 de agosto de 1914, no Theatro Santa Roza. **Jornal A União**, Parahyba, 25 ago. 1914b.

___ **Os cangaceiros**: romance de costumes sertanejos. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914c.

___ **Talcos e avellorios**: chronicas e conferencias. Parahyba: Imprensa Oficial, 1915.

___ O regime vegetariano. **Jornal A União**, Parahyba, 23 ago. 1916b.

___ O regime vegetariano. **Jornal A União**, Parahyba, 26 set ago. 1916c.

___ O regime vegetariano. **Jornal A União**, Parahyba, 01 set. 1916d.

___ A gymnastica. **Jornal A União**, Parahyba, 9 set. 1916e.

___ **A defesa nacional**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1916f.

___ **Vegetarianismo**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1916g.

___ **Escola pittoresca**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

___ **Políticos do Norte III**: Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro: Officinas Graficas do Jornal do Brasil, 1919.

___ **De “rapaizinho” a Imperador**. Conferência proferida no Teatro Santa Rosa, em 07 de setembro de 1920. Parahyba: Imprensa Oficial, 1920.

___ **Infância proletária**. Conferência realizada no Teatro Santa Rosa, em 8 de jun. de 1924. Parahyba: Imprensa Oficial, 1924a.

___ O problema da instrução no Brasil. **Jornal A União**, Parahyba, 13 dez. 1924b.

___ Um professor pragmático. **Jornal A União**, Parahyba, 25 jul. 1925c.

___ Puericultura e hygiene infantil. **Jornal A União**, Parahyba, 29 out. 1925d.

Biografia e verbetes biográficos sobre Carlos D. Fernandes

BARROS, Eudes. **O fenômeno estático de Carlos D. Fernandes**. João Pessoa: A UNIÃO, 1965.

GOMES, Oasis. Quem foi Carlos Dias Fernandes. In: SANTOS, Idelette Fonseca dos (Org.). **A literatura na Paraíba ontem&hoje**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1989.

MARTINS, Eduardo. **Carlos D. Fernandes**: notícias biobibliográficas. João Pessoa: A União, 1976.

PINTO, Luiz. **Homens do nordeste e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Gráfica do Ouvidor, 1960.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Música e História: Revolução de 1817**. João Pessoa: s/e, 1980.

SATYRO, Ernani. SOBREIRA, Ivan Bichara. **Carlos D. Fernandes (cadeira 32)**. Discurso de posse e Recepção em solenidade de três de agosto de 1963. João Pessoa: A União, 1964.

Outros livros

BASTOS, Areliano Cândido Tavares. **A província**: estudo sobre democratização no Brasil. Brasília: Fac-sim, Senado Federal, 1996.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional (discursos)**. Rio de Janeiro: Edição da Liga da Defesa Nacional, 1917.

BOMFIM, Manoel. **América latina**: Males de origem. O parasitismo social e evolução. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

__. **O Brasil Nação**: realidade da soberania nacional. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

__. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Através do Brasil**. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LIMA, Jaime de Magalhães. **O vegetarianismo e a moralidade das raças**. Pôrto: Sociedade Vegetariana, 1912.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

VERISSIMO, José. **A educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Cartas

PESSOA, Epitácio. **Obras completas de Epitácio Pessoa vol. XX**: miscelânea. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960.

___ . **Obras completas de Epitácio Pessoa vol. XXII:** Côrte Permanente de Justiça Internacional (1923-1930). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960

Jornal A UNIÃO

78ª ANIVERSARIO do Lyceu Parahybano. **Jornal A União**, Parahyba, 25 de mar. 1914.

A CULTURA physica da mulher. **Jornal A União**, Parahyba, 17 jun. 1917.

A EDUCAÇÃO physica da mulher. **Jornal A União**, Parahyba, 18 jun. 1917.

ADV. CARLOS D. Fernandes. **Jornal A União**, Parahyba, 10 jun. 1914.

A MULHER perfeita. **Jornal A União**, Parahyba, 1 abr. 1914.

A POESIA do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 10 set. 1920.

BARBOSA, Placito. O feminismo nos Estados Unidos. **Jornal A União**, Parahyba, 13 de mai. 1921.

DR. CARLOS D. Fernandes novo director da Imprensa official. **Jornal A União**, Parahyba, 09 fev. 1913.

DR. CARLOS D. Fernandes. **Jornal A União**, Parahyba, 20 set. 1917.

ECHOS da conferencia “Noção de Pátria”. **Jornal A União**, Parahyba, 30 abr.1914.

FEMINISMO. **Jornal A União**, Parahyba, 25 set. 1924.

INSTITUTO DE Protecção e Assistencia á infancia. **Jornal A União**, Parahyba, 15 mai. 1917.

INSTITUTO DE Protecção e Assistencia á infancia. **Jornal A União**, Parahyba, 21 jun. 1917.

LIMA, Mario de. É a mulher inferior ao homem? **Jornal A União**, Parahyba, 1 de fev. 1920.

MAROJA, Flávio. Hygiene alimentar: regimen vegetariano e cárneo, confronto de opiniões, como penso a respeito. **Jornal A União**, Parahyba, 30 de ago. 1916.

MOURÃO, Abner. Um livro de Carlos D. Fernandes. **Jornal A União**, Parahyba, 18 de jun. 1914.

MOURA, Catharina. Universidade Popular. 8º Conferência. Os Direitos da Mulher. **Jornal A União**, Parahyba, 1 abr. 1913.

___ . Continua. Universidade Popular. 8º Conferência. Os Direitos da Mulher. **Jornal A União**, Parahyba, 2 abr. 1913.

NA SORBONE. **Jornal A União**, Parahyba, 22 de mai. 1919.

O VEGETARIANISMO. **Jornal A União**, Parahyba, 26 de jan. 1917.

PELA INFANCIA desvalida festival artístico promovido por uma jovem patricia. **Jornal A União**, Parahyba, 2 jun. 1917.

PESSÔA, Laura. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 10 set. 1920.

—. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 11 set. 1920.

—. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 12 set. 1920.

—. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 13 set. 1920.

—. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 14 set. 1920.

—. A poesia do bem. **Jornal A União**, Parahyba, 15 set. 1920.

PROTECÇÃO À infancia. **Jornal A União**, Parahyba, 21 mar. 1920.

PROTECÇÃO AOS animais. **Jornal A União**, Parahyba, 18 jan. 1917.

UNIVERSIDADE popular Uma ideia que toma vulto. **Jornal A União**, Parahyba, 16 de jan. 1913.

VIEIRA, José. Escola pittoresca: carta a Carlos D. Fernandes. **Jornal A União**, Parahyba, 23 abr. 1919.

Documentos oficiais

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 1º de setembro de 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

PARAHYBA (Estado). **Decreto n. 913**, de 14 de março de 1918. Manda adoptar nas escolas primárias o livro didactico intitulado *Escola Pittoresca* de actoria do Sr. Carlos Dias Fernandes. In: _____. **Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1918**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1918.

PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 1º de setembro de 1914. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 1º de outubro de 1925. Parahyba: Imprensa Oficial, 1925.

* Foto da folha de rosto da própria autora, tirada na Galeria da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba. Pintura a óleo de autoria desconhecida.